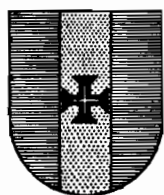


REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA



JORNAL OFICIAL

I Série—Número 9

Quinta-feira, 11 de Abril de 1985

SUPLEMENTO

SUMÁRIO

ASSEMBLEIA REGIONAL

Resolução n.º 14/85/M:

Aprova o Plano de Investimentos e Despesas de Investimento da Administração da Região Autónoma da Madeira — 1985, e o Orçamento da Região Autónoma da Madeira para 1985

ASSEMBLEIA REGIONAL

Resolução n.º 14/85/M

de 11 de Abril

A Assembleia Regional da Madeira, nos termos das alíneas a) e f) do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 318-D/76, de 30 de Abril (Estatuto Provisório da Região Autónoma da Madeira), reunida em Sessão Plenária em 11 de Abril de 1985, resolveu aprovar os documentos abaixo mencionados:

— PLANO DE INVESTIMENTOS E DESPESAS DE INVESTIMENTO DA ADMINISTRAÇÃO DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA — 1985.

— ORÇAMENTO DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA PARA 1985.

Assembleia Regional da Madeira, 11 de Abril de 1985. — O Presidente da Assembleia Regional, *Jorge Nélio Praxedes Ferraz Mendonça*.

PLANO DE INVESTIMENTOS E DESPESAS DE DESENVOLVIMENTO DA ADMINISTRAÇÃO DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA — 1985

INTRODUÇÃO

O Plano de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração da Região Autónoma da Madeira para 1985 — PIDDAR 1985 — é um conjunto, devidamente articulado, de obras, acções e medidas de política importantes que deverão responder aos grandes objectivos de índole sócio-económica que o Governo Regional traçou no seu programa:

- Melhorar a qualidade de vida na Região
- Aumentar e melhorar a produção e a produtividade dos sectores económicos
- Manter a estabilização da situação social
- Reforçar os laços de solidariedade, em todos os campos da actividade humana, entre a Região e as comunidades madeirenses espalhadas pelo Mundo
- Prosseguir acções e diligências com vista à integração da RAM na CEE.

São acções e investimentos que, na sua maior parte, vêm também a ser programados já de anos anteriores, com particular incidência no progresso da RAM, e que atingem, na sua globalidade, um montante aceitável, face aos empreendimentos e acções em curso, — e que não podem parar sem pôr em causa a política social que vem sendo realizada — e, também, face ao estágio de desenvolvimento da Região que, ainda, se considera não ter atingido os padrões e indicadores de progresso que pretendemos sejam rapidamente atingidos pela população da Madeira e do Porto Santo. Por outro lado, julga-se que o Estado, face às obrigações que tem para com as Regiões Autónomas e numa prá-

tica de estreita solidariedade nacional, não pode furtar-se a encontrar a necessária cobertura total dos encargos derivados do plano de investimentos.

De programas e projectos novos, mais vultosos, a concretizar no Plano de 1985 este relatório dá conta da estrada regional denominada «Saída Oeste do Funchal», comparticipada pela CEE, já este ano, ao abrigo das ajudas de pré-adesão, alguns outros empreendimentos agrícolas igualmente comparticipáveis pela mesma Comunidade em 1985-1986 e certas obras afectas à Zona Franca, no Caniçal. São empreendimentos muito importantes: — um, imprescindível ao descongestionamento e à fluidez do trânsito no Funchal e seus acessos, outros indispensáveis ao progresso do sector agrícola que se pretende continuamente modernizar e outros fundamentais à implantação das áreas industriais incluídas na Zona Franca, que muito contribuirão para o crescimento do rendimento regional e criação de novos postos de trabalho. Obras de grande urgência, com compromissos internacionais já assumidos!

Dos objectivos do Programa do Governo, que são também, obviamente, objectivos dos sectores envolvidos neste Plano, há que referir que a sua consecução se obtém:

- Pela realização dos empreendimentos nos Sectores Sociais (Educação, Cultura, Saúde, Segurança Social, Habitação e Urbanismo e Defesa e Conservação do Ambiente), nas Energias Renováveis e no sector das Infra-estruturas Económicas (Transportes e Comunicações e Circuitos de Comercialização), com vista principalmente à melhoria da qualidade de vida;
- Pela concretização das acções e empreendimentos nos Sectores Produtivos (Agricultura, Pesca, Indústria, Energia e Turismo) — que serão incentivados através de esquemas e planos de desenvolvimento, com que o Governo Regional vem estimulando e continuará a estimular o sector privado — e, também, pela materialização dos projectos no âmbito do Sector das Infra-estruturas Económicas e nos Sectores de Apoio (Informação Científica e Técnica e Modernização da Administração Pública), para que se venha a obter o aumento e a melhoria da produção e da produtividade;
- Pela concretização do PIDDAR 85, na sua globalidade, pelos incentivos e estímulos dados à actividade privada, pela prossecução de uma adequada política social, o Go-

verno Regional espera continuar a conseguir a estabilização da situação social que, com particular sucesso, se tem verificado na Madeira e no Porto Santo;

- Pela instituição e consolidação de estruturas consultivas, de representantes das comunidades madeirenses espalhadas pelo Mundo, (como o Conselho Permanente das Comunidades Madeirenses, criado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 6/84/M, de 28 de Junho), e outros departamentos e órgãos, através dos quais os emigrantes possam emitir «qualquer ponto de vista acerca da situação regional, nacional ou internacional», dêem obrigatoriamente parecer «em todos os diplomas legais da Assembleia Regional e do Governo Regional que tenham por objecto principal matéria de emigração ou de imigração» e, ainda, possam emitir pareceres sobre «as grandes questões regionais, nomeadamente nas relacionadas com a economia, finanças e transportes exteriores da Região» sempre que solicitados pela Assembleia Regional e ou pelo Governo Regional, — tudo com o objectivo de, considerando devidamente o papel decisivo das comunidades madeirenses no investimento e progresso da RAM, consolidar e reforçar cada vez mais a solidariedade entre a Região e todas essas comunidades espalhadas pelo Mundo;
- Por um maior dinamismo nas acções de coordenação, sensibilização, formação e esclarecimento, tendo em vista a integração na Comunidade Económica Europeia, para que terão também que ser elaborados programas e projectos bem definidos, dentro do Plano de Desenvolvimento Regional, adequado às normas comunitárias, com o objectivo de se virem a aproveitar os montantes totais que vão ser postos à disposição da Região pelas instituições financeiras da CEE, especialmente do FEDER.

O montante global dos investimentos do PIDDAR 85, — 12 032 760 contos — é, relativamente à execução orçamental de 1984 (cerca de 6,5 milhões de contos), superior em 86%. Note-se, todavia, que a execução material do ano anterior foi sensivelmente superior à execução orçamental.

O PIDDAR contempla, dentro do quantitativo referido, comparticipações do Governo Regional para obras municipais de interesse manifesto para as suas gentes.

Para satisfazer os compromissos com a realização do PIDDAR 85, conta o Governo Regional com a possibilidade de contrair o empréstimo de 5 milhões de contos nas mesmas condições do Governo da República (taxa de juro que não poderá exceder a taxa básica de desconto do Banco de Portugal), conforme consta da Lei do Orçamento do Estado para 1985; conta, ainda, com transferências deste Orçamento e outras formas de cobertura financeira do défice existentes, — o qual só é possível solucionar em termos de solidariedade nacional, — e, também, com a participação doutros fundos, nomeadamente da CEE.

O desenvolvimento do Relatório do PIDDAR 85 faz-se segundo o esquema que tem vindo a ser seguido: uma análise breve da evolução da situação económica internacional, nacional e regional, a constituir o primeiro Capítulo; algumas considerações sobre a Integração da Comunidade Económica Europeia, formando o segundo Capítulo; as orientações globais da política sócio-económica regional, no terceiro Capítulo; uma análise dos vários sectores da actividade económica e social e dos seus objectivos sectoriais para 1985, integrando o Capítulo quarto; e finalmente os investimentos que se hão-de concretizar no ano em curso, devidamente discriminados e quantificados.

CAPÍTULO I

EVOLUÇÃO DA SITUAÇÃO ECONÓMICA

1. Enquadramento Internacional e Nacional

A economia mundial vem apresentando, desde 1982, sinais de recuperação da situação recessiva cujos factores remontam a 1979/80, após a segunda crise petrolífera. Contudo, essa evolução, para além de não ocorrer com a mesma intensidade nas diversas economias dos países da OCDE, não se mostra com suficiente firmeza e dinamismo de modo a poder ser considerada duradoura e a propiciar um crescimento regular e sustentado, uma redução significativa do desemprego e a absorção dos problemas estruturais da economia. Persistem riscos e incertezas que poderão perturbar o processo de ajustamento em curso. Assim, com excepção dos Estados Unidos da América, em que a actividade económica foi relançada rapidamente, o movimento de retoma tem sido mais lento do que em ciclos anteriores, devido ao maior rigor que foi imprimido à política anti-inflacionista e à conjugação de factores que surgiram nesta conjuntura recessiva, designadamente os ligados aos problemas monetários mundiais e ao endividamento ex-

cessivo de alguns países em vias de desenvolvimento.

As previsões da OCDE apontam para um crescimento do PNB do conjunto dos países da Zona, em 1984, da ordem dos 4,8%, com diferenciações significativas entre os países. Assim, enquanto para os EUA a taxa de acréscimo do produto nacional bruto (PNB) era de 6,8%, para a Europa situava-se em 2,3%. A recuperação prosseguirá em 1985 e será extensiva à generalidade dos países industrializados, mas o PNB da Zona OCDE deverá crescer a ritmos mais moderados (3% em média anual) devido ao abrandamento da actividade económica nos EUA.

Face à moderação da retoma produtiva o emprego não deverá beneficiar de uma expansão satisfatória, prevendo-se que persistirão taxas de desemprego elevadas, particularmente na Europa onde a situação tenderá a deteriorar-se ligeiramente, podendo a taxa de desemprego passar de cerca de 11% em 1984 para 11,5% em 1985. No conjunto da Zona OCDE aquela taxa deverá estabilizar ao nível de 8,5%.

A inflação média nos países da OCDE deverá estabilizar, prevendo-se que o ritmo de aumento de preços se mantenha em 1985, entre 4,5 e 5%, o que constitui o mais baixo nível de inflação observado desde 1972. No entanto, continuam a existir disparidades no interior da Zona OCDE, particularmente no grupo dos pequenos países onde, apesar da tendência para o abrandamento das pressões inflacionistas, se observam níveis sensivelmente superiores a 20%. Estas perspectivas de contenção da inflação estão relacionadas com o crescimento pouco vigoroso da produção, com a previsão de que os salários continuarão a ter uma evolução moderada e com a hipótese de que os preços dos bens de base não sofrerão fortes variações.

As trocas mundiais registarão em 1985, um abrandamento em volume, o qual será mais sensível nos países não pertencentes à OCDE.

A balança de transacções correntes do conjunto dos países da OCDE ter-se-á deteriorado em 1984, mas tenderá a estabilizar-se a partir de finais desses anos. O défice comercial dos EUA continuará a agravar-se em resultado da política de valorização do dólar americano e perda de competitividade. Este défice continuará a exercer um efeito impulsionador da procura sobre os restantes países. Prevê-se um reforço do excedente do Japão e uma variação positiva do conjunto dos países europeus.

Atendendo a que os países da OPEP e os

países em desenvolvimento não produtores de petróleo já terão, em certa medida, procedido aos ajustamentos tornados necessários pela quebra do volume e dos preços das suas exportações e pela situação crítica da dívida externa, prevê-se que estejam em posição mais favorável no comércio internacional e que as importações evoluam sensivelmente ao mesmo ritmo das exportações. Por outro lado, as previsões do comércio mundial apontam para uma estabilidade dos termos de troca.

A evolução do investimento de que depende, em larga medida, a consolidação de recuperação, está sujeita a alguns elementos de risco e incerteza que se prendem não só com factores de ordem económica mas com o comportamento dos agentes económicos, face às suas expectativas quanto à evolução da inflação, à sua confiança na estabilidade das políticas monetária e orçamental e, ainda, às perspectivas de duração da recuperação. Existem riscos de inflexão da política monetária e de variações da taxa de câmbio. De notar que a evolução da política económica norte-americana terá importantes implicações no processo de recuperação da economia mundial. Nos EUA a interacção de uma política orçamental expansionista com uma política monetária restritiva vem criando condições propícias à elevação das taxas de juro. Uma subida significativa destas poderá afectar o investimento e a compra de bens de consumo duradouro, e ter implicações na procura do resto do mundo bem como na situação financeira precária dos países devedores. Por outro lado, o agravamento sucessivo dos défices da balança de transacções correntes poderá provocar alterações na procura externa de activos liberados em dólares o que, associado a uma perda de competitividade ligada à sobrevalorização do dólar, poderá constituir factor de risco de variação da taxa de câmbio.

A política económica nacional tem sido dominada pela necessidade de assegurar a reposição dos equilíbrios económicos fundamentais do sistema económico, onde têm persistido conjuntamente graves problemas de défice externo, de desemprego e de inflação.

Face à urgência em actuar incisivamente sobre o desequilíbrio das contas externas foi lançado, em Junho de 1983, o Programa de Gestão Conjuntural de Emergência tendo sido desenvolvido um processo de ajustamento da política económica, no sentido de uma maior restrição, na sequência do qual foi assinado um acordo de «stand-by» com o Fundo Monetário Internacional. Em 1984, foram estabelecidos como objectivos prioritários a redução do défice da balança de transacções correntes

para 1,25 mil milhões de dólares e a limitação do défice do sector público administrativo para cerca de 6,5% do produto interno bruto (PIB) .

A política de estabilização, sobretudo a continuada austeridade da política monetária desde finais de 1982, permitiu a consecução do objectivo final da política macroeconómica para 1984, ou seja da redução do défice das operações correntes com o exterior, o qual terá sido da ordem dos 700 milhões de dólares, o que representa cerca de 3% do PIB, contra 7,1% em 1983. Com efeito, a evolução da balança comercial tem evidenciado uma apreciável diminuição do respectivo défice, para a qual vêm contribuindo o decréscimo das importações em volume, em resultado da contracção da procura interna e a expansão das exportações. O comportamento favorável destas é explicado fundamentalmente pelos efeitos da recuperação económica dos países da OCDE e pela melhoria da competitividade externa verificada nos últimos dois anos, possibilitada pela política cambial seguida e pela queda dos salários reais e dos custos relativos do trabalho. Os indicadores disponíveis apontam para uma recuperação das receitas do turismo mas, em contrapartida, as remessas de emigrantes deverão sofrer nova queda .

A redução do défice das contas públicas não se operou ao ritmo desejado. Assim, o défice do sector público administrativo e do sector público alargado terão representado, em 1984, respectivamente, cerca de 9% e 16,5% do PIB.

Os efeitos mais desfavoráveis dos ajustamentos introduzidos nas políticas monetária, orçamental e cambial terão sido, em 1984, a diminuição da procura interna, a redução do nível de actividade e do emprego e a aceleração da taxa de inflação, particularmente no primeiro semestre. O decréscimo registado a nível da procura interna cifrou-se em cerca de 6,6% ,tendo sido a formação bruta de capital fixo (FBCF) a componente mais afectada (— 20%). O consumo privado diminuiu cerca de 2%, o que reflecte parcialmente a queda do poder de compra dos trabalhadores por conta de outrém, cujos rendimentos salariais diminuíram em termos reais. O produto interno bruto apresentou uma variação real negativa de cerca de 1,6%. O índice de preços no consumidor revelou o aumento mais elevado dos últimos anos (29,3% em termos de média anual).

A Região vê com apreensão o evoluir de situação económica do País e teme que se não concretizem os objectivos de política económica estabelecidas a nível nacional, os quais terão de inverter uma evolução agravada em 1983 e 1984.

2. Aspectos da evolução da situação económica na Região

A situação conjuntural na Região, em 1984, foi influenciada pelos efeitos da política restritiva a nível nacional, sobretudo nas suas componentes monetárias e fiscal e de factores externos desfavoráveis, que condicionaram especialmente a evolução das remessas de emigrantes.

Evolução favorável ocorreu no investimento público (a execução orçamental das despesas incluídas no PIDDAR em 1984 evidencia um acréscimo relativamente a 1983) e na procura externa traduzida, esta última, num aumento das exportações e das receitas do turismo.

Também no que concerne à produção agrícola, houve crescimentos significativos na horticultura sob coberto, na «nova» viticultura de qualidade, na fruticultura subtropical e na floricultura, mormente nas respectivas superfícies de cultivo. Na área da pecuária, a evolução mais significativa e positiva processou-se na produção de carnes diversas (suínos, ovinos e caprinos), muito especialmente de suínos e na produção «industrial» de ovos (+24,3% no período Janeiro-Outubro em termos homólogos do ano anterior).

No domínio da pesca, os dados disponíveis apontam para um acréscimo da produção, em termos reais, a uma taxa superior à registada em 1983. Com efeito, o volume de pescado descarregado aumentou 11,5%, em 1984, contra 3,2 no ano anterior. Para esta evolução foi determinante o apreciável acréscimo apresentado pelos tunídeos (+57,5%) e pelo peixe-espada (+11,5%). Na actividade do sector é já notória uma melhoria dos níveis de produtividade, com reflexos evidentes no crescimento da produção que vem ocorrendo desde 1982.

Quanto à produção industrial, a análise dos dados disponíveis permite evidenciar uma evolução positiva do valor de produção em algumas indústrias, designadamente nas de alimentação. O sector tradicional da indústria mais ligado ao mercado externo registou, no seu conjunto, uma evolução positiva relativamente a 1983, o que reflecte a maior lucratividade das exportações. As exportações do vinho engarrafado apresentaram, em 1984, um acréscimo, em quantidade, de cerca de

27%. Em contrapartida, as de vinho a granel, na sequência da evolução que se vem registando nos últimos anos, e que resulta da necessidade de seguir uma política de qualidade, registaram uma quebra de 7,6%. As exportações totais de vinho, aumentaram em valores nominais, cerca de 33%. Por outro lado, as transacções no mercado interno beneficiaram de um acréscimo significativo (68,6% no primeiro semestre). As exportações de bordados e tapeçarias registaram um acréscimo, em valor, de cerca de 17%, enquanto na venda local ocorreu uma variação positiva à volta de 31%. As vendas ao estrangeiro de obras de arte apresentaram um acréscimo de 41% em termos nominais.

A actividade de produção, transporte e distribuição de electricidade tem registado, nos últimos anos, um significativo crescimento, o qual tem sido impulsionado pela expansão do consumo e pelo alargamento das áreas electrificadas. Relativamente a este último aspecto constituía objectivo do sector, no domínio da distribuição, a electrificação de todos os núcleos populacionais com mais de 20 habitantes, o que foi alcançado em 1984. A produção de electricidade apresentou, em 1984, relativamente a 1983, um acréscimo de cerca de 4%, o qual foi determinado pela evolução favorável da produção de origem hídrica que beneficiou de um incremento significativo (cerca de 26%).

O défice da balança comercial referente ao primeiro semestre de 1984 cifrou-se em 9 280 milhares de contos, o que representa uma redução de 7,6% relativamente ao verificado no período homólogo de 1983 (Quadro I). Para esta redução contribuiu fundamentalmente a evolução do comércio com o estrangeiro — cujo défice sofreu uma diminuição de 28% — já que nas trocas com o Continente o decréscimo foi menos acentuado (2,4%).

A evolução do comércio com o estrangeiro foi devida a uma quebra do valor das importações (—10%) e a um aumento significativo das exportações (+20,7%), o que se reflectiu na melhoria da taxa de cobertura que, em termos homólogos, passou de 37% para 49,6%. Nas transacções com o Continente e Açores a redução do défice foi determinada pelo acréscimo registado nas expor-

QUADRO I

EVOLUÇÃO DA BALANÇA COMERCIAL E DA TAXA DE COBERTURA

PERÍODO EM ANÁLISE: JANEIRO/JUNHO

Unidade: 1 000 contos

	Importações			Exportações			Défice comercial		Taxa de cobertura (%)	
	1983	1984	Taxas de variação (%)	1983	1984	Taxas de variação (%)	1983	1984	1983	1984
	(Mil contos)	(Mil contos)	(%)	(Mil contos)	(Mil contos)	(%)	(Mil contos)	(Mil contos)		
Contínente e Açores	9 039,2	9 148,4	+ 1,0	1 034,8	1 333,4	+28,9	- 8 004,4	-7 815,0	11,4	14,6
Estrangeiro	3 232,7	2 908,6	-10,0	1 196,3	1 443,6	+20,7	- 2 036,4	-1 465,1	37,0	49,6
TOTAL	12 271,9	12 057,0	- 1,8	2 231,1	2 777,0	+24,5	-10 040,8	-9 280,1	18,2	23,0

• Dados provisórios

FONTE: SREM

tações [+28,9%], tendo o valor das importações aumentado apenas 1%.

Em 1983, estima-se que a balança comercial tenha atingido um saldo negativo de 19,3 milhões de contos o que representa mais 10,6% relativamente ao ano anterior (Quadro II).

De facto, naquele ano, a Região importou quase 25 milhões de contos e exportou cerca de 6 milhões de contos.

Contudo, em termos relativos regista-se um certo abrandamento no ritmo de crescimento do saldo, o qual está na origem, por um lado, na desaceleração das importações, que cresceram 16,4% de 1982 para 1983 contra 24,4% no ano anterior (de 1981 para 1982) e por outro, no crescimento significativo das exportações, de 41,4% em 1983, relativamente a 1982, contra 12,6 em 1982 relativamente a 1981.

Esta situação reflectiu-se na taxa de cobertura das importações pelas exportações a qual se situou em 22,8%, enquanto no ano anterior aquela havia sido de 18,7%.

Em termos de distribuição geográfica (Quadro III) as trocas comerciais são essencialmente

estabelecidas, como já é norma, entre a Região Autónoma da Madeira e o Continente.

O défice do movimento de mercadorias entre estes dois territórios tem vindo sempre a aumentar apresentando, em 1983, um saldo negativo de 15,4 milhões de contos.

Quanto às trocas comerciais entre a Região e o Estrangeiro, a Comunidade Económica Europeia continua sendo o principal fornecedor e cliente. Durante o ano de 1983, a Região importou 2,827 milhões de contos ou seja mais 11,6% que em igual período do ano anterior e exportou 1,552 milhões de contos o que representou mais 23,5%. A balança comercial com este grupo de países é já bastante deficitária, sendo o saldo negativo de 1,275 milhões de contos.

De salientar que, com o grupo de países que constituem a EFTA, as importações continuaram a diminuir e no respeitante a exportações registou-se uma melhoria (aumento de cerca de 42%) relativamente ao ano anterior, em que houve uma quebra significativa relativamente a 1981 (diminuição de cerca de 24%).

Uma breve análise do comportamento das en-

QUADRO II
EVOLUÇÃO DA BALANÇA COMERCIAL

	1981		1982		1983	
	t	valor	t	valor	t	valor
ESTRANGEIRO						
• Importações	202 453,6	4 833 341	271 173,6	5 911 462	260 787,4	6 448 919
• Exportações	88 060,6	1 710 993	86 150,1	1 960 840	90 768,2	2 543 095
CONTINENTE + AÇORES						
• Entradas	277 632,7	12 452 106	274 624,7	15 555 580	295 819,6	18 537 543
• Saídas	47 511,6	1 860 227	41 055,7	2 061 195	43 985,3	3 142 292
CONTINENTE E AÇORES + ESTRANGEIRO						
• Importações + Entradas	480 086,3	17 255 447	545 798,3	21 467 048	556 607,0	24 986 462
• Exportações + Saídas	135 572,2	3 571 220	127 205,8	4 022 035	134 753,5	5 685 387
DÉFICE COM ESTRANGEIRO	114 393,0	3 092 348	185 023,5	3 950 628	170 019,2	3 905 824
DÉFICE COM CONTINENTE E AÇORES	230 121,1	10 591 879	233 569,0	13 494 385	251 834,2	15 395 251
DÉFICE GLOBAL	344 514,1	13 684 227	418 592,5	17 445 013	421 853,5	19 301 075
TAXA DE COBERTURA C/ ESTRANGEIRO ...	35,6		33,2		39,4	
TAXA DE COBERTURA C/ CORRENTE E AÇORES	14,9		13,3		17,0	
TAXA DE COBERTURA GLOBAL	20,7		18,7		22,8	

FONTE: SREM

QUADRO III
DISTRIBUIÇÃO DO COMÉRCIO EXTERNO

Descrição	1981		1982		1983	
	valor	%	valor	%	valor	%
IMPORTAÇÕES						
TOTAL GERAL	17 255 447	100,0	21 467 048	100,0	24 986 462	100,0
• Continente e Açores	12 452 106	72,2	15 555 580	72,5	18 537 543	74,2
• Estrangeiro	4 803 341	27,8	5 911 468	27,5	6 448 919	25,8
CEE	2 257 443	13,1	2 534 236	11,9	2 827 442	11,3
EFTA	586 536	3,4	531 060	2,5	487 078	1,9
E. U. A.	772 952	4,5	808 340	3,8	947 618	3,8
Outros	1 186 410	6,9	2 037 832	9,5	2 186 781	8,8
EXPORTAÇÕES						
TOTAL GERAL	3 571 220	100,0	4 022 035	100,0	5 685 387	100,0
• Continente e Açores	1 860 227	52,1	2 061 195	51,3	3 142 292	55,3
• Estrangeiro	1 710 993	47,9	1 960 840	48,6	2 543 095	44,7
CEE	1 058 479	29,6	1 256 467	31,2	1 552 132	27,3
EFTA	102 217	2,9	78 351	2,0	111 218	2,0
E. U. A.	259 580	7,3	248 323	6,2	354 519	6,2
Outros	290 717	8,1	377 699	9,4	525 226	9,2

FONTE: SREM

tradas e importações por grupos de produtos permite destacar como mais importantes os representados no Quadro IV. De salientar a importância de «Automóveis e peças separadas», «Caldeiras, máquinas e aparelhos; instrumentos mecânicos» e «Cimento», cuja importação, tanto em valor como em quantidade, ao contrário dos dois grupos de produtos anteriormente mencionados, tem vindo sempre a aumentar, embora, em termos relativos, se note já um certo abrandamento.

A estrutura das exportações (Quadro V), e na continuação do que se tem vindo a verificar nos últimos anos, apresenta uma elevada concentração em apenas seis produtos, os quais contribuem com uma parcela valiosa para as exportações da Região. Os mais importantes continuam sendo, sem dúvida, a banana que, em 1983, ultrapassou os 2 milhões de contos. Seguem-se-lhe os borda-

dos com 1,038 milhões de contos; o vinho da Madeira, as obras de vime, as flores e, por fim, as conservas de atum.

Analisando com um pouco mais de pormenor o movimento de mercadorias entre a Região e o estrangeiro e considerando o período de 1978 a 1983 verifica-se que a exportação de mercadorias para o estrangeiro cresceu à taxa média anual de 18,7% a preços correntes e de 1,6% a preços constantes de 1978. As variações anuais podem ser observadas através do Quadro VI.

Verifica-se uma nítida melhoria a partir de 1981 no índice em volume das exportações cuja causa principal se encontra no significativo aumento dos bordados que só por si representaram, em 1983, 40% do total das exportações para o estrangeiro.

QUADRO IV

PRINCIPAIS PRODUTOS DA IMPORTAÇÃO

	1981		1982		1983	
	t	valor	t	valor	t	valor
• Carne de gado bovino	2 312,2	327 718	2 641,0	448 783	2 804,5	541 764
• Bacalhau	1 395,0	284 708	1 008,2	228 438	815,5	224 186
• Trigo	31 098,2	355 640	28 787,1	388 597	31 654,6	570 634
• Milho	46 479,3	420 640	36 746,0	353 308	30 586,2	526 408
• Açúcar	7 235,3	358 512	8 130,9	212 736	9 390,0	292 680
• Vinho	3 660,6	168 761	4 797,1	275 293	7 049,8	446 828
• Cimento	111 973,4	426 718	191 639,1	850 154	197 538,8	1 028 369
• Óleos lubrificantes e combustíveis	54 185,2	928 625	19 443,8	307 305	27 613,1	495 595
• Medicamentos	875,2	405 368	555,7	516 313	442,9	476 634
• Matérias plásticas	11 019,5	241 879	2 608,2	331 421	2 446,7	365 442
• Papel, cartolina e cartão	3 380,9	182 417	4 531,4	272 047	4 392,1	325 850
• Ferro ou aço em bruto	7 356,3	222 915	14 872,3	459 681	10 938,4	429 903
• Ferro ou aço em obra	6 593,5	558 316	4 667,2	425 118	3 310,1	420 997
• Caldeiras máquinas e aparelhos; instrumentos mecânicos	3 969,7	1 331 623	3 951,1	2 614 936	3 338,6	1 885 993
• Máquinas e aparelhos eléctricos	2 063,8	721 684	2 393,8	920 066	2 631,1	1 091 864
• Automóveis e peças separadas	6 101,8	2 379 154	6 726,6	2 941 538	4 367,4	2 483 671

FONTE: SREM

QUADRO V
PRINCIPAIS PRODUTOS DE EXPORTAÇÃO

	1980		1981		1982		1983	
	t	valor	t	valor	t	valor	t	valor
• Flores e botões de flores	76,0	23 913	82,4	25 694	74,1	25 017	72,0	28 260
• Bananas	19 489,2	680 470	26 981,7	1 046 613	27 743,2	1 110 627	29 915,3	2 005 035
• Vinho Madeira	4 731,8	385 675	3 788,1	434 595	3 297,6	443 518	3 338,2	592 827
• Bordados da Madeira	137,3	574 511	120,6	691 157	110,8	762 658	205,9	1 038 452
• Obras de vimes	1 716,7	311 391	1 252,2	259 893	1 374,3	313 205	1 384,9	410 581

FONTE: SREM

QUADRO VI

EXPORTAÇÃO TOTAL DE MERCADORIAS PARA
O ESTRANGEIRO

(EVOLUÇÃO ANUAL)

	1978	1979	1980	1981	1982	1983
Em volume ...	100,0	93,7	93,3	96,2	97,0	132,5
Em valor ...	100,0	126,2	112,7	111,6	114,6	129,6
Crescimento anual dos preços ...	—	134,7	120,8	116,0	117,6	97,8

FONTE: D.R.P.

(O cálculo das séries em volume e preços foi elaborado a partir de uma amostra previamente escolhida considerando-se como base de referência o ano de 1978).

No período 1978/83, as importações de mercadorias do estrangeiro cresceram a uma taxa média anual de 30,5% a preços correntes e de 3,6% a preços constantes de 1978. No mesmo período o índice de preços implícito na importação total cresceu a uma taxa média de cerca de 26%.

Em termos de variações anuais as séries apresentadas (Quadro VII) reflectem a tendência da aceleração dos preços de importação como resultado da constante desvalorização do escudo. De facto, após uma certa desaceleração registada no ritmo de crescimento dos preços verifica-se em 1983 um elevado crescimento dos mesmos.

Quanto às quantidades importadas há uma nítida tendência para a sua diminuição, o que traduz, em certa medida, a preocupação em se diminuir, tanto quanto possível, a dependência da Região em relação ao exterior.

QUADRO VII

IMPORTAÇÃO TOTAL DE MERCADORIAS
DO ESTRANGEIRO

(EVOLUÇÃO ANUAL)

	1978	1979	1980	1981	1982	1983
Em volume ...	100,0	106,0	98,4	142,6	104,9	76,6
Em valor ...	100,0	134,6	123,8	169,2	123,1	109,1
Crescimento anual dos preços ...	—	127,0	125,7	118,7	117,4	142,4

FONTE: D.R.P.

(O cálculo das séries em volume e preços foi elaborado a partir de uma amostra previamente escolhida considerando-se como base de referência o ano de 1978).

O crescimento das exportações tem a ver necessariamente, com um esforço importante de promoção dos produtos, ao mesmo tempo que supõe uma cada vez melhor utilização da capacidade produtiva. A dinamização das exportações terá de ser sempre acompanhada de acções que visem a melhoria da qualidade e deverá processar-se tendo em conta o incremento das actuais exportações, o desenvolvimento de novas indústrias e da diversificação de mercados.

Tudo isto justifica o esforço do Governo Regional, na criação, estabelecimento e entrada em funcionamento da Zona Franca Industrial e dos Parques Industriais e, ainda, da promoção intensa em certos mercados potenciais compradores dos produtos da Região numa tentativa de evitar a excessiva concentração.

A nível da balança de serviços é notória a evolução favorável das receitas de turismo, a

qual foi possibilitada sobretudo pela recuperação económica dos países da OCDE e pela política cambial prosseguida no país. Com efeito, as dormidas na hotelaria apresentaram, no período Janeiro-Outubro de 1984, um acréscimo de 7,6% relativamente a igual período de 1983, o qual foi determinado pelo comportamento das dormidas de estrangeiros (mais 12,5% no período em referência contra uma variação negativa de 4,1% no período homólogo de 1983), já que as dormidas de residentes em Portugal (cuja posição relativa no total das dormidas foi cerca de 21%) acusaram um decréscimo de 7,8%. As receitas totais dos estabelecimentos hoteleiros apresentaram, no mesmo período, um acréscimo, em termos nominais, de 41% contra 22% no período homólogo de 1983. A evolução indiciada pelos registos cambiais atribuídos ao turismo aponta no mesmo sentido, tendo as receitas em divisas beneficiado, no período Janeiro-Setembro, de um incremento de cerca de 42% em escudos e de 6,1%, quando expressas em dólares (Quadros VIII e IX).

As remessas de emigrantes vêm sendo influenciadas por factores externos que impedem uma evolução favorável. A sua redução foi determinada pelo comportamento das remessas provenientes dos E.U.A. e Canadá (-34,9%) que haviam tido em 1983 um espectacular aumento (cerca de 207%), já que se registou uma evolução positiva

das enviadas dos países europeus da OCDE (+22,6%) e do Resto do Mundo (+8,2%).

Na origem da diminuição das remessas de emigrantes, em dólares, está certamente a crise internacional com as suas incidências negativas na evolução dos salários reais e do emprego e, em particular, as dificuldades relativas a pagamentos internacionais que afectaram a Venezuela e as resultantes da aplicação restritiva da legislação cambial na África do Sul. Com efeito, como se pode verificar no Quadro X, a importância relativa do conjunto de países que integra o Resto do Mundo — em que a Venezuela e a República da África do Sul detêm posição preponderante — diminuiu significativamente de 1982 para 1983, passando de 76% para 42%. De referir que, das remessas enviadas até Setembro de 1984, 21,4% tiveram origem na Venezuela. Uma outra alteração significativa na distribuição geográfica das remessas de emigrantes consistiu na subida, em 1983, da ponderação atribuída à parcela relativa aos E.U.A. e Canadá que passou de 12% em 1982 para 35,8% em 1983. Este facto deverá estar associado à forte revalorização do dólar e, possivelmente, à canalização para a Região de poupanças, aplicadas principalmente nos E.U.A. (onde as taxas de juro se têm mantido elevadas) o que terá compensado parcialmente a quebra ocorrida nas remessas provenientes de outros países.

QUADRO VIII

RECEITAS DE TURISMO

(Liquidações cambiais)

(Milhares de contos)

	1981	1982	1983	Janeiro - Setembro		
				1983	1984	Taxa de variação homóloga (%)
Países europeus da OCDE	2 836	2 557	4 615	3 186	4 463	+ 40,1
EUA e Canadá	1 690	1 413	1 945	1 448	2 057	+ 42,1
Resto do Mundo	113	170	149	105	214	+ 103,8
Total	4 639	4 140	6 714	4 742	6 729	+ 41,9

QUADRO IX
EVOLUÇÃO DAS RECEITAS DE TURISMO (a)

Variações homólogas em %

	1983	Jan.º-Set.º 1984/Jan.º-Set. 1983
Países europeus da OCDE	+29,5	+ 4,7
EUA e Canadá	— 1,2	+ 6,2
Resto do Mundo	—37,1	+52,3
Total	—16,3	+ 6,1

(a) A partir de valores aproximados, expressos em dólares

Origem: Banco de Portugal

QUADRO X
REMESSAS DE EMIGRANTES

(Milhares de contos)

	1981	1982	1983 (a)	Janeiro - Setembro		
				1983	1984	Taxa de variação homóloga (%)
Países europeus da OCDE	1 036	1 253	2 072	1 550	1 901	+22,6
EUA e Canadá	963	1 363	4 182	3 369	2 194	—34,9
Resto do Mundo	6 761	8 084	5 403	4 337	4 693	+ 8,2
Total	6 760	10 700	11 657	9 257	8 788	— 5,1

(a) Valores revistos

Origem: Banco de Portugal

As tensões inflacionistas agravaram-se no País nos últimos dois anos, particularmente a partir de meados de 1983, o que, em parte, está relacionado com a política económica prosseguida no âmbito do Programa de Estabilização Financeira e Económica, em que o problema da inflação foi relegado para segundo plano, face à gravidade do desequilíbrio externo e do défice do sector público. Um outro importante factor explicativo do aumento de preços, de natureza exógena respeita à acentuada elevação da paridade do dólar relativamente ao escudo que se tem repercutido nos preços das importações de alguns bens essenciais. Atendendo à dependência estrutural da economia regional, estes factores contribuíram para elevar o nível de inflação interna. Assim, os preços no consumidor sofreram nova aceleração em 1984, tendo o Índice de Preços no Consumidor (IPC), para a cidade do Funchal, registado uma variação média anual de cerca de 32%. No entanto, contrariamente ao que havia ocorrido em 1983 em que o ritmo de aumento dos preços se

foi acentuando ao longo do ano, a evolução em 1984 traduziu-se por uma desaceleração no 2.º semestre, sendo mais nítida no 4.º trimestre em que a variação homóloga foi de 20,6%. Este andamento do índice, paralelo ao verificado a nível do Continente, foi bastante influenciado pela política de aumentos de preços administrados, acompanhados de redução de subsídios (que se efectivaram sobretudo na primeira metade do ano), e pela orientação geral da política de preços que se tem traduzido por uma eliminação progressiva dos controlos de preços.

A população, segundo estimativas do INE, apresentava, no terceiro trimestre de 1984, relativamente ao período homólogo do ano anterior, um aumento de cerca de seis mil e oitocentos indivíduos. Tal facto deverá ser justificado pela evolução normal das taxas de natalidade e mortalidade, pela evolução da situação económica na Região, pela continuação dos entraves que os países de destino tradicional da nossa emigração têm continuado a manter à entrada de trabalha-

dores estrangeiros e, ainda, pelo retorno de emigrantes.

Quanto ao nível de desemprego que continua a ser um indicador importante no quadro económico-social dos países e das regiões, registou-se que o número de desempregados na Região atingiu, no terceiro trimestre de 1984, cerca de 7 400 trabalhadores, a que corresponde uma taxa de desemprego de 6,6% da população activa, igualando o valor já atingido no segundo trimestre, de acordo com as estatísticas de emprego da Secretaria Regional do Plano, recentemente divulgadas. No mesmo período, no Continente, aquela taxa era de 10,3%, enquanto na Comunidade Económica Europeia (sem a Grécia) atingiu um recorde histórico em Dezembro de 1984, ultrapassando pela primeira vez os treze milhões, correspondendo a uma taxa de 11,6% da população activa.

A taxa de desemprego feminina tem vindo progressivamente a diminuir (6,7%), quase igualando a masculina que se cifrou em 6,6%.

O sector de actividade económica que maior volume de emprego absorve continua a ser o terciário, sector a que cabia 42,2% do emprego total, seguido do secundário com 36,2% e, por último, o primário com 21,6%.

A análise da actividade financeira da administração regional, baseia-se em valores provisórios da execução financeira do Orçamento nos últimos três anos. (Quadro XI).

As receitas efectivas em 1984 cresceram, relativamente a 1983, 23,2%. Para tal situação contribuiu o comportamento das receitas fiscais e, de modo particular, os impostos directos, que, representando 51% daquelas receitas, registaram um aumento de 44,8%. Nestes impostos, tiveram aumentos superiores à média o imposto de capitais e o imposto extraordinário. O aumento verificado neste último, (mais de 100%) deve-se ao facto de grande parte das cobranças só terem dado entrada nos cofres públicos em 1984. As receitas do imposto profissional — as segundas mais importantes nos impostos directos — registaram um crescimento de 33,2%.

QUADRO XI

SÍNTESE DA CONTA

— Valores provisórios —

(contos)

	1983	1984
1. Receitas Efectivas (a)	11 230 660	13 832 168
2. Despesas Efectivas (b)	15 647 985	16 669 804
3. Défice (1-2)	4 417 325	2 837 636
4. Amortizações da Dívida (c)	2 739 486	1 221 140
5. Necessidades de Financiamento (3) + (4)	7 156 811	4 058 776
6. Produto da Emissão de Empréstimos/Adiantamentos para Aplicação na Execução Orçamental	7 475 222	4 680 542

(a) Não inclui a utilização do produto da emissão de empréstimos;

(b) Não inclui os encargos com os empréstimos;

(c) Inclui juros e amortizações propriamente ditas e inclui operações de tesouraria.

QUADRO XII

RECEITAS FISCAIS DA REGIÃO

— Valores Provisórios —

(contos)

	1983	1984
Impostos Directos	3 068 953	4 419 903
Impostos Indirectos	3 709 357	4 241 307
Receitas Fiscais	6 778 310	8 661 210
Impostos Directos/Receitas Fiscais (%)	45,3	51
Impostos Indirectos/Receitas Fiscais (%)	54,7	49

QUADRO XIII
EXECUÇÃO ORÇAMENTAL
(Valores provisórios)

[contos]

	1983	1984	Taxa de variação 1984/1983
RECEITAS CORRENTES	<u>10 629 434</u>	<u>13 226 022</u>	24,4
• IMPOSTOS DIRECTOS	<u>3 068 953</u>	<u>4 419 903</u>	44,8
— Contribuição industrial	460 290	637 533	38,5
— Imposto profissional	791 162	1 053 469	33,2
— Imposto de capitais	1 161 804	1 753 627	50,9
— Imposto complementar	220 978	210 176	- 4,9
— Imposto sobre sucessões e doações	106 538	85 554	-19,7
— Sisa	113 178	94 828	-16,2
— Imposto extraordinário	185 850	529 992	185,2
— Diversos	29 153	54 724	87,7
• IMPOSTOS INDIRECTOS	<u>3 709 357</u>	<u>4 241 307</u>	14,3
— Direitos de importação	176 120	222 001	26,1
— Sobretaxa de importação	188 476	130 280	-30,9
— Imposto interno de consumo	59 172	55 933	- 5,5
— Estampilhas fiscais	132 647	149 579	12,8
— Imposto do selo	655 332	972 452	48,4
— Imposto de transacções	1 776 044	1 904 390	7,2
— Imposto sobre venda de automóveis	217 750	182 601	-16,1
— Imposto de consumo sobre tabaco	327 220	450 736	37,7
— Diversos	176 596	173 335	-1,8
• TAXAS, MULTAS E OUTRAS PENALIDADES ...	<u>580 317</u>	<u>834 231</u>	43,7
• RENDIMENTOS DE PROPRIEDADE	<u>78</u>	<u>90</u>	15,4
• TRANSFERÊNCIAS — SECTOR PÚBLICO	<u>2 227 702</u>	<u>2 838 902</u>	27,4
— O.G.E.	<u>2 181 430</u>	2 773 902	27,2
— Gabinete Regional de Gestão Fundo Desemprego	45 000	65 000	44,4
— Outras	1 272	—	—
• VENDAS DE SERVIÇOS E BENS NÃO DURADOUROS	<u>224 125</u>	<u>318 473</u>	42,1
• OUTRAS RECEITAS CORRENTES	<u>818 902</u>	<u>573 116</u>	-30
RECEITAS DE CAPITAL	<u>8 015 476</u>	<u>5 256 657</u>	-34,4
• VENDAS DE BENS DE INVESTIMENTO	<u>23 093</u>	<u>58 594</u>	153,7
• TRANSFERÊNCIAS — SECTOR PÚBLICO	<u>513 385</u>	<u>509 639</u>	-0,7
— O.G.E.	—	—	—
— Gabinete Regional de Gestão Fundo Desemprego	464 020	475 000	2,3
— Exterior	49 365	34 639	-29,8
• ACTIVOS FINANCEIROS	<u>2 872</u>	<u>7 124</u>	148,1
• PASSIVOS FINANCEIROS	<u>7 475 222</u>	<u>4 680 542</u>	-37,3
• OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	<u>904</u>	<u>758</u>	-16,1
• REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS NOS PAGAMENTOS	<u>60 972</u>	<u>30 031</u>	-50,7
TOTAL GERAL	<u><u>18 705 882</u></u>	<u><u>18 512 710</u></u>	- 1,0

Os impostos indirectos cresceram a uma taxa de 14,3%; com aumentos superiores a esta média destacam-se o imposto do selo e o imposto de consumo de tabaco.

Quanto às despesas efectivas o acréscimo verificado, deve-se, fundamentalmente, às realizadas no âmbito das «Despesas de Capital — Passivos Financeiros» que, em 1984, atingiram cerca de 844 800 contos.

Nos últimos dois anos, a execução financeira do orçamento, a nível da despesa — valores provisórios — pode sintetizar-se no quadro seguinte:

	1983	1984
Despesas Correntes ...	11 514 308 contos	10 258 109 contos
(Juros)	(2 739 487)	(376 340)
Despesas de Capital .	496 567 »	1 166 585 »
(Passivos financeiros)	—	(844 800)
Investimentos do Plano	6 376 597 »	6 466 250 »
TOTAL	18 387 472 »	17 890 944 »

O valor atingido pelas despesas correntes em 1984 está influenciado pelo menor peso dos juros da dívida que, naquele ano, foram de 376 340 contos contra 2 739 487 contos em 1983.

Note-se, porém, que a despesa processada e não paga (por dificuldades de tesouraria) e que transitou para o ano seguinte foi, aproximadamente, de 4 400 000 contos, dos quais 77% dizem respeito a Investimentos do Plano, 3% a despesas de capital e 20% a despesas correntes.

CAPÍTULO II

A INTEGRAÇÃO NA COMUNIDADE ECONÓMICA EUROPEIA

A Região Autónoma da Madeira tem continuado a participar no processo das negociações com vista à integração na Comunidade Económica Europeia. Em 1985, espera-se que sejam encerradas as negociações, onde têm maior relevo os dossiers relativos a Agricultura, Pescas, Assuntos Sociais e Questões Institucionais e Orçamentais, e, ainda, as matérias respeitantes aos projectos de Zona Franca, que são de particular importância para Portugal e para a Madeira.

A Região pretende essencialmente a defesa dos interesses da população e não está, ao contrário doutros territórios nacionais, politicamente comprometida com a adesão.

Embora se tenha manifestado interesse na adesão de Portugal à Comunidade Económica Eu-

ropeia, a tomada de uma decisão definitiva por parte da Região só poderá acontecer após a discussão daqueles dossiers e matérias, e de uma apreciação final sobre a globalização das negociações.

De qualquer forma, a Região, tendo como objectivo primordial o seu próprio desenvolvimento sócio-económico, vai procurar, desde já, potencializar os efeitos benéficos do processo da adesão, aproveitando os instrumentos financeiros comunitários e utilizando os meios necessários para o financiamento das acções de valorização do potencial de desenvolvimento endógeno, da modernização das estruturas produtivas e da diminuição da dependência externa.

É nesta linha que se enquadram, já, os projectos financiados, em parte, pela Comunidade, ao abrigo das ajudas de pré-adesão — Saída Oeste do Funchal — e, ainda, os que, a integrar no «Programa de Acções Prioritárias Estruturais» (PAPE) se encontram concluídos e/ou em fase final de elaboração, designadamente:

a) Organização das estatísticas agrícolas na RAM.

Os principais objectivos visados com a realização deste projecto são:

— Montagem duma estrutura de base, a nível dos Serviços de Estatística e dos de Agricultura, tendo em vista a realização dos inquéritos previstos pela Comunidade;

— Preparação de agentes em número suficiente nos domínios agrícola e estatístico, para a criação de uma estrutura de recolha;

— Fornecimento de estatísticas de base sobre a estrutura agrária da Região;

— Obtenção da base indispensável para a realização de inquéritos relacionados com aspectos específicos do sector agrícola, que permitirão completar informações recolhidas através desta operação, nomeadamente os inquéritos do programa de estatísticas agrícolas da CEE, destacando-se o inquérito de base às superfícies vitícolas no ano seguinte ao da adesão de Portugal à CEE, em conformidade com as exigências consagradas no «acquis» comunitário.

A realização deste projecto facilitará a obtenção das informações necessárias à planificação e à adopção de medidas de política agrária, devidamente fundamentadas.

b) Programa de reestruturação e reconversão da vinha na RAM.

Os objectivos gerais deste programa são:

- melhorar as condições de produção;
- melhorar a qualidade do produto e da sua comercialização;
- consolidar a tendência de mudança de atitude de toda a economia vitivinícola, no sentido do reforço do funcionamento organizado e disciplinado do sector;
- orientar os viticultores na escolha dos melhores encepamentos, práticas culturais, etc;
- modificar a atitude da produção, transformando produtores de uva em verdadeiros viticultores, sustentáculos do Vinho da Madeira;
- contribuir para um ordenamento agrícola regional onde a reestruturação-reconversão da vinha tem um papel decisivo;
- ajustar a produção à dinâmica do mercado, contribuindo para o reforço de uma «filière» de progresso;
- manter a área global de vinha, mas modificando decisivamente o actual panorama dos encepamentos.

Estes grandes objectivos terão de ser prosseguidos num horizonte de longo prazo, já que a estrutura fundiária, o grau insuficiente de especialização da exploração vitícola, o envelhecimento da população agrícola, entre outros factores, aconselha a ser-se realista quanto ao grau de aderência inicial do Programa. Assim, nos dois anos abrangidos pelo Programa, estão previstas acções de reconversão (arranque de produtores directos) e reestruturação (replantação e novas plantações) de 60 hectares de vinha em cada ano, uniformemente repartidas. Para além daquele período, prevê-se a inclusão deste programa no «Programa Específico de Desenvolvimento da Agricultura Portuguesa».

c) Laboratório químico-agrícola

Com este projecto visa-se a criação de uma estrutura moderna e funcional que permita assegurar o apoio técnico-científico à Agricultura, nos domínios químico-agrícola propriamente dito, da fitopatologia e da sanidade vegetal, em geral.

Através deste projecto poderá dar-se a operacionalidade devida a secções laboratoriais já existentes na Região, como é o caso das de Virologia, Enologia e Nutrição Vegetal, bem como serem criadas novas secções, designadamente, de Micologia e Bacteriologia (estudo das doenças provocadas pelo aparecimento de vários fungos e bactérias a fim de se proceder ao seu trata-

mento e controlo), de Entomologia (inventariação de insectos e pragas semelhantes que atacam as culturas e a racionalização dos meios de luta contra as mesmas) de Nematologia (pesquisa de nemátodos prejudiciais nos solos e nas plantas a fim de os identificar, estudar e controlar e, ainda, garantir a possibilidade de fornecimento de material sã de propagação), de Fitofarmacologia e Fitiatria (com inspecção fitopatológica, visando impedir a introdução na Região de novos parasitas nocivos à prática agrícola e com experimentação prática dos produtos fitofarmacêuticos recém-homologados a nível nacional) e de Toxicologia (análise de resíduos e análise dos principais produtos agrícolas comercializados, com vista à defesa da saúde pública).

d) Laboratório experimental de microvinificação

Pretende-se a construção de uma estrutura, devidamente equipada, que permita fazer a selecção clonal das castas nobres da Madeira e testar o valor enológico de todas as castas, incluindo as novas em experimentação nos campos de ensaio dos serviços oficiais de agricultura; obter-se-ão, assim, clones de alta produtividade, produtores de mostos com elevado valor enológico, possuindo as características para a produção de vinho licoroso e com título alcoométrico volúmico natural, ajustado à regulamentação base comunitária.

e) Projecto agrícola do Porto Santo

Trata-se de um projecto, cuja duração se estende até 1991 e constitui uma parte de um programa mais ambicioso que pressupõe a exploração de todos os recursos hídricos da ilha do Porto Santo (águas superficiais e subterrâneas) e inclui o próprio abastecimento de água da Madeira ao Porto Santo.

O projecto a submeter a financiamento da Comunidade, inclui 80% dos investimentos previstos no projecto de aproveitamento de recursos hídricos — águas superficiais, respeitantes à construção de barragens e valas.

Pretende-se irrigar uma área de 120 ha, que terá a seguinte ocupação:

plantações de vinha (uva de mesa) ...	98 ha
estufas destinadas a produções hortícolas	4 ha
horticultura ao ar livre	10 ha
fornagens, de apoio à produção forrageira de sequeiro	8 ha

f) Centro Regional de Informação de Mercados da RAM (CRIMA)

Os principais objectivos deste centro são:

— Assegurar na Madeira a recolha e o tratamento correcto das cotações e das informações de mercado dos produtos de interesse nacional, como também a sua comunicação, em tempo oportuno, ao Serviço de Informação de Mercados Agrícolas em Lisboa;

— Recolher, tratar e divulgar, regionalmente as cotações e informação de mercado dos produtos de interesse regional, quer sejam produzidos e consumidos na Região, quer sejam provenientes do Continente;

— Estabelecer previsões de evolução da oferta de produtos regionais, avaliar o nível de «stocks» dos principais produtos, tendo em vista controlar o abastecimento público e permitir a regularização dos mercados agrícolas;

— Conhecer os movimentos de importação e exportação dos produtos agrícolas do Arquipélago.

Para o seu funcionamento prevê-se além de um departamento coordenador no Funchal, unidades de recolha localizadas na Ribeira Brava, Machico, Santana, Mercado Abastecedor do Funchal e na ilha do Porto Santo.

CAPÍTULO III

ORIENTAÇÕES GLOBAIS DA POLÍTICA ECONÓMICA E SOCIAL

É importante objectivo regional ultrapassar as dificuldades que se apresentam ao desenvolvimento social e económico do Arquipélago. A sua superação requer actuações que, através do aproveitamento dos recursos regionais, e da criação das adequadas infra-estruturas, permitam valorizar o potencial de desenvolvimento da Região e, conseqüentemente, aumentar o rendimento e a produtividade, o emprego e, em última análise, a qualidade de vida da população.

A política a prosseguir em 1985, enquadra-se nestes objectivos, e terá como condicionantes: a insuficiência de recursos financeiros; a situação económica do País e as políticas nacionais a implementar, sobretudo, nos domínios fiscal, monetário e financeiro e a integração na Comunidade Económica Europeia.

Atendendo a estas condicionantes, a política de investimento terá de ser mais selectiva, privilegiando-se os investimentos que tenham em vista

a remodelação estrutural da base económica existente e que permitam melhorar a produtividade e adensar as relações intersectoriais.

Será preocupação do Governo promover a preparação de programas e projectos em condições de poderem beneficiar de comparticipações dos Fundos da Comunidade Europeia e adaptar as estruturas administrativas por forma a maximizar esses benefícios.

No que respeita ao sector público, no âmbito do Plano de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Regional para 1985 (PIDDAR 1985), as verbas afectas à área económica (Sectorios Produtivos e Infra-estruturas Económicas) representam 49,8% do montante total daquele Plano e estão orientadas, principalmente, para infra-estruturas de transporte, agricultura, silvicultura, pecuária e pesca, e turismo.

Os Sectorios Sociais absorvem 38% das dotações orçamentais afectas ao PIDDAR-85, cabendo à Habitação e Urbanismo e à Educação as maiores parcelas, dada a elevada prioridade atribuída à satisfação das necessidades básicas da população.

No domínio do investimento privado procurar-se-á criar um ambiente económico mais favorável ao investimento, tanto ao que se refere aos sistemas de incentivos ainda estabelecidos a nível nacional, como mantendo e reforçando a concessão de incentivos regionais já criados, designadamente no turismo, na agricultura, na pesca e na indústria. Neste último domínio releva-se a implantação da Zona Industrial da Cancela, e a publicação de legislação regulamentando o funcionamento da Zona Franca. No âmbito do investimento estrangeiro, a Região procurará atrair iniciativas que se enquadrem nas prioridades definidas a nível regional, e que proporcionem criação de empregos e transferência de tecnologia de interesse regional.

Em matéria orçamental, proceder-se-á a uma contenção rigorosa das despesas, de modo especial das despesas correntes, por forma a, por um lado, permitir a redução das necessidades de financiamento do sector público, e por outro contribuir para a atenuação das pressões inflacionistas.

Tendo em vista melhorar a estrutura das receitas do orçamento da Região serão prosseguidas diligências no sentido de serem definidos, em bases mais ajustadas à realidade regional, critérios concretizadores do princípio da solidariedade nacional, designadamente pela avaliação dos custos de insularidade.

No domínio fiscal, procurar-se-á participar na definição da política a desenvolver, a nível nacional, visando a reestruturação do sistema tributário, de modo a adequá-lo às finalidades de desenvolvimento económico regional e a permitir o equilíbrio social da tributação.

Quanto à política de preços, o Governo propõe-se: continuar a intervir nos preços de certos bens e serviços essenciais, criar condições para o regular abastecimento público e reforçar a vigilância do funcionamento do mercado.

No âmbito da política de comércio externo e, tendo em conta os limites e potencialidades da Região, procurar-se-á dinamizar as exportações e, na medida do possível, substituir algumas importações. No que respeita às exportações apoiar-se-ão as empresas com vista à selecção de canais de distribuição e colocação de produtos regionais nos mercados externos, à melhoria da qualidade dos produtos a exportar e fomentar-se-á a criação de sociedades de comercialização e a participação da Região em feiras, certames ou exposições nacionais ou estrangeiras.

No domínio do trabalho, emprego, saúde e segurança social, a política a prosseguir, terá por objectivos essenciais a paz social e o bem estar da população madeirense, pretendendo-se, a progressiva melhoria das condições de vida e de trabalho.

No âmbito do trabalho, continuar-se-á defendendo o direito, constitucionalmente consagrado, de intervir no processo de elaboração das leis, que, emanadas do Governo da República, situem a Região no seu âmbito de aplicação. Continuar-se-á, também, a privilegiar o diálogo com os parceiros sociais, na resolução de questões concretas. Serão intensificadas acções no campo da higiene e segurança no trabalho, desenvolvendo-se campanhas de formação e informação, bem como manter-se-á a dinâmica imprimida à formação profissional de adultos e de jovens, sempre de acordo com as necessidades do mercado de trabalho na Região.

Será reforçada a concessão de apoios às empresas que, apresentando projectos económicos viáveis, de tal careçam para a criação ou manutenção de postos de trabalho. Será, ainda, implementado o regime de seguro de desemprego, mantido um serviço gratuito de colocações e assegurando um serviço de orientação profissional.

No sentido de dinamizar o sector cooperativo e, para além do apoio à delegação da Madeira do Instituto António Sérgio, proceder-se-á

à elaboração de estudos a aquilatar da viabilidade e vantagens na criação de um organismo tutelar regional.

Particular atenção será concedida a acções no âmbito do aproveitamento dos tempos livres dos trabalhadores.

CAPÍTULO IV

ANÁLISE DOS SECTORES PRODUTIVOS, DAS INFRA-ESTRUTURAS ECONÓMICAS, DOS SECTORES SOCIAIS E DOS SECTORES DE APOIO

1. SECTORES PRODUTIVOS

1.1. Agricultura, Silvicultura e Pecuária

1.1.1. A necessidade de prosseguir a reestruturação deste sector, tornando-o cada vez mais produtivo e influente no quadro da economia regional, modernizando-o, também, face à futura integração de Portugal na Comunidade Económica Europeia, é a razão principal dos cuidados e atenções dos responsáveis ligados à Agricultura, à Silvicultura e à Pecuária.

Tem-se vindo a desenvolver acções e medidas de política no sentido de minimizar os obstáculos de natureza estrutural que se opõem ao progresso de todo o sector e continuar-se-á a actuar nesse sentido, certos de que as dificuldades são enormes e que os resultados benéficos só se conseguem ao fim de muitos anos e trabalhos.

Nos domínios do sector agrícola de carácter global, importa referir, em primeiro lugar, os que respeitam à reestruturação fundiária, onde avultam os esforços do Governo Regional para que se extinga de vez na Madeira a «colónia» e para que a «conta própria» venha a ser a única forma da administração da exploração agrícola.

O «Fundo Especial para a Extinção da Colónia» (Decreto Regional n.º 2/80/M de 12/3), criado com o objectivo principal de «prestar assistência técnica e financeira nas operações de remição de terrenos sujeitos ao regime de colónia», tem nos últimos anos dado assistência técnica a todos os colonos e senhorios que a solicitam. Esta assistência tem-se consubstanciado no apoio jurídico a todos os interessados nas operações de remição; na realização de reuniões entre as partes em litígio com a finalidade de estabelecer o acordo; na realização de avaliações dos terrenos sujeitos ao regime de colónia, quando são solicitadas pelos interessados, ou ainda, por sua própria iniciativa quando se entende que essas

avaliações permitirão mais facilmente o acordo. A assistência financeira tem, também, vindo a ser prestada aos colonos que, nos termos da lei, a têm solicitado, provando, ao mesmo tempo, que a sua situação económica é débil.

Até à presente data, já foram beneficiados com assistência financeira do Fundo 250 colonos. Nestes casos de assistência financeira, a escritura de compra e venda do terreno tem sido realizada pelo notário privativo do Governo Regional.

Na sua grande maioria, os colonos não se têm mostrado muito interessados nos financiamentos do Fundo para a aquisição dos terrenos sujeitos ao regime de colónia, em virtude de, por vários motivos, não os quererem onerar com a hipoteca, exigida pela lei, para garantia dos créditos.

Assinale-se que, nos casos onde o acordo não é conseguido, os colonos podem requerer que seja iniciado um processo litigioso a fim de verem garantidos os direitos que a lei lhes faculta. Este processo litigioso é composto, como se sabe, por duas fases, uma administrativa e outra judicial. A fase administrativa dos processos especiais de remição de colónia é instruída nos Serviços do Fundo e, uma vez concluída, é o processo enviado ao Tribunal competente para a devida apreciação. Todos os processos litigiosos enviados aos tribunais das comarcas de Santa Cruz, São Vicente e Ponta do Sol foram já objecto de sentença de adjudicação do terreno, aos colonos requerentes. O tribunal da comarca do Funchal, até ao presente, ainda não tem nenhum processo findo.

O principal objectivo do Fundo é o de continuar a prestar apoio técnico, jurídico e financeiro, de acordo com o que está estabelecido legalmente, a todos os intervenientes nas operações de remição de «colónia», até a completa resolução de todos os casos ainda existentes.

Domínios também importantes para o sector agrícola são os que respeitam aos Seguros e ao Crédito.

Tem de assinalar-se que o seguro das colheitas, instituído na Região, pelo Decreto Legislativo Regional n.º 2/83/M, de 7 de Março (Fundo Madeirense de Seguro de Colheitas) e em pleno funcionamento a partir de meados de 1984, veio preencher uma lacuna na área da protecção ao agricultor e à sua exploração, onde já existem, e vão continuar a sua actividade, a previdência pecuária (através do respectivo Fundo, — que tem uma acção mútua e presta assistência clínico-medicamentosa e, neste momento, se encon-

tra em reformulação adentro da orgânica dos Serviços competentes) e outros tipos de seguro que podem abranger as construções agrícolas, mas já no campo normal da actividade seguradora.

Relativamente ao crédito é de referir que o Governo Regional não tem poderes para definir linhas de crédito de acordo com as necessidades e especificidades da economia regional. Esta situação tem levado a que o G.R., através do seu orçamento, tenha despendido elevadas verbas destinadas ao desenvolvimento agrícola. Neste sentido, manter-se-ão os auxílios, participações e benefícios, para o fomento agrícola regional e, até, as sobrebonificações.

Atendendo à importância do movimento associativo agrícola, que tem já grande expressão na Madeira, sobretudo através da Cooperativa Agrícola do Funchal, da Cooperativa Agrícola dos Produtores de Frutas da Madeira e suas congéneres e de outras Cooperativas, prosseguirá, o Governo Regional, através dos serviços competentes, a apoiar e estimular a respectiva actividade associativa, a qual é sempre importante na Região, visto que esta é terra de minifúndio e só com a congregação de esforços se poderá conseguir uma maior valorização do sector. Em particular, merecerá maior atenção a Adega Cooperativa do Norte pela sua intervenção, habitualmente, nas campanhas vinícolas anuais e porque é uma associação recente que importa que se consolide, não só como peça de congregação dos agricultores, mas também como alavanca de progresso agrícola, principalmente actuando na promoção da política de reconversão dos chamados «produtores directos».

Outras formas de associativismo (organização de produtores, agricultura de grupo) serão também estimuladas, dado o seu interesse na produção e comercialização agrícolas, especialmente em regiões de minifúndio, como a Madeira.

No âmbito, ainda, dos aspectos globais do sector agrícola, importa referir as infra-estruturas de comercialização que serão adiante, em lugar próprio (Circuitos de distribuição), mais desenvolvidas. É óbvio que toda a melhoria que se introduz no campo da comercialização dos produtos agrícolas, pecuários e silvícolas (e já muito foi feito), contribui para o desenvolvimento e progresso do sector. A garantia de escoamento dos produtos obtidos nas explorações, tal como a garantia de preços mínimos, são bastante para estimular a produção agrícola. Daí que se vá continuar a desenvolver acções no sentido de melhorar, cada vez mais, a rede de talhos, casas de manança e matadouro, fazer os estudos e iniciar a

construção dos mercados de origem e acelerar, sobretudo, as obras de construção do Mercado Abastecedor. Também merecerão todo o apoio: os estudos conducentes à instalação do Centro de Expedição e Embalagem de Flores, com interesse, aliás como as infra-estruturas antes referidas, na normalização dos produtos e na defesa da qualidade dos mesmos; e as acções referentes à intervenção governamental regional no sentido da absorção de excedentes de produção ou de facilitação de exportações.

Com vista ao desenvolvimento económico e social dos meios rurais e à promoção do bem-estar dos agricultores e suas famílias e comunidades, continuar-se-á a alargar cada vez mais, o âmbito de acção dos Serviços de Extensão Rural, aos quais incumbe também importante tarefa e responsabilidade no aumento da produção e da produtividade das culturas e da terra, bem como na criação e funcionamento das infra-estruturas de apoio ao agricultor e à empresa agrícola.

Estes Serviços de Extensão Rural, de divulgação e assistência, de informação e conselho técnicos, vão levar a efeito entre outras iniciativas, estudo com vista à abertura de novos Centros (Machico), para além da manutenção dos já existentes (Santana, Calheta); também porão em funcionamento diversas Casas do Povo (Porto Santo, S. Vicente, Ribeira Brava, Porto da Cruz, Ponta do Pargo, Estrela — na Calheta —, Jardim do Mar e Câmara de Lobos) e, por outro lado, manterão e desenvolverão outras (Santana, S. Jorge, Boaventura, Curral das Freiras, Santo António, Ponta do Sol e Canhas, Campanário e Camacha).

Na perspectiva da adesão de Portugal à CEE, deverão os Serviços afectos ao sector agrícola — nomeadamente o Gabinete de Análise Permanente à Agricultura — estar atentos, realizar estudos, recolher informações e desenvolver actividades, para que a integração da Região se possa fazer sem sobressaltos e sem prejuízos. Espera-se, para já, conseguir elaborar e dar início à execução dalguns projectos de muito interesse para o sector agrícola, com vista ao aproveitamento de verbas que a CEE põe à disposição de Portugal e da Madeira, ao abrigo das ajudas de pré-adesão. Neste âmbito, pensa-se que, no período 1985-86, se possa aproveitar a verba de 2,5 milhões de Écus para a participação nos seguintes empreendimentos: organização de estatísticas agrícolas; reestruturação e reconversão da vinha; construção da adega experimental do Bom Sucesso (microvinificação); construção e apetrechamento do Laboratório Químico-Agrícola;

projecto agrícola do Porto Santo (hidráulica agrícola, viticultura e horticultura, essencialmente); e instalação de um Centro Regional de Informação dos mercados agrícolas.

Também, com vista à integração na CEE, procurar-se-á dar aos técnicos e ao pessoal interessado a necessária formação e aprendizagem profissional para que, posteriormente, se possa desenvolver uma conveniente informação junto dos agentes económicos do sector, com o objectivo de se operarem, gradualmente, as transformações e a reestruturação mais convenientes à modernização da agricultura madeirense. Por outro lado, vão os Serviços dar a sua participação na elaboração de relatórios e estudos com vista à realização de um Plano de desenvolvimento regional, adequado à RAM e indispensável para se poderem vir a receber, sendo já a Madeira membro de pleno direito da CEE, as comparticipações e subsídios provenientes das Comunidades e que muito convêm ao funcionamento e ao progresso do sector e da Região.

1.1.2. Entrando, propriamente, no campo da Agricultura (s.s.), e considerando que uma das linhas directrizes do programa do Governo Regional é aumentar e melhorar a produção e a produtividade dos sectores económicos, deverá prosseguir-se com a actuação que vem tendo lugar na promoção de acções e empreendimentos, com vista ao fomento dos ramos que mais interessa desenvolver na Região. Do bom entendimento entre os Serviços e o sector agrícola que se procurará incrementar pouco a pouco, há-de resultar uma acentuada melhoria de qualidade e um acréscimo progressivo das produções regionais.

a) No que respeita à *Vitivinicultura*, atendendo a que a produção regional de mostos em 1984 foi ligeiramente inferior à de 1983, por causas essencialmente ligadas às condições meteorológicas pouco favoráveis e, ainda, por força de muitas vinhas serem já bastante idosas, há que prosseguir com a política que foi delineada para o sector e que consiste fundamentalmente no apoio à reconversão dos produtores directos e ao aumento da área de cultura da vinha, por forma a se poder facilmente seleccionar mostos para a produção do vinho da Madeira em quantidades tais que permitam aumentar-se as exportações.

Note-se que no respeitante a Vinho da Madeira, os actuais volumes de exportação esgotam a capacidade de produção, pelo que a manutenção da exportação já é servida por franjas da «stocagem» dos anos anteriores. Esta situação

poderá vir a agravar-se nos próximos anos, se as condições climatéricas permanecerem adversas a uma boa colheita vinícola. A exportação de Vinho da Madeira em 1984 situou-se nos níveis de 1983

(3,5 milhões de litros), com ligeira diminuição do vinho a granel e aumento de engarrafado (que atingiu em 84 quase 800 000 litros, contando com o consumo nacional). (Quadro XIV).

QUADRO XIV

EXPORTAÇÃO E CONSUMO NACIONAL DE VINHO DA MADEIRA (1983 e 1984)

1984						
	ENGARRAFADOS		GRANEL		TOTAL	
	Litros	Valor (escudos)	Litros	Valor (escudos)	Litros	Valor (escudos)
Exportação	473 247	250 027 137\$00	2 745 285	539 857 807\$00	3 218 532	789 884 944\$00
Consumo Nacional	319 694	73 529 620\$00	—	—	319 694	73 529 620\$00
TOTAL	792 041	323 556 757\$00	2 745 285	539 857 807\$00	3 538 226	863 414 564\$00
1983						
	ENGARRAFADOS		GRANEL		TOTAL	
	Litros	Valor (escudos)	Litros	Valor (escudos)	Litros	Valor (escudos)
Exportação	371 570	143 005 002\$00	2 970 630	452 704 881\$00	3 342 200	595 709 883\$00
Consumo Nacional	208 954	45 514 220\$00	—	—	208 954	45 514 220\$00
TOTAL	580 524	188 519 222\$00	2 970 630	452 704 881\$00	3 551 154	641 224 103\$00

FONTE: IVM

Tem, portanto, que prosseguir-se com o Plano de Desenvolvimento da Viticultura, através de duas grandes linhas de acção:

- Apoio aos viticultores que pretendam fazer novas plantações ou reestruturar as suas vinhas, facultando-lhes assistência técnica e os meios previstos no regulamento respectivo;
- Incremento da investigação e experimentação em bases científicas e técnicas, para que o desenvolvimento e a reestruturação da Viticultura se façam séria e convenientemente e se criem as necessárias e adequadas infra-estruturas de apoio.

No que diz respeito ao primeiro ponto, o Plano para 1984/85 já teve a adesão de 109 agricultores (+90% do que os inscritos no Plano para 1983/84) os quais pretendem plantar uma área de pouco mais de 30 ha (+130% do que no Plano de 1983/84), 24 dos quais na Madeira.

No que se refere ao segundo ponto, a rees-

truturação não pode, nem deve, ser feita em bases empíricas, já que assim se correrá o risco de estagnação, o que lhe poderá ser obviamente fatal.

A necessidade de se continuar a reestruturar a viticultura madeirense é um dado adquirido, independente da integração ou não da nossa Região na Comunidade Económica Europeia; resulta apenas da importância sócio-económica desta cultura nas ilhas da Madeira e do Porto Santo e de se pretender que o Vinho da Madeira mantenha, ou mesmo aumente, o seu já grande prestígio internacional.

Não existe progresso sem investigação e a investigação aplicada, além de nos permitir retirar alguns dados, necessários para o sector, é fundamental para a formação técnica de quem trabalha em viticultura. Nesta matéria, tem-se tido a cooperação frutuosa de uma firma alemã de consultores, com os quais a RAM celebrou um adequado contrato de prestação de serviços por 5 anos.

Como novas infraestruturas a implementar 1985 e nos anos próximos temos o Centro de enxertia na mão, no Caniçal, o campo de pés-mães de porta-enxertos do Caniçal e a adega de microvinificação do Bom Sucesso (a qual será fundamental para o conhecimento do valor tecnológico das várias castas em experimentação e cultivo).

Enquanto os Serviços competentes do Governo Regional vão prosseguir no cumprimento do estabelecido no Plano de fomento vitícola (facultando, aos agricultores interessados, os melhores e necessários porta-enxertos, cedendo os «garfos» das variedades ou cultivares aconselhadas, responsabilizando-se pelas enxertias, concedendo subsídios de arranque para culturas desaconselhadas e subsídios de sustentação durante o período mais jovem das novas vinhas de qualidade, comparticipando nos encargos com as estacas e o arame das «latadas» ou das espaldeiras, e, ainda, desenvolvendo os seus trabalhos de experimentação e assistência técnica), o Instituto do Vinho da Madeira dará todo o apoio à exportação, diligenciará e fará acções de promoção do Vinho da Madeira e acompanhará os estudos e os trabalhos de adesão à CEE.

Importa destacar as acções deste Instituto no que se refere, sobretudo, às bonificações de juros para a aquisição de uvas e mosto e para o envelhecimento do Vinho da Madeira e, ainda, aos incentivos à exportação e ao apoio técnico-laboratorial a todas as exportações e existências em armazém, com vista a garantir a qualidade do Vinho da Madeira.

b) No que respeita à *Fruticultura*, tem também de prosseguir-se nas acções de fomento, — através do Plano de Desenvolvimento em curso, que abrange os domínios das frutas subtropicais, das europeias e dos frutos secos, — e nos investimentos referentes à investigação e à experimentação, — que visam, sobretudo, a instalação e o apetrechamento do Centro de Fomento da Fruticultura Subtropical, localizado nas Quebradas (S. Martinho).

Dado que a produção actual de fruta na Região — não considerando a banana — é, ainda, insuficiente para satisfazer a procura interna e as necessidades de exportação e uma vez que a Madeira tem condições apropriadas para quase todas as espécies fruteiras, continua o Governo Regional, através do plano respectivo, a conceder determinados incentivos, auxílios e subsídios, aos agricultores interessados, para a instalação de pomares, de acordo com as características agroclimáticas das suas explorações. O regulamento do plano prevê a cedência a baixo preço de fruteiras

para pomares «super-intensivos» (macieiras e pereiras), ou «clássicos» (das mesmas espécies, ou outras, como citrinos, pessegueiros, damasqueiros, ameixeiras, cerejeiras, anoneiras, abacateiros, mangueiras, goiabeiras), ou, ainda, maracujázeiros e papaieiras; para a ilha do Porto Santo, consideram-se como mais indicadas a figueira e a amoreira. Quanto ao fomento de frutos secos, o plano privilegia as nogueiras.

Outros auxílios contemplam a reconversão de culturas impróprias ou inadequadas (vinhas de produtores directos e cana-de-açúcar, bananeiras, vimes em locais inconvenientes), a manutenção parcial durante os primeiros quatro anos de vida do pomar e comparticipações nos custos de aquisição de redes corta-ventos, na construção de tanques de aprovisionamento de água de rega, na instalação de sistemas de rega por aspersão ou gota-a-gota, e na construção de espaldeiras para a cultura do maracujázeiro; os agricultores beneficiam, ainda, de subsídios ou preços de aluguer especiais de máquinas apropriadas para a preparação dos terrenos, de assistência técnica em todos os principais granjeios e de comparticipações, nos primeiros anos de vida do pomar, no custo dos produtos fitofarmacêuticos mais aconselháveis. Para os agricultores que recorram ao crédito nas instituições bancárias locais, o Governo Regional concede uma bonificação de juros, desde que o pomar tenha sido instalado com o parecer favorável dos serviços competentes.

No que respeita ao Centro de Fomento de Fruticultura Subtropical, de que se esperam os melhores resultados no âmbito da investigação, experimentação e divulgação concernente às espécies e cultivares de frutas, como o abacate, a anona, a manga, a papaia, o maracujá e a banana, há que assinalar o prosseguimento dos trabalhos da sua instalação e equipamento, da construção de vias de acesso, montagem dos sistemas de rega, instalação dos viveiros de fruteiras e dos campos de pés-mães e pomares, construção dos gabinetes de trabalho, além do necessário realojamento das famílias que até agora residiam no prédio do Centro em questão.

c) Na área da *Floricultura*, vão prosseguir-se as acções e a concessão de incentivos com vista ao desenvolvimento deste ramo de grande interesse para a Madeira, dada a sua aptidão e tradição. Através do Plano de Fomento Florícola continuar-se-á com as linhas de desenvolvimento estabelecidas (subsídios à construção de abrigos e estufas, à aquisição de plásticos para a sua cobertura e à compra e instalação de sistemas de rega; subsídios à aquisição de plantas floríferas e

prática de preços beneficiados na cedência de plantas floríferas próprias; concessão de assistência técnica aos floricultores) e, no Centro de Fomento da Floricultura (Lugar de Baixo), prosseguir-se-á com os investimentos necessários a completar-se e aperfeiçoar-se, cada vez mais, o seu equipamento. Tem-se como primordial que a produção de plantas, sementes e outros propágulos aumente e melhore progressivamente nesse Centro a fim de se satisfazer a crescente procura e interesse dos floricultores da Região; também é mister que as condições de trabalho, nos domínios da investigação e da experimentação das culturas florais e ornamentais, melhore sensivelmente para que a Floricultura venha a ocupar o lugar cimeiro que se espera dentro das actividades produtivas da Região. Completam a acção dos Serviços, nestes domínios, outros trabalhos igualmente importantes como os da formação profissional e os do conhecimento dos mercados e preços de importação e comercialização de flores e plantas ornamentais que, na medida das possibilidades, têm vindo a ser desenvolvidos com o maior interesse.

d) Conhecidas, também, de há longa data, as potencialidades da Região para a *Horticultura*, sobretudo para a produção de «primores», vem o Governo Regional, através do Plano de Fomento Hortícola, incentivando este sub-sector, o que continuará a fazer, essencialmente, por meio de:

- Concessão de subsídios aos agricultores e suas associações para a importação, de sementes de espécies hortícolas de interesse económico para a RAM e para a compra de plântulas de morangueiro;
- Fornecimento de plântulas e sementes de espécies hortícolas pelos Serviços aos interessados, a título gratuito ou a baixo preço;
- Concessão de subsídios para a construção de abrigos ou estufas destinados ao cultivo de plantas hortícolas de interesse comercial;
- Concessão de subsídios para a instalação de sistemas de rega por aspersão ou gota-a-gota, quer dentro de abrigos ou estufas, quer ao ar livre;
- Concessão de subsídios de comparticipação, também a fundo perdido, para aquisição de plásticos exclusivamente destinados à cobertura de abrigos ou estufas de horticultura.

Além destes incentivos, generalizam-se à horticultura todos os benefícios e subsídios que os Serviços concedem para reconversão de culturas, para o fomento da moto-mecanização, para a instalação de redes corta-ventos, para a correcção dos terrenos, para a construção de tanques e para a formação profissional, prestando-se também a necessária assistência técnica às explorações que a solicitem.

e) No que se refere à *Cana-de-açúcar*, o Governo Regional vai promover algumas acções e medidas com vista à sua reestruturação. A produção de cana sacarina em 1984 foi de cerca de 7 000 t, continuando a verificar-se uma crescente diminuição, tendo sido produzido cerca de meio milhão de litros de aguardente de cana/rum.

Presentemente, aceite que foi a política de inviabilização do fabrico do açúcar, põe-se para o futuro a manutenção das indústrias de mel de cana e, sobretudo, de aguardente de cana/rum, produto nobre desta actividade.

A curto prazo levanta-se a necessidade da delimitação da zona preferencial para o cultivo da cana e uma definição das ajudas e apoios aos agricultores e a redefinição do parque industrial existente, por forma a que o produto final seja competitivo nos mercados externos em preços e tenha qualidade destacável. Garantidas estas premissas e, sendo a Madeira a única região dentro da Comunidade (numa perspectiva de adesão próxima), a produzir a matéria prima, desenha-se, no futuro, uma posição bastante vantajosa para a comercialização do rum.

f) Relativamente ao apetrechamento especial dos Serviços agrícolas (s.s.), e no que toca à sua maior e directa repercussão no sector, deve referir-se que continuará o apoio incondicional do Governo Regional nos campos da *Sanidade Vegetal*, do *Laboratório Químico-Agrícola* e da *Mecanização Agrícola*. Assim, fomentar-se-á a prevenção e o combate às doenças e pragas que atacam as culturas da Região, divulgando e ensinando as melhores e mais eficientes técnicas de protecção das plantas; assistir-se-á aos agricultores, em melhores condições, no que concerne a análises de solos, plantas, produtos vegetais e outros relacionados com a lavoura, promovendo-se, também, campanhas de fertilização e correcção racional dos terrenos (através de colagens, sobretudo); apoiar-se-á com a estrutura laboratorial a elaboração das cartas pedológica, agrológica e florestal em fase de conclusão; e concretizar-se-ão, através do Plano de Desenvolvimento da Mecanização os incentivos para a aquisição ou utilização de maquinaria

agrícola, tendo sempre em vista o aumento e a melhoria da produção e da produtividade agrícolas e, bem assim, os rendimentos das explorações. Refira-se, ainda, que os Serviços, apoiados no seu parque de máquinas, têm desenvolvido uma vasta acção de auxílio às Câmaras Municipais e a grupos de agricultores, melhorando significativamente os caminhos e outros acessos a muitas zonas produtoras e explorações agrícolas, o que tem vindo a facilitar o escoamento de produtos da terra e o transporte de gados, animais de capoeira, fariñas alimentares, fertilizantes, etc.

g) Na área da *Hidráulica Agrícola*, assinala-se que está prevista a continuação da actuação dos Serviços em benefício dos agricultores, especialmente através de um maior e melhor aproveitamento das águas; de um regadio apenas praticável durante as horas do dia solar; de um aumento de áreas irrigadas; e de auxílio à construção de tanques de aprovisionamento de águas de rega e à instalação de sistemas de rega que economizam os gastos de água. Os Serviços farão incidir a sua atenção, sobretudo, nos seguintes empreendimentos (alguns dos quais a concretizar pelos Serviços de Hidráulica da SRES):

- Conclusão da Levada dos Tornos (novas redes Funchal/Santa Cruz) e sua manutenção;
- Continuação das obras de abertura do Tunnel da Fajã do Penedo, para reforço da Levada dos Tornos e obras afins;
- Construção de tanques de aprovisionamento para regularização de caudais de rega (Calheta, Ponta do Pargo, Ponta do Sol, Santa Cruz, Câmara de Lobos, etc.);
- Construção de um ramal de rega em São Vicente (estudos e possível início de obras);
- Construção e manutenção de canais de rega primários;
- Obras de impermeabilização da Lagoa do Santo da Serra;
- Canal de água potável para unidades agrícolas e pecuárias industriais, no Santo da Serra;
- Expansão de pequenos regadios e de novos sistemas de regas;
- Concessão de subsídios a particulares pela construção de tanques destinados a explorações agrícolas e pecuárias ao abrigo do Plano de Desenvolvimento da Mecanização;
- Construção de barragens para infiltração de

águas pluviais (Chão das Feiteiras, Terreiros, Poiso, Pico do Areeiro, Paul da Serra, etc.);

1.1.3. É do conhecimento geral, a importância de que se reveste na Madeira a *Silvicultura*. Não se pode falar da Região, sem que se abordem os aspectos florestais e o seu papel, cada vez mais evidente, no revestimento das nossas serras e zonas incultas, na conservação da Natureza, na defesa do ambiente e na luta contra a erosão.

Os Serviços oficiais têm desenvolvido uma acção meritória que se tem vindo a concretizar no repovoamento florestal da Madeira e do Porto Santo, na conservação das matas exóticas e indígenas e em muitas obras de correcção terrenal. Os trabalhos de florestação dos Morenos e dos Picos Facho e Gandaia, no Porto Santo, e as áreas florestadas na Madeira, vão ser continuados no ano corrente pois são exemplos que têm que frutificar e multiplicar-se com vista ao aumento da riqueza natural da Região e à defesa da sua paisagem.

No que respeita à florestação por iniciativa dos particulares, o Governo continuará a apoiá-la através das medidas e incentivos constante do Plano de Fomento Florestal, aprovado em Março de 1983.

Além dos trabalhos de florestação dos terrenos baldios ou da propriedade da RAM e do apoio e assistência técnica a conceder aos agricultores, os Serviços Oficiais desenvolverão uma actividade muito vasta, englobando construção de caminhos e estradas florestais, reconstrução e melhoramento de casas e postos florestais, melhoramento de pastagens, beneficiação de ovis, construção de bardos e obras de correcção torrencial.

Para ser integrado no Parque Natural da Madeira, vai ser adquirido o Montado do Sabugal, área de reserva da vegetação indígena da Ilha, de muito interesse científico e ecológico, na compra da qual intervém, com uma participação valiosa (U.S. \$37 000), a organização internacional de protecção da Natureza, World Wildlife Fund.

1.1.4. Nos domínios da *Pecuária*, o Governo Regional vai dar, em 1985, continuidade aos estudos, acções e empreendimentos em curso, cujo objectivo é triplo: diversificação e melhoria da produção; aumento das produções animais mais adequadas à Região; e construção das infra-estruturas de abate e outras necessárias ao sector. Terá, também, de procurar adoptar-se medidas de política nas áreas da produção, da sanidade e da co-

mercionalização dos produtos de origem animal que tenham em conta as implicações que acarretará a próxima adesão da Região à CEE.

Os vários ramos da actividade pecuária têm tido ultimamente na Região um comportamento diverso.

a) Na área da *Bovinicultura*, tem-se vindo a verificar um decréscimo na quantidade de leite entrado na UCALPLIM, a qual é hoje cerca de 9 milhões de litros.

Este leite entrado na UCALPLIM é como que um barómetro da produção de leite regional, ainda se constatando que uma parcela da produção total é comercializada, em natureza, pelos denominados «leiteiros» e, bem assim, uma outra, dirigida ao auto-consumo.

Vários são os factores que estão na origem da diminuição que se vem registando. Se, por um lado, a estrutura global da empresa pecuária não é a mais adequada por razões que se prendem, na generalidade, com a orografia, dimensão da propriedade, dificuldade de renovação de efectivos, custo mais elevado de investimentos, etc., por outro, ter-se-á de sublinhar as medidas sanitárias desencadeadas pelos Serviços oficiais contra a brucelose e que levaram ao abate obrigatório de cerca de 200 vacas leiteiras o que, por si só, poderá representar uma quebra de algumas centenas de milhar de litros de leite.

Desta realidade, julga-se que não se deve alhear também o estado das explorações de maior grandeza, principais responsáveis pelo aumento de produção do leite nos últimos anos e que, no momento presente, atravessam uma crise grave de ordem técnico-financeira.

Quanto à produção de carne, o panorama não é mais acalentador. De resto, esta produção é subsidiária da actividade leiteira pelo que qualquer oscilação no efectivo leiteiro reflecte-se logicamente no número de animais a recriar para posterior abate.

Paralelamente, a contribuição dos animais vivos importados destinados à engorda intensiva reduziu-se muito, e, em contrapartida, aumentaram as importações de carne de bovino congelada.

b) No campo da *Avicultura*, saliente-se que esta actividade se desenvolve, na RAM, quase exclusivamente na produção ovos para consumo e de frangos, na qual, neste momento, a Região é auto-suficiente. A produção de carne de frango nos prepéritos anos (à volta de 2 000 t) caracterizou-se por diversas oscilações que originaram rupturas na oferta, as quais se julga serem resul-

tado mais de uma deficiente programação-planificação dos produtores do que de insuficiência de capacidade de instalações.

Nesta área registre-se a entrada em funcionamento, ainda este ano, de um matadouro industria de carácter privado que garantirá melhores condições higio-sanitárias de abate e, também, de salubridade das carcaças. Por outro lado, esta indispensável infra-estrutura, contribuirá também, pela sua capacidade, para uma melhor eficiência de abate, permitindo a saída de aves em tempo oportuno, o que se não tem verificado até hoje, facto que é responsável pela descoordenação de programação quer a montante, quer a jusante.

De referir ainda que este matadouro possui um centro de classificação de ovos, de modo a disciplinar-se a sua comercialização e salvaguardar-se aspectos de ordem sanitária em defesa da saúde pública. Paralelamente, e uma vez que estas infra-estruturas estão a ser construídas em bom andamento, o Governo Regional implementará a legislação adequada.

Cabe ainda uma palavra ao apoio que o Governo Regional está a proporcionar à criação dum novo centro de incubação e que muito contribuirá para a melhoria do sector.

c) Quanto à *Suinicultura*, refira-se principalmente que este ramo de actividade da pecuária floresceu tão rapidamente que permite assegurar o abastecimento local.

Com feito, verifica-se um crescimento regular da produção de carne desde 1980 em consequência do aparecimento de unidades de produção melhor dimensionadas e equipadas, quer do ponto de vista animal, quer das técnicas de exploração.

Registe-se, contudo, o silêncio epizootológico no que se refere às pestes suínas, o que abriu outras perspectivas da produção e um melhor equilíbrio entre aquela e o consumo.

Visando a defesa do empresário suínico, foi entendido, pelo Governo, cancelar, até ao momento, as importações de carne de suíno.

d) No que respeita à *Ovinicultura* e à *Caprinicultura*, tem interesse desenvolver estes ramos de actividade da pecuária pois poderão contribuir, de algum modo, para minimizar o défice na produção de carne e, paralelamente, diversificar o consumo sem esquecer a melhoria da dieta alimentar.

Em termos globais e comparativamente com outros sectores da pecuária, a sua importância fica aquém de que seria desejável. Contudo, tem-se notado um maior apreço por estes animais, sobre-

tudo ao nível da apascentação nas serras, mormente na introdução de bons reprodutores masculinos, nas acções de maneio, na assistência técnica e, em colaboração com os Serviços Florestais, a determinação das áreas mais adequadas à criação destas espécies.

e) Relativamente à actividade dos Serviços em apoio e benefício do sector e como complemento do que se programa em matéria de investimento do Plano há que realçar ainda:

- Na área da Higiene Pública Veterinária e da Sanidade Pecuária:

- Vigilância cada vez mais intensa na inspeção e na higiene dos alimentos de origem animal;
- Melhoria da acção sanitária sobre todas as mercadorias animais à entrada na Região, com a criação de Postos no Porto do Funchal e no Aeroporto de Santa Catarina;
- Promoção de condições de sequestro e de quarentena para os animais que dêem entrada na Região sem documentação sanitária ou por razões de segurança;
- Criação de um corpo de inspectores sanitários a nível regional com a definição das áreas de exercício da sua actividade;
- Cobertura integral, por médicos-veterinários, dos abates, dos animais destinados ao consumo público;
- Promoção de actividades tendentes ao controlo de zoonoses, através de campanhas, nomeadamente contra a tuberculose, brucelose, carbúnculo hemático e mamites;
- Prosseguimento de campanhas para a melhoria da qualidade higiénica do leite.

- Na área do Melhoramento Animal

- Apoio técnico às explorações pecuárias, fundamentalmente na área de divulgação de novas técnicas explorativas;
- Cedência de reprodutores a agricultores interessados;
- Desenvolvimento da inseminação artificial na bovinicultura e na suinicultura;

- Realização da Feira Agro-Pecuária do Porto Moniz;

- Estudo do melhoramento do efectivo ovino das zonas serranas;

- Na área da Produção em geral

- Divulgação de normas de maneio alimentar;

- Intensificação da produção forrageira e técnicas da sua conservação (silagem e fenação);

- Desenvolvimento de acções tendentes à redução dos custos de recolha e concentração de leite;

- Definição de zonas que técnico-economicamente sejam mais aconselháveis para a produção leiteira, de modo a minorar os custos do 1.º escalão e zonas para a produção de carne de bovino;

- Realização de um levantamento económico-financeiro das explorações de forma a determinar a viabilidade de cada uma;

- Incentivos à implantação de novas explorações com vista à diversificação de espécies e aos condicionalismos técnico-económicos da Região;

- Acompanhamento da evolução dos mercados e realização de campanhas de sensibilização de consumos, consoante a produção e melhoria da dieta alimentar da população;

- Proposta de medidas de intervenção sempre que seja julgado necessário por forma a debelar as produções excedentárias ou as rupturas de oferta.

- Na área do Equipamento dos Serviços

- Realização de melhoramentos e ampliações necessárias a uma maior eficiência da Estação de Fomento Pecuário e reequipamento das instalações de inseminação artificial;

- Execução de adaptações diversas no Centro de Reprodução Animal do Porto Moniz;

- Construção de algumas novas instalações no Centro de Ovinicultura, incluindo o arranjo e equipamento de uma queijaria

para efeito do relançamento do fabrico do queijo tipo «Serra»;

- Aquisição de equipamento laboratorial e outro destinado ao Laboratório Regional de Veterinária (para classificação de leites e para o controlo da qualidade dos alimentos de origem animal).

Noutras áreas, assinale-se, por fim, a acção dos Serviços na implantação na RAM de novos matadouros e casas de abate e na melhoria dos já existentes; no desenvolvimento do Fundo de Previdência Pecuária (com acção mútua e assistência clínico-medicamentosa); e incentivos, benefícios, auxílios e assistência técnica prestados aos criadores de gado e avicultores em todo o vasto campo do fomento pecuário.

1.2. Pesca

Gradualmente, a Região Autónoma tem sido investida de poderes de gestão e administração da sub-área 2 (Madeira) da Zona Económica Exclusiva (ZEE), sobretudo a partir do Decreto Lei n.º 119/78, de 1 de Junho, diploma que estabelece as três sub-áreas nacionais.

Para um melhor conhecimento dos nossos recursos vivos marinhos, com vista ao progresso económico e social das populações ribeirinhas deles dependentes, o Governo Regional tem vindo a manifestar especial e crescente interesse pela actividade de investigação aplicada às pescas. É este interesse que se pretende manter, se possível com maior entusiasmo, para os anos vindouros. As acções que se vão incrementar decorrerão através do Laboratório de Investigação das Pescas e sempre que se justifique, aliás como já vem acontecendo, recorrer-se-á à colaboração e aos acordos já estabelecidos com organismos nacionais e internacionais.

Neste momento, importa salientar algumas actividades de investigação nos últimos anos, designadamente a criação de um Laboratório de Investigação das Pescas, a realização de cruzeiros, em colaboração com o INIP, nas águas da Região, a entrada em funcionamento de uma embarcação cedida pelo Governo Japonês e, ainda, a reconversão e adaptação à investigação de outra embarcação (em fase de conclusão).

Com a publicação do Decreto Regulamentar Regional n.º 12/3/M, de 25 de Junho, sobre a modernização da frota pesqueira, consumou-se um dos passos mais importantes para o melhoramento e apetrechamento da nossa frota, introduzindo-se equipamentos electrónicos, auxiliares e recon-

vertendo-se embarcações, tendo em vista a exploração da sub-área 2 da ZEE, nomeadamente os chamados «bancos» de pesca. O apoio directo aos armadores, através da introdução de vários tipos de artes e apetrechos, o isolamento térmico de porões, permitindo diversificação de capturas e maior autonomia no mar, a formação profissional de pescadores na Escola Profissional de Pesca de Lisboa, constituíram importantes auxílios financeiros técnicos ao desenvolvimento da nossa frota.

As infraestruturas em terra também não têm sido descuradas, tendo sido efectuados diversos melhoramentos em pequenos portos da Região e instalados guinchos em varadouros nos principais centros piscatórios. Paralelamente, foram construídos e estão em funcionamento os Entrepostos Frigoríficos do Funchal e C.ª de Lobos; também foram construídos postos de recepção do pescado nalgumas freguesias. Entretanto o Governo Regional está a preparar a legislação que definirá o enquadramento legal dos respectivos Entrepostos Frigoríficos.

Estão a iniciar-se os projectos de estaleiro e cais acostável para Machico, de construção de um varadouro e posto de recepção de pescado no Porto Santo, bem como um silo de gelo para o Caniçal.

Neste momento, a pesca, como actividade económica regional, tem um peso relativo, quer na formação do PIB, quer no volume de emprego, respectivamente cerca de 1%, em 1980, e pouco mais de 1,4% da população activa da Região (em 1984). Apesar dos indicadores de desenvolvimento económico do sector terem uma importância secundária no cômputo da economia regional, a pesca sobleva em importância real a posição que ocupa. Razões de natureza sócio-cultural fazem que as comunidades piscatórias representem um extracto da população a ter muito em conta (agregados familiares bastante numerosos).

A tendência que a evolução da pesca revelou no quadriénio 1978-1981, de acentuado decréscimo, apresentou, em 1982, 1983 e em 1984, sinais evidentes de inversão de sentido, graças, sobretudo, aos maiores volumes de captura de tunídeos, de «espada» e de chicharro (Quadro XV).

A quantidade de pescado descarregado na RAM em 1984 ultrapassou as 5 600 toneladas, tendo sido superior em 11,5% à de 1983, a qual já havia ultrapassado em 3,2% a de 1982; o respectivo valor, já próximo dos 770 mil contos, suplantou em cerca de 31% o de 1983, que por sua vez foi superior em 17% ao valor de 1982. No ano de 1984, assistiu-se a um acréscimo substancial dos tunídeos.

QUADRO XV

PESCA DESCARREGADA NA RAM

Espécies	1978		1979		1980		1981		1982		1983		1984	
	Q	V	Q	V	Q	V	Q	V	Q	V	Q	V	Q	V
Tunídeos	2 713	101 472	1 038	53 358	296	39 254	482	65 224	915	113 450	734	109 835	1 156	182 177
Peixe espada preto	949	70 292	1 067	111 170	1 154	151 517	1 164	180 972	1 587	253 777	1 620	294 018	1 806	360 631
Cavala	888	11 294	1 040	17 838	1 323	26 602	1 077	32 778	1 273	32 234	1 085	34 043	1 195	47 823
Chicharro	986	12 858	757	20 023	637	27 544	504	33 845	644	40 358	1 059	67 628	904	72 545
Outras espécies ...	842	35 511	797	63 378	801	72 221	686	80 520	486	61 542	565	80 393	585	105 454
TOTAL	6 387	231 427	4 699	265 776	4 211	317 138	3 913	393 339	4 905	501 369	5 063	585 917	5 646	768 630

FONTE: Estatísticas da Pesca (INE) e Postos de Recepção do Pescado

Q — quantidade em t; V — valores em contos

A produtividade média dos pescadores tem tido um aumento progressivo muito significativo, a partir de 1981, embora em valor absoluto os números sejam baixos; também, quanto à produtividade média da frota, conquanto pouco significativa, dadas as características das embarcações,

verificou-se um acréscimo considerável em 1982, 1983 e 1984 (Quadro XVII).

Em matéria de preços médios unitários das principais espécies de peixe capturados na RAM, o Quadro XVI retrata a sua natural evolução crescente, nos postos de recepção do pescado.

QUADRO XVI

PREÇOS MÉDIOS UNITÁRIOS DE ALGUMAS ESPÉCIES DE PEIXE CAPTURADOS NA RAM

Espécies	Anos						
	1978	1979	1980	1981	1982	1983	1984
Tunídeos	34\$70	51\$40	132\$60	135\$30	124\$00	149\$64	157\$60
Peixe espada preto	74\$07	104\$10	131\$30	155\$48	159\$90	181\$49	199\$70
Cavala	12\$72	17\$15	20\$11	30\$43	25\$32	31\$38	40\$00
Chicharro	13\$04	26\$45	43\$24	67\$15	62\$67	63\$86	80\$30
Outras espécies	42\$17	79\$53	90\$16	117\$38	126\$63	142\$29	180\$30

FONTE: INE e Postos de Recepção de Pescado

Prioritariamente, pretende-se para 1985 que os Serviços afectos ao sector desenvolvam acções e se realizem investimentos, no sentido de: abastecer o mercado regional de forma a satisfazer o consumo público, aumentando a produção de pesca sempre que o estado dos stocks de certas espécies o permitir; aumentar a produtividade do sector; melhorar as condições de segurança, conforto e navegabilidade das embarcações; aumentar o nível de vida dos profissionais de pesca; modernizar a frota pesqueira; melhorar as infra-estruturas de apoio à pesca; intensificar a investigação aplicada e a experimentação; promover e

incrementar acções concertadas com vista à prospecção dos recursos vivos da sub-área 2 da ZEE; estabelecer acordos e protocolos com vista à cooperação com outros países por forma a que a Região Autónoma da Madeira afigure benefícios do ponto de vista tecnológico e financeiro; ampliar e melhorar os circuitos de comercialização do pescado; estabelecer preços mínimos ao produtor naquelas espécies em que a situação do mercado o justificar; e, ainda, prosseguir com acções de formação e aperfeiçoamento profissional dos pescadores da Região.

QUADRO XVII

PRODUTIVIDADE MÉDIA DA PESCA

Anos	Pesca Descarregada (t)	Número de Pescadores	Número de Embarcações em Actividade (1)	Produtividade Média de Mão-de-obra (t/pescador)	Produtividade Média da Frota (t/embarcação)
1978	6 378	2 030	642	3,14	9,93
1979	4 699	1 971	633	2,38	7,42
1980	4 211	2 010	512	2,09	8,22
1981	3 913	1 658	587	2,36	6,67
1982	4 905	1 525	531	3,22	9,24
1983	5 063	1 559	547	3,25	9,26
1984	5 646	1 497	526	3,77	10,73

FONTE: Estatísticas de Pesca (INE) e Capitania do Funchal
(1) — Embarcações em actividade ,em 31-VII, na Região

Para concretizar estes objectivos propõem-se as seguintes medidas, que conduzirão, a breve trecho, ao desenvolvimento do sector:

- No que concerne à *diversificação de capturas*, continuar-se-á a apoiar a polivalência dos «atuneiros» com a introdução de novas artes de pesca, nomeadamente com aparelhos para a captura da «espada»; e testar-se-á, em escala economicamente aceitável, a captura de cefalópodes (pota), através do equipamento de uma embarcação-tipo para operar com máquinas automáticas de pesca.
- No que respeita às *infraestruturas e equipamento de apoio à pesca*, implementar-se-á a fase de projecto de um plano inclinado e carris no estaleiro de Machico, a fim de poder proporcionar a esta infraestrutura condições mínimas de trabalho; e, também, proceder-se-á à realização de um estudo de viabilidade técnica e económica de um estaleiro de reparação naval a construir na RAM. Com o apoio do Governo Norueguês dar-se-á início em 1985 à obra de construção do novo Posto de Recepção de Pescado do Funchal e ao novo Laboratório de Investigação das Pescas.
- No que se refere à *modernização da frota pesqueira*, continuar-se-á a promover e incentivar o isolamento térmico de porões, a fim de se proporcionar ao pescado melhores condições de conservação a bordo das embarcações e proporcionar-se-ão auxílios financeiros à frota pesqueira regio-

nal, traduzidos em compensação de juros para os financiamentos contratados na banca, ao abrigo do Decreto Regulamentar Regional n.º 12/83/M. Presentemente estão enquadrados naquele diploma 10 embarcações, visando investimentos diversos, desde a aquisição de embarcações à compra de artes e apetrechos de pesca. Outras formas de apoio financeiro poderão ser implementadas, designadamente subsídios à construção de embarcações de reconhecida utilidade e interesse regional, à transformação e reconversão de embarcações; etc. A necessidade de ocuparmos a sub-área 2 da ZEE, com embarcações capazes, passa por apoios financeiros e técnicos por parte do Governo Regional.

- Quanto à *investigação aplicada e experimentação*, continuar-se-á a prospecção dos recursos heliêuticos na sub-área 2 da Zona Económica Exclusiva, correspondente à Região Autónoma da Madeira, através de pequenos cruzeiros de investigação. Deverá também iniciar-se a colocação de dispositivos de concentração de espécies pelágicas (para tunídeos essencialmente) na sub-área 2 da ZEE e continuar-se-á o programa de repovoamento das águas costeiras utilizando novos tipos de modelos e diversificando os locais de implementação dos recifes artificiais.
- Prosseguir-se-á também com a aquisição de novo material para o Laboratório de Biologia Pesqueira, dotando-o de meios necessários ao prosseguimento do traba-

lho de investigação iniciado há 4 anos; o Laboratório de Oceanografia, em fase de implementação e montagem, vê-se na necessidade de adquirir material básico para os seus estudos, como garrafas para recolha de amostras de águas, termómetros, estufas, microscópios, balança, etc.

- Também prosseguirá a prospecção de recursos vivos na sub-área 2, — através dos cruzeiros de investigação anuais de embarcações, devidamente apetrechadas.
- Quanto à *formação e aperfeiçoamento do pessoal afecto às Pescas*, refira-se que o pessoal marítimo tem vindo a ser apoiado no sentido de melhorar os seus conhecimentos profissionais, assistindo-se nos últimos anos à frequência de cursos na Escola de Pedrouços, nomeadamente de marinho pescador, contramestre e mestre costeiro, subsidiados pela Região. Concomitantemente, técnicos dos Serviços têm frequentado cursos de formação no Continente e Estrangeiro, visando o seu aperfeiçoamento e sensibilidade para diferentes áreas de actuação, com especial destaque para a investigação aplicada. Estas políticas de formação serão mantidas em 1985.

1.3. Indústria

No pequeno parque industrial da Região, destacam-se as indústrias artesanais (bordados e vimes) e as do vinho da Madeira, pelos seus valores de exportação, pelas divisas que representam e pela mão-de-obra que envolvem. Continuam a ter um especial interesse pelo que o Governo Regional lhes dá o apoio necessário e é importante registar que, apesar da recessão económica internacional, a evolução destas exportações tem sido sempre muito significativa e de valor crescente.

Através dos organismos que coordenam a actividade destas indústrias continua a defender-se a manutenção dos mercados tradicionais, procurando-se também, cada vez mais, uma maior diversificação, pelo que vão prosseguir acções de propaganda e promoção em vários países, intensificando-se ao mesmo tempo a defesa da qualidade e autenticidade dos produtos. Também não serão descuradas acções de formação profissional e de apoio financeiro, através dos canais e sistemas adequados, sempre que for julgado indispensável e de acordo com as linhas de incentivos já estabelecidas.

O artesanato em geral, por ser actividade reconhecidamente adequada às nossas gentes, será continuamente estimulado, pelo que, através do IBTAM, já têm sido desenvolvidas algumas acções de formação e aperfeiçoamento, mormente no caso dos embutidos.

No que respeita à indústria da construção civil é importante fazer sobressair a constituição da empresa regional, no âmbito dos cimentos, com a participação do Governo Regional e das empresas cimenteiras do Continente, para construção dos silos para armazenamento de cimento na Madeira; estas obras foram iniciadas em 1984 e prosseguem em bom ritmo. Com a nova infraestrutura de apoio à distribuição do cimento (produto cujo consumo tem aumentado muito nos últimos anos) vai poder fazer-se um abastecimento mais atempado às empresas de construção civil com trabalhos na Região.

Relativamente a outras indústrias na Região, o Governo Regional tem mantido sempre o seu incondicional apoio desde que sejam reconhecidamente úteis e reprodutivas. Particularmente, através do SAPMEI (Serviço de Apoio às Pequenas e Médias Empresas Industriais), tem sido concedido apoio técnico e financeiro ao funcionamento e, também, à instalação de empresas regionais. Têm sido, por outro lado, realizadas acções de formação e formação profissional, integradas no plano de ajudas da CEE às pequenas e médias empresas.

O Governo Regional tem procurado, portanto, manter os objectivos que considera prioritários para a política industrial da Região e vai prosseguir nesse sentido em 1985:

- Promoção e desenvolvimento das exportações, quer dos produtos industriais já de tradição, quer de outros produtos.
- Aumento da produção e da produtividade de toda a actividade industrial.
- Apoio à instalação de novas indústrias que se revelem de interesse regional, assegurem a indispensável rendibilidade, criem bastantes postos de trabalho e não contribuam para a poluição do ambiente.
- Desenvolvimento de uma política conjunta de defesa da qualidade, de autenticidade das produções regionais e de formação e aperfeiçoamento profissional.
- Definição de zonas, áreas e parques industriais dentro duma política de defesa do ambiente e de conservação da natureza.

É dentro deste quadro que o Governo Regional aprovou e já pôs em andamento os planos do Parque Industrial da Cancela e a Zona Franca Industrial do Caniçal. São investimentos que terão início de obras de implantação em 1985, embora o processamento das despesas respectivas só venha a fazer-se em 1986.

Relativamente à Zona Franca que é um projecto de muito interesse e excepcional importância para o desenvolvimento da Região, vai acelerar-se o processo de realização das respectivas infraestruturas (abastecimento de água e energia, variante da estrada), através dos Serviços competentes, e iniciar-se-á o pagamento das necessárias e indispensáveis expropriações.

Além destes investimentos, o Governo Regional prevê as seguintes medidas e acções, no sector da Indústria, para 1985:

- Prosseguir com a promoção e execução de medidas de apoio (técnico, financeiro e de formação profissional) às pequenas e médias empresas industriais, através do SAPMEI.
- Incentivar a implantação de novas indústrias e a constituição de novas empresas industriais, de viabilidade assegurada e a reestruturação das já instaladas, apoiadas em técnicas de gestão e organização evoluídas e modernas, de modo a dotá-las de eficiência técnica, económica e financeira requeridas pela capacidade competitiva, quer no mercado interno, quer no mercado externo.
- Fomentar a exploração de minerais não-metálicos e rochas, salvaguardando-se os aspectos paisagísticos e de interesse natural.
- Promover e dinamizar acções que visem a concretização de investimentos da Região, a expansão dos produtos industriais ou artesanais e o conhecimento dos mercados externos.

1.4. Energia

A este sector se referem as áreas da energia eléctrica e das energias renováveis.

No que respeita à *energia eléctrica*, todo o fomento está obviamente afecto à empresa pública regional — EEM — que tem feito um enorme esforço em matéria de produção, transporte e distribuição em toda a RAM, no sentido de dar resposta, nas melhores condições técnico-económi-

cas possíveis, às solicitações postas pelas populações e pelas actividades regionais.

Em 1984, ficou concluído o programa de electrificação rural da Região, com a cobertura total da Madeira e do Porto Santo, no que respeita ao abastecimento de energia eléctrica a núcleos populacionais com mais de 20 habitantes.

A produção de energia eléctrica situou-se, em 1983, em 190,9 GWh, (aumento de 8,5% relativamente a 1982) ou sejam cerca de 190 milhões de kWh, de acordo com o quadro que a seguir se insere:

(Note-se que, de acordo com elementos já apurados, mas ainda provisórios, a produção de energia em 1984 situou-se em 198,6 GWh, ou seja mais 4% do que em 1983, cabendo 54,8 GWh à produção hidroeléctrica — a maior de sempre na RAM).

QUADRO XVIII

PRODUÇÃO DE ENERGIA NO PERÍODO 1979-83 (EM GW h)

Sistemas Produtores	1979	1980	1981	1982	1983	Variações 83/82 (%)
MADEIRA						
Hidroeléctrico ..	47,0	46,2	40,3	39,3	43,3	10,2
Termoeléctrico ..	79,9	100,7	119,2	132,4	142,8	7,9
<i>Total</i>	126,9	146,9	159,5	171,7	186,1	8,4
PORTO SANTO						
Termoeléctrico ..	2,1	3,0	3,7	4,3	4,8	11,6
<i>Totais...</i>	129,0	149,9	163,2	176,0	190,9	8,5

FONTE: EEM (Relatório e Contas, 1983)

O quadro revela, ainda, o aumento que vai tendo continuamente a produção da termoelectricidade em comparação com a relativa estacionariedade da hidroelectricidade.

No que respeita aos consumos (energia facturada) — que totalizaram, em 1983, à volta de 162,7 GWh, com uma perda média de cerca de 14,8% (bastante menor do que a que vinha a verificar-se nos últimos anos), — 44,3% respeitaram a usos domésticos, 11,2 a usos industriais, 32,6% a usos não-domésticos (comércio, hotéis, agricultura), 7,1% aos Serviços públicos e autarquias e 4,8% à iluminação pública.

Quanto à distribuição dos consumos por concelhos, em 1983, 66,9% referem-se ao Funchal, 9,3% a Santa Cruz, 5,2% a Machico e, também, a

Câmara de Lobos e 13,4% aos restantes; em número de consumidores, o Funchal ultrapassa já os 30 400 e os concelhos rurais atingem quase os 36 900, — o que demonstra o grande crescimento dos consumos nas zonas rurais.

Quanto às pontas máximas, na Madeira, em 1983, a ponta anual foi de 45,6 MW (em 31 de Dezembro), a maior de sempre, e no Porto Santo foi de 1,09 MW (em Agosto).

Os consumos de combustíveis e lubrificantes da EEM para a sua produção termoelétrica em 1983 atingiu 10,8 milhões de litros de gasóleo (cerca de menos 24,5% do que o consumido em 1982), 26,8 milhões de litros de fuel-óleo (cerca de 25,2% mais do que no ano anterior) e 442 000 litros de lubrificantes (mais 6,1% do que em 1982). A redução de consumos de gasóleo a favor do consumo de fuel-óleo é obviamente muito favorável à EEM, dada a diferença de preços dos dois combustíveis.

No que concerne à rede de transporte, além de estudos para a construção de linhas de alta tensão e de construção de subestações (Palheiro Ferreiro, Faial, Vitória), prosseguiram, em 1983, os trabalhos da construção da subestação das Virtudes e foram iniciados os trabalhos de construção da subestação do Faial.

Quanto à rede de distribuição e, também, em 1983, para além das ampliações e remodelações, foram construídos 33 novos postos de transformação (dos quais 28 de serviço público e, destes, 18 nos concelhos rurais), com uma potência instalada de 6 280 kVA, e lançados 28,1 km de linhas de média tensão (dos quais 81% em zonas rurais) e 52,2 km de baixa tensão (94% nas zonas rurais).

Assinale-se que relativamente ao desenvolvimento dos meios de produção da ilha da Madeira, o estudo encomendado à Electricité de France aponta já «para a implantação de uma nova central termoelétrica na margem esquerda da Ribeira dos Socorridos, junto da actual Central da Vitória, destinada a satisfazer as solicitações dos consumos previstos até final do século» (Relatório e Contas EEM, 1983).

Quanto ao plano de investimentos para 1985, que envolve uma soma superior a 760 mil contos, vão realizar-se acções e empreendimentos correspondentes às necessidades da Região, — conjugadas com a política de poupança de energia que urge prosseguir, — e as possibilidades da empresa:

- No sistema produtor termoelétrico, prosseguirão os trabalhos destinados a melhorar as suas condições de exploração, destacando-se a ins-

talação de 2 novos grupos intercalares que permitirão adiar a construção de uma nova central;

- No sistema produtor hidroelétrico, estão previstos a construção da nova central de inverno da Calheta e o desenvolvimento dos estudos de viabilidade da central de inverno da Ribeira Brava, para além das obras a realizar com o fim de aumentar as captações e melhorar o estado das levadas (principalmente a levada do Pico Ruivo e a nova conduta forçada da Serra de Água);

- Na rede de transporte de energia, prosseguirão os novos traçados a 30 kV (Seixal — S. Vicente, Vitória — Amparo) e 60 kV (Vitória — Palheiro Ferreiro e Palheiro Ferreiro — Machico) e a construção de novas subestações 60/30 (6,6) kV (Palheiro Ferreiro, Vitória, Machico) e 30/6,6 kV (Amparo, Lombo Brasil, S. Vicente);

- Na área da distribuição, os trabalhos incidirão principalmente no aumento da capacidade e remodelação das redes existentes (zonas leste, oeste, Funchal, Câmara de Lobos e Porto Santo), cabendo a quota mais importante ao Funchal;

- Na área da gestão das redes está prevista a aquisição e instalação de equipamentos complementares necessários ao incremento do sistema de teleacção;

- Quanto ao equipamento dos Serviços da EEM, procurar-se-á prosseguir com o do armazém da Vitória e, ainda, com a construção de oficinas (Vitória), instalações da zona de distribuição de Câmara de Lobos, instalações diversas e com a renovação de viaturas, tudo com vista a uma maior operacionalidade, eficiência e rendibilidade da empresa.

No campo das *energias renováveis*, vastíssima área para estudo, investigação e experimentação, o Governo Regional está a realizar e incrementar alguns projectos do maior interesse, muito especialmente os que se referem a energia solar e a energia eólica, projectos que se vêm desenvolvendo desde há poucos anos.

Assim, quanto à energia solar, refira-se, em particular, a continuação dos trabalhos da instalação-piloto da dessalinização solar no Porto Santo (em concretização do acordo de cooperação técnica luso-alemã) e a construção, aí, da casa solar, onde também os serviços oficiais dão a melhor colaboração à mesma equipa técnica alemã, localizando-se estes dois investimentos na zona litoral da ilha (Ponta); também a realização e a incentivo de instalações de equipamentos de aquecimento solar em edifícios públicos e ou privados

vêm merecendo a maior atenção dos Serviços competentes.

No que respeita a energia eólica, é de salientar a continuação da experiência e a instalação-piloto de uma turbina eólica no Porto Santo (Cabeço do Carvalho), após os trabalhos e estudos que decorreram com a cooperação do Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica e da Era Technology.

Outros estudos e trabalhos de menor vulto estão também projectados, em continuação da actividade do departamento das Energias Renováveis do Governo Regional, especialmente o acompanhamento do funcionamento da instalação solar fotovoltaica na Selvagem Grande, a instalação de um gerador eólico para o poço da dessalinização solar, no Porto Santo, o acompanhamento de projectos vários, como o do pêndulo (energia das ondas) e a colaboração com outros Serviços, com vista ao aproveitamento integral dos recursos hídricos da Região.

1.5. Turismo

O Turismo é um sector de grande importância na economia regional, pois que para além do seu efeito multiplicador, cria, directamente, cerca de 5.000 postos de trabalho, um valor acrescentado elevado, e desempenha um factor de equilíbrio na balança de pagamentos.

Muito embora o número de camas não tivesse vindo a aumentar nos últimos tempos, inaugurou-se em 1984 um hotel-apartamento de 4 estrelas (118 quartos, 236 camas), a única unidade hoteleira começada a ser construída de há 10 anos a esta parte. Exceptuando esta nova unidade realizaram-se outros investimentos de beneficiação e iniciaram-se obras de aumento de capacidade em unidades já existentes, o que significa uma quebra no status dos últimos anos, e, logicamente, é importante em termos de destino, pois que possibilita uma maior representação em mercados tradicionais e (eventualmente) abertura ou reabertura de novos mercados. Parte dos investimentos turísticos tiveram o apoio do S.I.I.T — SISTEMA DE INCENTIVOS AO INVESTIMENTO TURÍSTICO, regionalizado com o Decreto-Regional n.º 8/82/M de 17 de Agosto, — tendo a C.T.A.P.I.T. (Comissão Técnica para a Avaliação de Projectos de Investimento Turístico) vindo a analisar, pontualmente, os casos que são apresentados na Secretaria da tutela.

Quanto ao número de «dormidas» e «entradas» o ano de 1984 será (valores prováveis) o me-

lhor de sempre na história do Turismo da Madeira. Depois de 1980 ter sido o ano «record» no aspecto quantitativo, 1984 deverá ultrapassar os valores então contabilizados, o que significa um relançamento do destino. Adentro dos estrangeiros, o mercado mais importante continua a ser o do Reino Unido. Desde o princípio deste decénio este mercado tinha vindo a diminuir o seu peso percentual e absoluto, mas em 1984 sofreu um acréscimo da ordem dos 7%. Idêntico raciocínio para o mercado alemão (+6,5%) — o 2.º no grau de importância — e o mercado francês aumentou em 83/84, aproximadamente 45%. Os países nórdicos continuam a representar uma parcela importante no nosso destino, mas se a Dinamarca, Finlândia e Noruega vieram a «crescer», a Suécia diminuiu tanto no número de «entradas» como no de «dormidas». Os futuros parceiros de Portugal na Comunidade Económica Europeia — CEE — representam 52% nas «dormidas» e 46% nas «entradas», enquanto que o mercado norte-americano (Estados Unidos da América e Canadá) exprime 4% nas «dormidas» e 3% nas «entradas».

As taxas de ocupação «cama» e «quarto» para quase todos os estabelecimentos hoteleiros da Região foram de cerca de 63% e 69%, respectivamente.

A nível de sazonalidade é de salientar que o 2.º semestre é o de menor taxa de ocupação, sendo o 1.º e o 3.º trimestres aqueles que apresentam melhores índices de ocupação.

Na zona do Funchal, e nos hotéis de 5 estrelas, a taxa de ocupação cama é de quase 80% e a taxa de ocupação quarto, 87%. Por outro lado, de todos os turistas que nos visitaram 57,2% hospedam-se em regime de «dormida e pequeno almoço», 36,1% em regime de «meia pensão», e 6,7% em «pensão completa».

Com as particularidades que lhe são próprias, o turismo continuará a desempenhar um papel de grande importância nas prioridades do Plano de 1985, pois é de prever, para além do mais, um crescimento da nossa capacidade hoteleira, nomeadamente com a construção de unidades na ilha do Porto Santo.

Sendo assim há que defender os seguintes objectivos:

— Manutenção, ou melhoria, das taxas de ocupação das unidades hoteleiras.

— Defesa do meio ambiente.

— Apoio no sector, quer seja através do actual SIIT, quer através de outro mecanismo que se venha a criar, tendo sempre como ordem de

prioridade que o que se vier a construir deve manter o standard de qualidade — estabelecimento e serviço — que é apanágio da nossa Região.

— Defender (ou melhorar a competitividade do destino.

— Dinamizar o turismo rural, tendo em vista a futura integração da Região na CEE.

QUADRO XIX

EVOLUÇÃO DAS «ENTRADAS»

(Por alguns países)

Nacionalidades	1983	1984 *	%
Portugal	72 441	70 195	— 3,1
Alemanha	21 389	24 576	+14,9
Canadá	2 868	3 674	+28,1
Dinamarca	11 857	13 078	+10,3
E.U.A.	7 218	10 776	+49,3
Finlândia	6 704	7 387	+10,2
França	16 048	23 767	+48,1
Noruega	7 997	13 786	+72,4
Reino Unido	38 901	40 690	+ 4,6
Suécia	18 424	15 844	—14,0

* Valores Estimados

FONTE: Gabinete de Estudos e Planeamento da Direcção Regional de Turismo.

QUADRO XX

EVOLUÇÃO DAS «DORMIDAS»

(Por alguns países)

Nacionalidades	1983	1984 *	%
Portugal	498 253	478 322	— 4,0
Alemanha	274 335	292 167	+ 6,5
Canadá	19 001	26 088	+37,3
Dinamarca	117 387	131 121	+11,7
E.U.A.	40 766	70 362	+72,6
Finlândia	62 866	69 781	+11,0
França	139 777	203 515	+45,6
Noruega	80 763	140 608	+74,1
Reino Unido	405 886	433 486	+ 6,8
Suécia	176 877	151 230	—14,5

* Valores Estimados

FONTE: Gabinete de Estudos e Planeamento da Direcção Regional de Turismo.

QUADRO XXI

EVOLUÇÃO DO TURISMO (GERAL)

Anos	«Entradas»		«Dormidas»	
	Total	%	Total	%
1982	240 717	— 0,9	2 190 651	— 3,4
1983	240 261	— 0,2	2 185 989	— 0,2
1984 (a)	266 000	+10,7	2 416 000	+10,5

* Valores Estimados

FONTE: Gabinete de Estudos e Planeamento da Direcção de Turismo.

Para se atingirem os objectivos referidos será necessário adoptar, entre outras, as seguintes medidas:

- Continuar a contribuir em acções promocionais nomeadamente nos grandes certames nacionais e internacionais — FITUR, ITB, Big Show e Festival Cabrillo, Congresso ASTA, Belgian Travel Fair, World Travel Market, Congresso da APAVT, Workshop da Madeira em Portugal Continental, etc.
 - Desenvolver o trabalho promocional em conjunto com os Centros de Turismo de Portugal.
 - Manter e aperfeiçoar os acontecimentos que o sector de Animação tem vindo a desenvolver — Festas do Fim do Ano, Festival do Carnaval, Noites de Fado, Festa da Flor, Festival Bach, Festa do Vinho, etc.
- Intensificar a formação profissional, não só através de cursos na Escola de Hotelaria e Turismo, como de cursos de aperfeiçoamento e reciclagem noutros centros.

2. INFRAESTRUTURAS ECONÓMICAS

2.1 Transportes, Comunicações e Meteorologia

Dada o grande interesse deste sector para a vida económico-social desta Região insular, importa dar-lhe o devido realce, num contexto que é de análise e de perspectivação futura. Referir-se-ão os vários subsectores em separado.

a) Transportes aéreos

Neste campo, de importância vital para a Região, refira-se, em primeiro lugar, que após a re-

gionalização, em Agosto de 1980, das infra-estruturas aeroportuárias da Região Autónoma da Madeira, imediatamente o Governo Regional redobrou os seus esforços, junto do Governo da República, no sentido da construção de uma pista internacional na Ilha da Madeira, que possibilite a realização de voos intercontinentais em aviões de grande porte. Está já em curso, devendo terminar este ano, uma primeira fase dessas obras com vista à ampliação da pista do Aeroporto de Santa Catarina (por conta do Governo da República).

Também convém referir que, quanto ao Aeroporto do Porto Santo, têm sido desenvolvidas acções para ampliação da pista e que já foi elaborado e aprovado o projecto da futura aerogare.

De entre os principais empreendimentos realizados pelo Governo Regional nos dois Aeroportos, são de assinalar os seguintes:

- Melhoramento do actual terminal de passageiros em Porto Santo com a criação de um restaurante;
- Criação de uma «loja franca» no Aeroporto de Santa Catarina, também como forma de aumentar as receitas aeroportuárias;
- Aquisição de equipamentos de segurança para os aeroportos, com relevo para duas viaturas pesadas para o Serviço de Socorros, uma ambulância e aparelhos de raios x;
- Cedência de uma viatura de combate a incêndios aos Bombeiros Municipais de Santa Cruz;
- Criação de infraestruturas de apoio à navegação aérea;
- Aumento da área de «grooving» da pista do Aeroporto de Santa Catarina;
- Efectuada recarga da pista de Porto Santo;
- Ampliação da placa de estacionamento do Aeroporto de Santa Catarina.

Quanto aos investimentos para 1985, estes serão virados para a melhoria da operacionalidade dos Aeroportos da Região e para a maior comodidade dos seus utentes.

b) Transportes Marítimos

As infraestruturas portuárias da Região Autónoma da Madeira foram regionalizadas em Agosto de 1979.

Neste campo, foi executado um vasto plano de obras e melhoramentos, sobretudo no porto do Funchal, onde se gastou mais de um milhão e meio de contos, dotando-se esta infra-estrutura de áreas acostáveis e terraplenos adequados ao crescente volume das mercadorias expedidas e recebidas pela Região Autónoma. Em 1978, o Porto do Funchal movimentou 341 mil toneladas de mercadorias enquanto que, em 1983, foram ultrapassadas as 700 mil toneladas, e em 1984, o movimento foi também de quantitativo semelhante (690,3 mil t).

Também no Porto Santo se construiu o seu porto de abrigo que está apto a realizar as mais modernas operações portuárias.

Refira-se, ainda, que outros importantes empreendimentos se realizaram no âmbito dos transportes marítimos:

- Construção do parque de contentores no porto do Funchal.
- Introdução da contentorização nos meios de transporte marítimo que servem a Madeira. (Relembre-se que enquanto em 1977 foram movimentados 1 500 contentores, no porto do Funchal, em 1983 e em 1984, esse número foi superior a 26 000 por ano).
- Aquisição de moderno e adequado equipamento portuário no valor superior a meio milhão de contos.
- Construção da Avenida Sá Carneiro, dotada de largos parques de estacionamento e dois viadutos.
- Iluminação de toda a área portuária no Funchal.
- Construção de novos armazéns de mercadorias no porto do Funchal.
- Criação de novas oficinas portuárias no Funchal.
- Construção do edifício dos Serviços portuários do Funchal.
- Construção de um edifício da Alfândega no porto do Funchal.
- Construção da doca para embarcações de pequeno calado no porto do Funchal, permitindo abrigo a 150 barcos.
- Construção de um cais em Câmara de Lobos.
- Mantidos os vinte e cinco pequenos portos existentes na Ilha da Madeira providos de cais, rampas, escadas ou varadouros.

- Aquisição de novo equipamento portuário destinado a Porto Santo.

O Governo Regional tem vindo a tomar, também, outras medidas de política, de que se reputam, como mais importantes para o subsector dos transportes marítimos e para a vida dos residentes na Região, as seguintes:

- Apoio às empresas de transporte marítimo com sede na Região, as quais aumentaram a sua frota com dois navios porta-contentores, um graneleiro e um navio fruteiro refrigerado para o transporte de banana.
- Concessão de subsídios ao transporte marítimo de mercadorias entre o Continente e a RAM (para não agravar os preços ao consumidor).
- Aquisição do navio «Pirata Azul» em 1978 e do «Independência» em 1983, para serviços regulares de transporte marítimo de passageiros entre o Funchal e Porto Santo.
- Criação de tarifas reduzidas para a população de Porto Santo nas suas deslocações à Madeira.
- Aquisição da embarcação «Dinis» para apoio ao transporte de mercadorias entre as duas ilhas.
- Concessão de subsídios ao transporte marítimo para Porto Santo dos bens de consumo de primeira necessidade (milho, farinha, massas alimentícias, sabões, óleos comestíveis e margarinas, açúcar, rações, gás doméstico, gasolina, gasóleo, etc.).

Para 1985, e no que respeita a infraestruturas portuárias, procurar-se-á manter a maior eficiência dos respectivos serviços e prosseguir com alguns investimentos que servirão essencialmente à conclusão de empreendimentos já iniciados aos quais se tem de dar operacionalidade e funcionamento eficaz e oportuno.

A conclusão de pequenas obras referentes a arranjos interiores e do parque de contentores no porto do Funchal; a remodelação da instalação eléctrica no molhe da Pontinha; o aumento e a melhoria do equipamento mecânico do porto do Funchal (pórtico do parque de contentores, guindaste multipurpose, grua, fresadora, máquina de cravar cabos, guincho para varagem, anuidade referente ao «Independência»); algumas obras referentes à doca de pequeno calado; a construção do contra-molhe e outras obras incluídas no porto de abrigo do Porto Santo, assim como parte do

seu equipamento; — são o que se considera de maior vulto dentro dos investimentos referentes a transportes marítimos.

c) Transportes Terrestres

Ao afirmar-se que os transportes terrestres têm uma importância fundamental para o desenvolvimento social e económico das regiões, constatase um facto indiscutível que tem vindo a ser sistematicamente demonstrado.

É, pois, natural que o Governo Regional tenha vindo a dedicar uma atenção especial a este sector, onde, nos últimos anos, foram desencadeadas diversíssimas acções, em que avultam as seguintes:

- Incremento do serviço público de transportes públicos colectivos de passageiros, cobrindo o máximo de território e servindo cada vez mais um maior número de habitantes.
- Concessão de subsídios às empresas de transportes públicos de passageiros, para que não incida sobre os utentes a totalidade dos custos reais do sector.
- Criação dos passes sociais (o número de passes mensalmente emitidos em 1984 é superior a dez mil).
- Concessão de subsídios à empresa de transportes públicos colectivos de passageiros criada no Porto Santo.
- Reestruturação da actividade de transportes terrestres, tendo sido incentivada a renovação da frota (a frota relativa aos transportes inter-urbanos apresenta uma idade média de sete anos, e, em relação aos serviços urbanos, em 1983 forma adquiridos 19 novos autocarros, número idêntico ao de viaturas adquiridas nos nove anos anteriores).
- Criação de uma carreira de transporte público colectivo de passageiros gratuita no centro da cidade.
- Aumento da frequência da grande maioria das carreiras existentes (no Funchal, o número de viagens diárias aumentou de 853 para 1 519).
- Criação de 13 novas carreiras de transporte público de passageiros.
- Estudo, em curso, da regionalização da empresa de transportes públicos urbanos.

- Desenvolvimento de empreendimentos de grande interesse social e de grande esforço financeiro com vista à melhoria da rede rodoviária regional, quer no âmbito da construção, quer no da correcção de traçado, quer no da recuperação de pavimentos das estradas regionais.

Em relação aos transportes terrestres, ir-se-á orientar a respectiva política tal como nos anos anteriores, pelos seguintes objectivos principais:

- Satisfazer as necessidades reais de deslocação de pessoas e mercadorias;
- Proporcionar deslocações e transportes mais cómodos e rápidos;
- Melhorar continuamente a acessibilidade entre vários centros populacionais;
- Melhorar e aumentar as redes rodoviárias regional e municipal.

Neste sentido, prevêem-se as seguintes acções e medidas:

- Promover a construção de infra-estruturas de apoio aos transportes públicos colectivos de passageiros.
- Incentivar a revitalização da frota existente de transportes públicos de passageiros.
- Melhorar as condições de operacionalidade dos serviços de actividade (nos transportes de passageiros e de mercadorias).
- Promover a regionalização dos transportes públicos colectivos urbanos de passageiros.
- Manter a atribuição de subsídios às empresas de transportes públicos de passageiros por forma a não incidir sobre os utentes a totalidade dos custos reais.
- Manter os passes sociais que beneficiam de preços reduzidos.
- Continuar o combate à poluição provocada pelos vários tipos de veículos automóveis em circulação.
- Promover o aperfeiçoamento do sistema de inspecções aos veículos em circulação.
- Continuar a desenvolver acções de formação profissional (Instrutores de condução automóvel e Condutores de automóveis pesados de passageiros).

Os investimentos do Plano para 1985 no âmbito da rede rodoviária regional são vultosos porque tem de considerar-se que essa rede deve

permitir acessos cada vez mais fáceis, rápidos e seguros, dadas as suas consequências na actividade económica e social, bem como no menor consumo de combustível, o que é importante.

Entre as obras previstas salienta-se a Saída Oeste do Funchal (a participar pela CEE), que vai permitir aliviar a intensidade de tráfego na Estrada Monumental e que, com a futura ligação à cota 200, permitirá uma ligação Este-Oeste sem saturar o trânsito na cidade.

De referir também os melhoramentos em pavimentos na Estrada Regional entre Boaventura e Ponta Delgada e o acabamento da pavimentação na Estrada Regional entre Porto Moniz e Calheta.

Em matéria de pontes destaca-se a construção da Nova Ponte do Faial.

Nas obras por administração directa destacaremos a Estrada Regional 204, que atravessa o Paúl da Serra e que vai permitir melhores ligações no sentido Norte-Sul.

Nesta área não se pode esquecer a conservação e reparação que na nossa Região é agravada por constantes escorregamentos, consequência do nosso relevo acentuado e muito recente, agravado pela elevada pluviosidade.

Os principais investimentos na rede viária regional são os seguintes:

(Construção de Estradas Regionais novas)

- Saída Oeste do Funchal, ER 101 (Estudos, expropriações de terrenos e 1.ª fase da construção);
- Estrada Regional Tabua-Ribeira Brava, ER 213, terraplanagem, obras de arte, pavimentação e iluminação (obras complementares em conclusão);
- Estrada Regional Vila do Porto Santo — porto de abrigo, ER 110, (em curso);
- Ramal de acesso à Ribeira da Janela, ER 209 (em curso);
- Estrada Regional Porto Moniz (Santa - Encumeada, terraplanagem (em curso, por administração directa);
- Acesso à zona de lazeres da Praia Formosa (2.ª fase) (em curso);
- Estrada Regional Cedro Gordo - Moinhos, ER 203-1, terraplanagem, obras de arte e pavimentação (obras complementares em conclusão);

- Estrada Regional Curral das Freiras - Boaventura, ER 107, 1.º e 2.º fases, troço entre os perfis 25 e 40 e túnel no troço das Casas Próximas (em curso);
- Estrada Regional entre Boaventura e Ponta Delgada (variante da ER 101, pavimentação);
- Variante do Caniçal para a Zona Franca (em estudo);

(Recuperação de pavimentos em estradas regionais)

- Estrada Regional Porto Moniz - Calheta, ER 101 (obras complementares em conclusão);
- Estrada Regional Ribeiro Cochino - Vila (Porto Santo), ER 110.

(Correcção do traçado, pavimentação e iluminação de estradas regionais, incluindo a construção de pontes e viadutos)

- ER 101, entre Cancela e Aeroporto da Santa Catarina (Porto Novo - Aeroporto);
- ER 104, entre Ponte Vermelha e Serra d'Água, incluindo a construção da ponte e o caminho do Pinheiro (em conclusão);
- Escorregamento do Campanário;
- ER 101, na Estrada Monumental, alargamento e arranjo de passeios (em estudo e em curso);
- Alargamento do acesso ao Portinho no Jardim do Mar e construção da muralha de protecção (em curso);
- Construção de 2 viadutos na ER 101, entre Porto Novo e Santa Cruz, sobre as Ribeiras do Porto Novo e da Boaventura (em fase de estudo e projecto);
- Construção da nova ponte do Faial.

d) COMUNICAÇÕES

Nesta área, relembre-se que nos últimos anos foi desenvolvido profícua actuação, através das empresas públicas e maioritariamente participação do sector, tendo-se também iniciado a representação da Região Autónoma da Madeira no Conselho Nacional de Telecomunicações e tendo sido criado, em 1981, os mecanismos legais propiciadores de uma gradual intervenção do Governo Regional na área do serviço público dos correios e telecomunicações, a cargo dos CTT, para o que

foram cometidas à Região Autónoma atribuições de conteúdo tutelar.

De entre os empreendimentos mais salientes levados a cabo pela Marconi e pelos CTT destacam-se:

- Instalação da estação terrena de satélite no Funchal que assegurou a ampliação das comunicações telefónicas de 120 para 300 circuitos, permitindo também a transmissão e recepção directa de programas de televisão, bem como circuitos telegráficos e de telex com exterior;
- No sector das telecomunicações, foram investidos, na Região Autónoma, pelos CTT, a partir de 1981, mais de um milhão e meio de contos (o volume de investimentos em 1984 é dezoito vezes superior ao de 1979);
- Foram iniciados serviços de comunicações telefónicas automáticas entre a RAM e 28 países (EUA, RFA, França, Áustria, Checoslováquia, Chipre, URSS, Turquia, Moçambique, Grã-Bretanha, Venezuela, Brasil, Itália, Grécia, África do Sul, Canadá, Japão, Irlanda, Islândia, Malta, Polónia, Marrocos, Argélia, Hungria, Roménia, Argélia, Polónia, Tunísia) e, ainda, com os Açores, Bermudas e Gibraltar;
- Foram instaladas e ampliadas, com um acréscimo de 8 870 linhas de rede, 13 estações automáticas na Região;
- Montaram-se 13 102 postos telefónicos e 224 postos de telex;
- Foi ampliada a central de telex;
- Foi criado um posto público de telex;
- Foi instalado novo sistema de feixes hertzianos Funchal - Porto Santo;
- Foi criado o serviço de informações meteorológicas por telefone;
- Foram construídos novos edifícios e instalações de correios e telecomunicações em Santa Cruz, Câmara de Lobos, Camacha, Ponta do Sol e Caniço;
- Foram remodelados os estabelecimentos postais do Arco da Calheta, São Vicente, Porto Moniz, Porto da Cruz e Machico;
- Foi feita a motorização da distribuição domiciliária;

- Foi construído o Edifício - Sede dos CTT, junto da Ribeira de São João;
- Foi criada uma estação itinerante dos CTT, especialmente para serviços no porto do Funchal, de apoio aos navios de turismo;
- Foi instalado equipamento VHF pela Marconi, em Porto Santo;
- Foram feitas várias emissões filatélicas com temas regionais, o que tem muito interesse cultural e propagandístico, além de constituir mais uma fonte de receita para os cofres do Governo Regional.

Dos investimentos programados para 1985 pelas empresas públicas do sector e pelas maioritariamente participadas pelo Estado, que ultrapassam um milhão de contos (CTT, Marconi, RDP e RTP) e que visa o aperfeiçoamento e a expansão dos serviços prestados à população madeirense e portosantense, destacam-se os empreendimentos a levar a cabo pelos Correios que, somente na ampliação e melhoramento do serviço telefónico e telex, despenderá para cima de meio milhão de contos. Pela mesma empresa, CTT, será ainda construída a estação da Nazaré e outras serão beneficiadas, para o que haverá um dispêndio superior a duzentos mil contos.

e) METEOROLOGIA

Neste campo, o Governo Regional, na continuação de uma estreita cooperação que tem mantido com o Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica e, naturalmente com o Observatório Meteorológico da Madeira, vai, em 1985, promover a realização de obras de ampliação do edifício principal, desta instituição e a construção de casas de função, de cujo custo total será reembolsado.

2.2. CIRCUITOS DE DISTRIBUIÇÃO

As estruturas de base para um conveniente abastecimento e comercialização de produtos de primeira necessidade nas duas ilhas da Região têm merecido do Governo Regional uma atenção muito especial, desde há alguns anos. Certas, de entre elas, são de responsabilidade privada, pelo que o sector público se tem limitado a apoiar a sua construção, adaptações, ou melhoramentos diversos, ou até a sua reestruturação e funcionamento, mantendo, apenas, posteriormente uma acção fiscalizadora e de controlo de preços ou de qualidade e estado sanitário do produto, tendo em vista a defesa do consumidor.

Outras estruturas físicas indispensáveis à boa distribuição de produtos alimentares ou industriais na RAM têm vindo a ser considerados da responsabilidade do sector público e, aí, o Governo Regional (ou menos vezes, até o Governo da República) é que promove a sua instalação e o seu funcionamento.

De entre estas últimas, e de há poucos anos a esta parte, têm assumido particular destaque, como grandes investimentos, o Mercado Abastecedor do Funchal, os Matadouros do Funchal e Rurais e os Entrepostos Frigoríficos para o pescado.

O Mercado Abastecedor é «uma peça fundamental, indispensável na distribuição e abastecimento dos produtos agrícolas; tem uma acção disciplinadora nos vários circuitos de comercialização e, essencialmente, contribuirá, quer para uma melhoria de qualidade dos produtos, quer para um controlo adequado dos preços nos vários estádios de comercialização, beneficiando obviamente o produtor e o consumidor». A sua construção tem sofrido demoras excepcionais, devido sobretudo a problemas diversos inerentes aos empreiteiros, mas o Governo Regional tem tomado as medidas julgadas necessárias para que o ritmo de construção se acelere e se possa, portanto, recuperar alguns atrasos. Para 1985, prevê-se construir o pavilhão dos grossistas e armazenistas, um dos principais do Mercado Abastecedor.

Relativamente aos «Mercados de origem», que completam nas zonas rurais a acção do Mercado Abastecedor, e que são como que armazém de recolha, mais próximos da produção, vão ser impulsionados, executando-se o seu projecto de acordo com as normas mais modernas, para que os produtos agrícolas possam vir a ser normalizados e melhor conservados e acondicionados. Com a sua existência, — e prevêem-se quatro a implantar em Água de Pena, Santana, Prazeres e Ribeira Brava, — abrem-se novos horizontes para a agricultura regional e poderá vir a melhor defender-se o consumidor. O financiamento da construção destes mercados de origem, além da fonte «Governo Regional», deverá estar assegurado também pelas Ajudas de Pré-Adesão das Comunidades Europeias.

Os matadouros são estruturas de abate indispensáveis, cuja rede regional tem sido ampliada e melhorada, por forma a se promover boas condições higio-sanitárias para a carne e uma adequada racionalização na oferta deste produto alimentar. Prevêem-se para o ano em curso a continuação de obras diversas de beneficiação, remodelação e ampliação no Matadouro do Funchal e o

prosseguimento dos estudos e construção dos matadouros rurais do Porto Santo e de Machico, assim como obras de grande conservação e melhoramentos no Matadouro de Santa Cruz e em diversas casas de matança.

No sector das Pescas e da comercialização do pescado, têm avultado os investimentos que se referem à melhoria das condições higio-sanitárias e de recepção e aprovisionamento do pescado. Enquanto os postos de recepção e comercialização do pescado dão apoio imediato ao pescador, procurando-se que disponham das indispensáveis condições de higiene e de espaço de manobra para a actividade que aí se desenvolve, os entrepostos frigoríficos servem ao aprovisionamento e conservação do pescado durante largo tempo para uma melhor comercialização no futuro. De entre os postos de recepção construídos, destacam-se ultimamente os de Câmara de Lobos, Madalena do Mar, Calheta, Paúl do Mar e Porto Moniz; devem vir a ser construídos um novo posto em Caniçal e, ainda, na Ribeira Brava e no Porto Santo.

Muito importantes são os entrepostos frigoríficos de que o Governo Regional já construiu um no Funchal e outro em Câmara de Lobos. O Entreposto Frigorífico do Funchal, (com 2 câmaras de congelados com a capacidade total de 1 000 t, uma câmara de refrigerados para 100 t e 2 túneis de congelação para 15 t cada), infraestrutura indispensável, como já se referiu, é um empreendimento vultoso, a que a Noruega deu uma participação financeira e técnica muito importante. Junto a este entreposto está a ser construído um edifício para as lotas, que servirá também ao Laboratório de Investigação das Pescas.

O Entreposto Frigorífico de Câmara de Lobos de muito menor capacidade, (com 2 câmaras de congelados com a capacidade total de 100 t, uma câmara de refrigerados para 100 t e 2 túneis de congelação para 1,5 t cada) interessa fundamentalmente àquela vila piscatória no âmbito da conservação e comercialização do pescado.

O Governo Regional tem vindo, ainda, a apoiar a instalação de talhos e peixarias nas zonas rurais, que possibilitem uma comercialização dos produtos nas condições higio-sanitárias adequadas. Essa acção de apoio vai prosseguir também, no ano corrente, respeitando principalmente a equipamentos.

Ainda no campo de aprovisionamento de bens alimentares agrícolas, tem a salientar-se o início das obras, em 1984, dos silos para cereais, obra que é da responsabilidade da Empresa Pública de Abastecimento de Cereais (EPAC). Esta obra, extraor-

dinariamente importante para a Madeira, como é óbvio, prosseguirá em 1985, esperando-se não vir a ser ultrapassado o prazo de execução dos trabalhos.

Para o aprovisionamento satisfatório do cimento, o Governo Regional promoveu a constituição de uma sociedade de economia mista «Cimentos Madeira, Lda.», à qual compete promover a construção dos silos, cujo início já teve lugar em 1984, prosseguindo as obras durante o ano corrente.

É a esta empresa que cabe, na globalidade, a recepção, ensilagem, ensacagem e distribuição do cimento na RAM.

O custo final deste projecto a preços correntes, ascenderá a cerca de um milhão e cem mil contos.

Integra o projecto um conjunto de instalações que compreende o terminal marítimo, destinado à acostagem e amarração dos navios graneleiros com uma capacidade útil limite de 7 000 toneladas de cimento a granel, a descarga e o transporte do cimento para os silos ao ritmo de 2×100 t/h, por intermédio de bombas pneumáticas.

A ensilagem compreende três silos com um volume interior útil de 3 400 m³, com um diâmetro de 12 metros e uma altura de 30 metros.

A ensacagem e expedição faz-se ao ritmo de 2 000 sacos por hora e de cimento a granel em três pontos de carga. Foi acautelado o combate à poluição com equipamento de moderna tecnologia.

Com estas novas instalações, o actual entreposto da moagem do cimento será desactivado. A concretização deste empreendimento permite reunir as condições de tranquilidade no tocante ao abastecimento de um produto de capital importância para o desenvolvimento da Região Autónoma, eliminando-se assim a desvantagem resultante da descontinuidade territorial.

Ainda no campo da comercialização dos produtos agrícolas e pecuários, ou porventura outros, há que referir o apoio que o Governo Regional vai continuar a dar por forma a tornar mais competitiva a produção, intervindo por isso na absorção de excedentes ou na subsidiação e outras medidas de apoio à produção e à comercialização, sempre que julgamos absolutamente úteis e indispensáveis.

Com a comparticipação da CEE, através de ajudas de pré-adesão, deverá também ser devidamente estruturado e implementado na Região um Centro Regional de Informação dos Mercados Agrícolas, de grande interesse para os agricultores, comerciantes e consumidores.

3. SECTORES SOCIAIS

3.1. Educação

Os projectos a implementar pela Secretaria Regional da Educação (agora com maior âmbito de acção e abrangendo a Educação Especial — Jovens deficientes —, as Creches e os Jardins de Infância) para o próximo ano económico, e no que respeita ao respectivo Plano de Investimentos, propõem-se alcançar os seguintes grandes objectivos:

- Supressão das desigualdades no acesso à Educação;
- Formação de docentes;
- Melhoria de instalações e de equipamentos;
- Implementação do Ensino Superior e Universitário;
- Formação de Pessoal e Reorganização Administrativa;
- Fomento Desportivo.

Relativamente aos programas estrategicamente adequados à prossecução do primeiro dos objectivos enunciados, refira-se o alargamento da rede escolar, o incremento da educação pré-escolar — prossequindo a intenção de criar nas novas escolas primárias espaços vocacionados para aquele grau de ensino, com dotação de equipamentos e materiais adequados, e que já determinou o acréscimo do número de lugares para mais do dobro — a implementação da criação de cursos de alfabetização, o lançamento da nova experiência pedagógica que consiste no Curso Geral Liceal por unidades capitalizáveis, a atribuição de especial importância ao alargamento do ensino técnico-profissional e profissional — tendo sido criado no corrente ano lectivo o curso técnico-profissional de Manutenção Mecânica e estando programado o lançamento em 1985/86 de cursos profissionais de Marcenaria Artística e de Canteiro e técnico-profissional de Museografia, de Contabilidade e de Construção Civil —, o desenvolvimento de campanhas de sensibilização da opinião pública com vista à preservação dos valores de ordem cultural, cívica e económica que nos conferem identidade própria no contexto do todo nacional, bem como a promoção de iniciativas com as quais se pretende assinalar determinadas datas de significado regional, nacional ou internacional. Nesta perspectiva será comemorado em 1985 o Ano Internacional da Juventude.

No que concerne à «Formação de Docentes»,

inúmeras são as acções previstas quer no âmbito da formação científica, quer no âmbito da formação contínua de professores. Assim, refiram-se os cursos de promoção de Auxiliares a Educadoras de Infância, os cursos de Educadores de Infância, os cursos universitários que vêm sendo ministrados nos Centros de Apoio das Faculdades de Ciências e de Letras na Região e na extensão da Universidade Católica Portuguesa, a promoção de seminários e acções de formação destinados a professores de todos os graus de ensino privilegiando-se, de modo particular, os que leccionam o 12.º ano e os cursos complementares, e ainda os professores das áreas de expressão musical, plástica e de educação física.

Merece-nos, ainda neste domínio, particular realce a formação didáctico-pedagógica de professores dos ensinos preparatório e secundário, oficial ou particular, mediante a abertura de núcleos de profissionalização em exercício em todos os grupos disciplinares daqueles graus de ensino.

Tendo em vista a prossecução do terceiro dos objectivos atrás indicados refira-se a construção da 2.ª fase da Escola Secundária Dr. Ângelo Augusto da Silva, que inclui ginásio, parque desportivo e logradouros, a construção de novas salas de aula noutras escolas preparatórias, a construção de escolas primárias em diversos concelhos do arquipélago — de que se salientam a Escola Primária do Galeão — S. Roque, a Escola Primária da Nazaré, a Escola Primária da Água de Pena, a Escola Primária do Palheiro Ferreiro, a Escola Primária dos Lameiros, em S. Vicente, a Escola Primária do Lombo dos Aguiares — a construção, já iniciada, da Creche e Jardim de Infância do Bairro da Nazaré, a construção de um Jardim de Infância na Camacha, a construção de uma Creche e Jardim de Infância nos Louros (Funchal) e ainda a execução de um extenso programa de reparações, beneficiações e ampliações já agendadas e de que se quer realçar as obras referentes a instalações desportivas.

No âmbito da implementação do ensino superior e universitário nesta Região Autónoma, inserem-se os trabalhos em curso da Comissão Instaladora da Escola Superior de Educação da Madeira — cuja entrada em funcionamento se efectuará no ano lectivo de 1985/86 — e da Comissão de Estudo da viabilidade da criação e funcionamento duma Universidade, ou outras alternativas institucionais, na Região Autónoma.

Neste mesmo domínio importa salientar o incremento que vem sendo dado aos cursos ministrados nos Centros de Apoio das Faculdades

de Ciências e de Letras, com respectivamente 198 e 235 alunos, e ainda na Extensão, no Funchal, da Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Católica em que, para além dos cursos de Filosofia e Teologia que se vinham professando, teve início no corrente ano o Curso de Administração e Gestão de Empresas frequentado por 28 alunos.

Merece-nos particular atenção, na área das preocupações inerentes à institucionalização do ensino superior na Região, as obras que vão decorrer no imóvel do Colégio tendo em vista a concentração das diversas estruturas de ensino superior no futuro «Centro de Estudos Universitários da Madeira». A recuperação a levar a efeito nortear-se-á pelos princípios de instalar condignamente o ensino superior, atendendo às exigências de formação e de investigação, e também pela intransigente defesa dos valores de ordem patrimonial, histórica e cultural que o mesmo edifício materializa.

Relativamente à «Formação de Pessoal e Reorganização Administrativa», prosseguir-se-á com a realização de cursos visando abranger todos os níveis de pessoal, designadamente Directores de Escolas do Ensino Primário, Conselhos Directivos, pessoal administrativo, pessoal afecto à Acção Social Escolar e pessoal auxiliar.

No tocante ao «Fomento Desportivo», serão mantidos os apoios concedidos ao desporto amador, através de subsídios a Clubes e Associações e prosseguir-se-á a política de edificação de infraestruturas desportivas, salientando-se de entre estas, a normalização do Ginásio Carlos Gonçalves, a construção do Campo de treinos dos Barreiros, a construção de um Poli-desportivo na Escola da Vargem — Caniço, e a construção de um Campo de Futebol na Camacha.

Nesta mesma perspectiva de incremento da prática desportiva se inserem as acções de formação e reciclagem com vista à formação de técnicos em todas as modalidades. Serão ainda desenvolvidos programas desportivos de âmbito nacional e internacional que envolverão ampla participação de atletas e de que se destacam os Jogos Insulares e o Torneio Internacional de Andebol.

Competindo, ainda, ao sector da Educação, a área da Educação Especial, que abrange os jovens deficientes, — e à qual se tem vindo a dedicar particular atenção, — deverá referir-se a continuação de acções e empreendimentos que têm por objectivo melhorar a prestação de assistência e atendimento a essa população, incluindo a ampliação, adaptação e beneficiação de instalações, o

despiste sistemático da deficiência, a prevenção, reabilitação e integração social e educacional dos deficientes e a formação e aperfeiçoamento do pessoal docente e técnico específico do sector.

3.2. Cultura

Dentro do mesmo espírito de dar aos assuntos culturais a necessária expansão, vai o Governo Regional continuar a sua acção dinamizadora, procurando cada vez mais que se eleve o nível cultural das populações e, por outro lado, promovendo a preservação de todo o património cultural da Madeira e do Porto Santo.

De entre as acções que se pretendem impulsionar contam-se as referentes à descentralização cultural, que tem em vista levar ou manter nas áreas rurais determinadas actividades com o fim de os revitalizar e recrear culturalmente. O apoio a exposições, concertos, espectáculos populares, artistas, exhibições de grupos teatrais, colóquios e conferências, especialmente fora do Funchal; o apoio à organização da orquestra de Câmara da Madeira que irá actuar também para além dos limites físicos da cidade; a aquisição de bens para valorização do património cultural da Região (nos meios rurais e fora deles, — sobressaem de entre as acções mais importantes que os Serviços vão desenvolver na área da descentralização.

Outro campo que se pretende ver abrangido é o do apoio a diversos organismos, grupos e bandas artísticas para o que lhes vão ser consignados auxílios e meios necessários ao prosseguimento das suas actividades, quer para aquisição de instrumentos e trajes, quer para as suas deslocações e funcionamento, quer ainda para a melhoria das suas instalações.

Devido à urgente necessidade de se proceder na Madeira a determinadas obras e acções de conservação e restauro, os Serviços competentes vão impulsionar este ano a instalação de uma Oficina de Conservação e Restauro (que abarcará a construção e reparação de instrumentos musiciais), para o que se conta com a integração de pessoal já preparado.

Com vista à criação do futuro Museu de Arte Contemporânea procurar-se-á enriquecer o património da Região, que, neste âmbito, já é relativamente valioso, mesmo em relação a obras de artistas madeirenses.

No que se refere a divulgação cultural em matéria de obras literárias, com grande interesse

regional, prevêm-se edições de alguns trabalhos de vulto, como sejam:

- As ordens menores, do Dr. Pereira da Costa,
- Transcrição dos Tombos I e II do Registo Geral da Câmara Municipal do Funchal, de Maria José S. Cunha e Maria Favila Vieira,
- Arquitectura Popular da Madeira e do Porto Santo, do Dr. António Aragão,
- O movimento do porto do Funchal (2 vols.), do Dr. João de Sousa,
- O vinho da Madeira nos Sécs. XVII e XVIII, do Dr. Alberto Vieira,
- A Madeira na época de D. Fernando, da Dr.^a Maria Lurdes Freitas Ferraz

e, ainda, reedições várias, como os Vols. I e II do Arquivo Histórico da Madeira, o Jornal de uma visita à Madeira e a Portugal de Isabella de França e as obras de J. Leite Monteiro e J. Cabral do Nascimento sobre as Estampas Antigas da Madeira.

Além destas obras de maior interesse para a RAM, far-se-á também a edição de publicações «mass-média», como roteiros, monografias, catálogos, prospectos e desdobráveis, cartazes, postais, com conteúdo importante e valioso para a população e para os vários estabelecimentos e núcleos culturais da Região.

A recuperação e valorização dos monumentos classificados com interesse regional e a manutenção de Museus será objecto de atenção especial, sobretudo no que se refere ao apoio que será dado à Diocese para o Museu de Arte Sacra — valioso repositório artístico a que importa dar a melhor conservação — e aos trabalhos de restauro que continuam principalmente no Convento de Santa Clara.

Relativamente ao projecto Museu Etnográfico da Região será dada continuidade à aquisição de peças e objectos de interesse específico.

Porque o edifício, que é pertença do Governo Regional, onde está instalado o legado do Dr. Frederico de Freitas, se encontra em péssimas condições de conservação, vão prosseguir as obras de grande reparação, as quais se pensa poderem agora desenrolar-se a ritmo mais adequado e conveniente. O interesse e o valor do recheio deste edifício bem justifica que estas obras não demorem e prossigam com os cuidados devidos.

Um organismo em crescimento é a Biblioteca Pública Regional que necessita de instalações ade-

quadas, as quais estão em estudo e de pessoal, para vir a ocupar o lugar que merece no panorama Cultural da RAM. Por enquanto, consagrando-se apenas aos trabalhos da sua manutenção pequenos auxílios destinados essencialmente à aquisição de material e equipamento específico e à catalogação das publicações do depósito legal.

Acções de certo vulto no domínio cultural são as que se prendem com os programas de investigação e as bolsas de estudo, a desenvolver e a conceder pelos Serviços competentes.

Daqueles programas têm particular importância: o apoio ao núcleo de investigadores do Centro de Apoio às Ciências Históricas, incentivando-se as pesquisas com objectivos de promoção da Região e de divulgação dos seus valores; o apoio a outros núcleos de investigadores que apresentem propostas concretas na área da cultura regional; e os auxílios para deslocações de investigadores com vista à participação em colóquios e em congressos e na recolha, no Continente e no Estrangeiro, de documentação importante para a Região.

Por fim, refira-se o interesse da RAM nos estudos e obras de carácter cultural que se prendem com Cristóvão Colombo, quer no Porto Santo, quer na Madeira, com muito impacto em todo o Mundo, por força da projecção que tiveram (e têm) as viagens do célebre navegador do Séc. XV, que tudo leva a crer também por aqui viveu, embora por curto tempo.

3.3. Saúde

Constituindo a SAÚDE, um dos Sectores mais delicados pelas suas implicações a nível familiar, social e económico, e apesar do desenvolvimento verificado nos últimos anos, continuará a existir uma atenção especial por parte do Governo, que se traduzirá na concretização de diversos programas visando a cobertura de toda a Região, apoiada em Centros de Saúde, estruturas físicas destinadas à prestação de cuidados primários, e no melhor aproveitamento e desenvolvimento das estruturas hospitalares.

Algumas das necessidades dos concelhos rurais encontram-se praticamente satisfeitas em equipamentos de Saúde, encontrando-se, todavia, por cobrir as freguesias limítrofes do Funchal.

A nível hospitalar, a par do programa de recuperação do Hospital dos Marmeleiros, que em muito irá contribuir para melhorar o acolhimento dos doentes neste estabelecimento, apesar da abertura de três Unidades de Cuidados Intensivos,

bem como da criação de novos serviços e departamentos de diagnóstico e tratamento, é constante a necessidade de criação de novos serviços mais especializados bem como a modernização dos existentes, dada não só a categoria de Hospital Central, atribuída ao Centro Hospitalar, mas também pelas características de isolamento em que se encontra a nossa população.

Sendo assim, e no que diz respeito aos cuidados primários, vão ser reduzidos os investimentos em obras, procurando-se por outro lado, imprimir uma maior operacionalidade às estruturas existentes, através da aquisição de equipamento destinado aos meios de diagnóstico mais necessários para dar apoio às consultas efectuadas nos Centros de Saúde, nomeadamente para análises de rotina, e Radiologia e Electrocardiografia, estes últimos a instalar no Centro de Saúde do Bom Jesus.

Algumas valências mais carenciadas serão contempladas com equipamento mais moderno.

A cobertura que vem sendo dada ao Centro de Saúde do Porto Santo, a nível de Estomatologia, tem apresentado algumas deficiências em virtude do equipamento existente se encontrar obsoleto. Prevê-se pois a sua substituição por equipamento adequado às necessidades.

Em relação aos restantes Centros de Saúde e, na perspectiva do seu melhor aproveitamento, será adquirido o equipamento necessário ao seu funcionamento nos novos esquemas a serem implementados.

No que respeita a serviços de apoio, serão efectuados investimentos em equipamento para os serviços de manutenção, em virtude da necessidade que decorre de manter em funcionamento permanente os equipamentos existentes e ainda dar satisfação às exigências de conservação do património que lhe está afecto.

No âmbito dos cuidados diferenciados, prosseguindo a política de recuperação das unidades hospitalares mais degradadas, como alternativa a construções novas, vai ser dada continuação ao programa de remodelação do Hospital dos Marmeleiros, prevendo-se que serão abrangidos a última Unidade de Internamento, Consulta Externa e os Serviços de Apoio, nomeadamente, Instalação de Caldeiras, Cozinha e Serviços Administrativos.

Dado o estado degradado em que se encontram as instalações do Hospital João de Almada, vai-se proceder à transferência de alguns serviços instalados neste hospital para o Hospital dos Marmeleiros e dar início às obras de recuperação da ala nascente do edifício.

Sabendo-se que os custos de manutenção de um hospital são cada vez mais elevados, há necessidade de se diferenciar as camas consoante o tipo de cuidados a prestar, de acordo com a situação do doente. Teríamos assim camas de primeira ou de segunda linha, consoante se trate de doentes com situação aguda ou que se encontrem em fase de recuperação. Nesta conformidade, está prevista a afectação do actual Lar Dr. João Abel de Freitas ao Centro Hospitalar do Funchal, que será adaptado a hospital de segunda linha.

Como complemento dos programas de recuperação do Hospital dos Marmeleiros e Hospital Dr. João de Almada prevê-se a aquisição do material destinado a equipar os serviços remodelados destas unidades, nomeadamente caldeiras, mobiliário diverso e material destinado a limpeza, desinfectação e transporte de roupa.

Do total da verba destinada a equipamento, cerca de 40% será afectada a Serviços de Acção Médica, com o objectivo de implementar técnicas de diagnóstico e tratamento mais eficazes. Os investimentos mais significativos destinam-se aos serviços de Radiologia, Oftalmologia, Reabilitação e Hemodiálise, esta última unidade com necessidades de instalações provenientes do alargamento da sua capacidade de atendimento de doentes, o que aliás está já a concretizar-se no Hospital dos Marmeleiros.

Tendo em vista obter economias de escala em serviços que implicam investimentos mais pesados, deu-se início em 1984 à primeira fase de execução de um programa comum de microfilmagem, para todas as Direcções Regionais. A segunda fase a concretizar em 1985 prevê a instalação de vários visores no Centro Hospitalar do Funchal, a fim de se proceder à microfilmagem dos processos pertencentes ao arquivo activo.

Será dada continuidade ao programa de provisionamento comum da Secretaria Regional, com a construção do pavilhão destinado à instalação deste serviço.

No que respeita a recursos humanos e à formação de pessoal técnico, sobretudo, dada a importância de que se revestem para o desenvolvimento dos Serviços, em especial os ligados à Saúde, a Secretaria Regional elaborará programas de formação deste pessoal, por intermédio de atribuição de bolsas de estudo, não só para formação básica de enfermeiros, técnicos paramédicos e médicos, como ainda para formação pós-básica de enfermeiros.

A execução destes programas continuará a permitir a fixação na Região de vários profissionais que, de outra forma, seria impensável obter.

Por outro lado, numa perspectiva de actualização constante dos funcionários em serviço serão promovidos vários cursos destinados aos diferentes grupos profissionais, cujo plano de formação é coordenado por representantes das várias Direcções Regionais e do Gabinete do Secretário Regional.

3.4. Segurança Social

No Sector da Segurança Social — não considerando os aspectos referentes a creches e jardins de infância, agora afectos ao sector da Educação — e no que respeita à população idosa serão incentivadas as acções do Serviço de Ajuda Domiciliária, integrado num programa de apoio a este grupo etário, com envolvimento do Sector Saúde.

A constituição de um grupo coordenador especialmente criado para o efeito, com representantes de cada sector, continuará a dar o tratamento mais adequado a cada situação. Para esta valência dinamizar-se-á o programa de instalação do lar da Bela Vista, bem como o apoio ao Serviço de Ajuda Domiciliária a ser prestado pelo Centro de Dia do Hospício D. Maria Amélia. Aliás tanto naquele estabelecimento, como neste hospício, estão ainda a decorrer obras de conclusão, no seguimento dos respectivos programas de adaptação às suas novas funções.

O desenvolvimento das aplicações do novo equipamento de informática, com ligação ao Banco de Dados do Centro Nacional de Pensões, cujo reflexo já se fez sentir no pagamento atempado das prestações pecuniárias, irá permitir também uma maior eficácia do sector nesta área, no que diz respeito ao controlo dos processamentos indevidos.

Procurando a melhor utilização deste equipamento prevê-se ainda a implementação de novos programas tendentes a uma simplificação do trabalho administrativo a cargo das várias secções.

No âmbito deste sector e prosseguindo uma acção de apoio às instituições privadas, estão previstos auxílios para as obras de remodelação e ampliação do Patronato de N.ª Sr.ª das Dores — um «velho» estabelecimento destinado à educação e protecção de raparigas.

3.5. Habitação e Urbanismo

Na área da habitação e perante a falta de vocação do sector privado para solucionar o problema habitacional das camadas mais carenciadas da população, mantém-se a necessidade de continuar

a política intervencionista do sector público, anteriormente delineada e que se traduziu na promoção directa da construção de fogos e na implementação de medidas de apoio, em particular, no estabelecimento de linhas de crédito bonificado à construção, ou aquisição de habitação própria e na concessão directa de empréstimos bonificados para recuperação de imóveis degradados.

No que respeita à promoção directa de habitação, tal política concretizou-se na entrega de cerca de 1 300 fogos no período de 1978 a 1984, encontrando-se em fase de conclusão cerca de 400 fogos e em fase de concursamento o lançamento de outras 360 habitações. No entanto, as dificuldades orçamentais do sector público não permitem a manutenção do anterior ritmo na promoção directa de habitação, nem a introdução imediata de outras medidas de apoio ao sector.

Será, contudo, reequacionada a problemática da habitação de modo a possibilitar o apoio do sector público à aquisição ou construção de habitação própria por parte de camadas semi-solventes da população, introduzindo os mecanismos legais adequados.

Para 1985, e com vista à diminuição do défice habitacional existente na Região serão levadas a cabo, pelo sector público, as seguintes acções:

- Promoção directa de habitação: Continuação das fases em curso e do lançamento da V fase do Plano Integrado da Nazaré; Apoio aos municípios na construção de habitação social em áreas definidas nos respectivos planos de urbanização;
- Apoio ao sector cooperativo de habitação: Criação da legislação necessária à sua dinamização e cedência de terrenos para construção;
- Apoio à recuperação do parque habitacional da Região com a continuação dos programas de recuperação de imóveis degradados e de renovação do Ilhéu de Câmara de Lobos;
- Apoio à aquisição ou construção de habitação própria, através do pagamento da bonificação do respectivo regime de crédito.

Na área do urbanismo, continuará o apoio às Câmaras Municipais para a elaboração ou reformulação dos seus planos directores e, ainda, uma estreita cooperação com as autarquias, no sentido de as apoiar a resolver problemas do foro da habitação e do saneamento básico. Neste últi-

mo aspecto, o Governo Regional continuará a desenvolver intensa actividade, em matéria de abastecimento de água, esgotos e lixo.

No que se refere a abastecimentos de água, e tomando como imperativa uma íntima coordenação com a produção de energia e com o regadio, considerou-se com prioridade o planeamento e execução de trabalhos de pesquisa e captação de água já que, só a partir do conhecimento das disponibilidades existentes, seria possível o projecto e execução de sistemas adutores adequados. Esta orientação, para além de se afigurar como a mais razoável, veio a dar resultados que tem excedido largamente as previsões — casos das galerias do Rabaçal, Fontes Vermelhas e mais recentemente as Rabaças, onde o caudal captado, na sua globalidade, é da ordem dos 420 l/s.

Para 1985, consideram-se obras mais importantes o prosseguimento e/ou conclusão dos trabalhos nessas galerias e na do Porto Novo. E, também, será iniciada a pesquisa e captação de água, por furos, na zona baixa da Ribeira de Machico, obra que ficará enquadrada no sistema das Fontes Vermelhas, responsável pelo abastecimento de água à Zona Franca, no Caniçal, freguesia de Machico, abaixo da cota 300 m, e ao concelho de Santa Cruz, abaixo da cota média de 250 m. Citamos, ainda, especialmente, as obras respeitantes ao abastecimento à freguesia do Caniçal e ao abastecimento de uma zona importante nas freguesias de Água de Pena e Santa Cruz, com inclusão da Zona do Aeroporto, onde é urgente a solução das carências actuais.

No que concerne a esgotos, refira-se que o destino das águas residuais constitui uma preocupação particularmente relevante na zona sul da Ilha, entre Câmara de Lobos e Machico. A construção de estações de tratamento e/ou emissários finais, só no decorrer de 1984 passou para a competência da Administração Regional, pelo que a responsabilidade dos Serviços competentes só poderá ser avaliada pela actuação que a partir de então vier a ser concretizada.

Em 1985 não está prevista a execução de qualquer obra, até porque não existem projectos para tal. Com dotação prevista em rubrica própria, os Serviços prevêem para 1985, a realização do projecto do emissário final do Funchal, com exutor submarino que em princípio atingirá a batimétrica — 60 m. Considera-se que a obra só poderá ser lançada em 1986.

Para a zona baixa da freguesia do Caniço, incluindo toda a zona turística, está a ser elaborado o projecto de destino final de esgotos, in-

cluindo estação e conduta elevatória, estação de tratamento e emissário final, prevendo-se que a obra possa ser iniciada em 1986.

Quanto a lixos, assinala-se que continua a ser preocupante a situação no que diz respeito ao seu destino final, o qual pode atingir, por vezes um nível particularmente indesejável sob o aspecto sanitário e de agressão ao meio ambiente. Também aqui, a competência quanto ao planeamento, execução e exploração das obras relativas ao processamento final dos lixos só em 1984 passou para a Administração Regional.

O projecto da Estação de Tratamento da Meia-Serra, no concelho de Santa Cruz, ficará concluído em 1985, prevendo-se que as obras possam ser iniciadas em 1986.

Esta estação de tratamento, por compostagem lenta, produzirá um composto aplicável na agricultura, como matéria orgânica. Constitui o destino final dos lixos recolhidos nos concelhos de Câmara de Lobos, Funchal, Santa Cruz, Machico e Santana.

3.6. Defesa e conservação do ambiente

Um dos objectivos do Programa do Governo Regional é o de melhorar a qualidade de vida na Região. Neste objectivo se inclui, obviamente, a defesa e a conservação do ambiente, que o sector público tem o dever de considerar em todo o processo de desenvolvimento, como um aspecto de grande prioridade e excepcional importância.

A salvaguarda do património natural e histórico-cultural da Região; o combate à poluição; a defesa da paisagem e a manutenção dos espaços verdes; o combate à erosão; o ordenamento biofísico do território; a segurança da vida das pessoas e dos seus haveres; — são aspectos principais de preservação do ambiente que, interessando à política governamental, dizem respeito à vida de toda a população e à dos visitantes e, ao fim ao cabo, ao desenvolvimento da Madeira e do Porto Santo.

O Governo Regional continuará, por isso, a desencadear acções e empreendimentos e, também, medidas de política, que se julguem mais adequadas à defesa e conservação do ambiente, especialmente com referência aos seguintes aspectos:

- Combate à poluição sonora e atmosférica, através de medidas legislativas e actantes, para que não se degrade mais o ambiente nos aglomerados urbanos da Região;

- Defesa contra a erosão e prevenção dos grandes acidentes orográficos;
- Utilização dos recursos naturais da Região, de forma prudente e racional, para que se não comprometem as potencialidades existentes nem se ofendam valores paisagísticos e ambientais de grande revelância;
- Preservação dos «habitats» naturais de certas espécies animais e vegetais e defesa dessas mesmas espécies que se encontram em vias de extinção ou se apresentam com grande vulnerabilidade;
- Promoção e desenvolvimento de campanhas, movimentos e outras acções educativas sobre ambiente, ecologia, conservação da natureza, flora e fauna regionais, defesa da paisagem e outros temas semelhantes junto das populações e, sobretudo, nas escolas;
- Intensificação das acções no campo das energias renováveis, dada a sua característica de não-poluição do ambiente.

Para 1985, há a considerar, sobretudo, os investimentos referentes aos seguintes domínios:

- No Parque Natural, que tem sobretudo em vista a defesa das reservas de flora, fauna e geologia mais características da Ilha da Madeira e o aproveitamento de determinadas áreas para recriação e lazer da população, continuará o processo da sua instalação e implementação, dos pontos de vista legislativo, territorial e administrativo;
- Na defesa contra a erosão e na segurança das pessoas, continuarão os empreendimentos que têm em vista a correcção torrencial dos córregos e ribeiros na Madeira e no Porto Santo e das obras de canalização nas principais ribeiras que atravessam o Funchal e outros aglomerados populacionais importantes;
- Na preservação do ambiente natural, continuará a ter lugar a vigilância que se concretizou já nas Selvagens e desenvolver-se-ão os estudos necessários para a definição das medidas de política indispensáveis à criação das reservas das Ilhas Desertas e das plataformas submarinas da Ponta de São Lourenço;
- Na protecção das espécies animais e vegetais, consolidar-se-á uma estreita colaboração com entidades internacionais idóneas, que já foi iniciada e que tem sobre-

tudo em vista a preservação das espécies endémicas em vias de extinção ou em perigo;

- Na protecção das florestas madeirenses, desenvolver-se-ão acções com base na doutrina e no conteúdo do Decreto Legislativo Regional n.º 10/83/M, de 1 de Agosto;
- No domínio das energias renováveis, não-poluentes, continuarão os estudos em energia eólica e solar, salientando-se a construção da casa solar no Porto Santo e a instalação de uma turbina-piloto eólica para produção de energia eléctrica no Porto Santo, que permitirão definir a rentabilidade das formas de produção de energia numa ilha de recursos naturais escassos;
- No âmbito da salvaguarda dos interesses da Região e das suas populações e respectiva qualidade de vida, manter-se-á e aprofundar-se-á a cooperação com outras regiões e países, nomeadamente Regiões Periféricas Insulares Europeias, com vista à proibição de lançamentos de resíduos rádio-activos no Atlântico, especialmente nas zonas próximas da ZEE, correspondente à RAM, e também com vista à defesa contra à poluição transoceânica.

4. SECTORES DE APOIO

Os investimentos nestes sectores para 1985 dizem essencialmente respeito à informação científica e técnica e à modernização da administração pública, uma e outra muito necessitadas de desenvolvimento e implementação.

Estes aspectos, em conjunto com os de formação e aperfeiçoamento profissional dos quadros de funcionalismo contribuem para a eficiência, a modernização e a produtividade dos Serviços, que se querem cada vez mais e melhor actuantes para prestígio de toda a Administração Pública e confiança e satisfação de toda a população em geral.

4.1. Na área da informação científica e técnica há que proceder ao conveniente apetrechamento dos Serviços de Informática, melhorar e completar a produção estatística e desenvolver acções de informação referentes à Comunidades Económicas Europeias.

Quanto à Informática — e apesar da rarefacção de mão-de-obra devidamente habilitada e com a conveniente preparação e de uma certa saturação nas instalações — ter-se-á de: dimen-

sionar os Serviços a nível de equipamento, espaços físicos e pessoal, para fazer face a uma política de informática distribuída; dar continuidade ao processamento dos projectos em exploração e desenvolver outros julgados também muito importantes; informatizar o controlo orçamental e iniciar estudos com vista à informatização das receitas do Governo Regional; satisfazer as muitas necessidades do Serviço Regional de Estatística a nível de tratamento automático da informação; e aumentar a produtividade do pessoal através da instalação de terminais para o trabalho dos mesmos.

A estratégia a curto prazo não poderá ir muito além da mobilização dos recursos disponíveis a nível do pessoal e da aquisição do mínimo indispensável de equipamento informático, sobretudo, quanto a terminais; a médio prazo haverá, porém, que adquirir novos equipamentos, proceder aos arranjos das instalações para expansão dos Serviços de Informática e continuar com as acções de formação com vista à progressão dos técnicos e ao acompanhamento da evolução tecnológica nestes domínios.

No domínio da produção estatística, e como investimento enquadrado no Plano para 1985, conta-se o Recenseamento Agrícola que naturalmente só poderá ter a sua fase de desenvolvimento mais intensa em 1986. Isto porque esta operação, que é bastante onerosa (algumas dezenas de milhar de contos, no total), conta com a participação da CEE, através das ajudas de pré-adesão, as quais só deverão concretizar-se no final do ano corrente.

A produção estatística (quer a de âmbito nacional, quer a de âmbito regional) tem vindo a desenvolver-se muito significativamente e cobre hoje áreas importantíssimas da actividade sócio-económica da Região. Além daquele recenseamento e das estatísticas correntes e operações censitárias de âmbito nacional, os Serviços têm como acções a desenvolver, em 1985, as seguintes:

- Realização do inquérito à produção e principais consumos intermédios das explorações agrícolas.
- Estudo do lançamento do inquérito à produção de Vinho Madeira.
- Conclusão dos trabalhos do Índice de Produção Industrial.
- Remodelação das estatísticas referentes às relações comerciais com o resto do país.

- Estabelecimento de uma base cartográfica para apoio às várias operações estatísticas do SREM.
- Actualização do ficheiro das empresas e estabelecimentos que serão objecto do Recenseamento Industrial.
- Elaboração do plano de informatização para 1985 visando a exploração a nível regional das aplicações particularmente relevantes para a R.A.M., e já definidas entre o INE e o SREM.
- Colaboração com o Centro de Estudos Demográficas do INE nas estimativas e projecções demográficas relativas à Região Autónoma.
- Execução de cursos de formação profissional do pessoal do SREM.

Quanto às acções referentes à integração de Portugal e da Madeira na CEE, estão previstos investimentos nessa área com o objectivo de sensibilizar e informar o pública interessado em geral e os quadros do funcionalismo e os agentes económicos, em particular. Estas acções serão desenvolvidas e ou promovidas pelos Serviços regionais competentes de integração europeia.

4.2. No âmbito da modernização da administração pública ocupam lugar de realce os investimentos referentes às instalações dos vários Serviços dos órgãos do Governo da Região Autónoma, quer se trate de novas construções, quer de remodelações e adaptações, quer ainda de equipamentos especiais, tudo com o objectivo de se dar maior funcionalidade, operacionalidade, comodidade e dignidade à gestão pública. Por outro lado, acções de reestruturação dos Serviços serão desenvolvidas sempre que delas resultar uma maior economicidade e rendibilidade para a Administração.

Como investimentos mais vultosos teremos os que respeitam:

- às novas instalações para a Assembleia Regional no edifício da Alfândega Velha (obras em curso);
- a obras de adaptação a vários Serviços do edifício «Golden Gate»;
- ao equipamento de serviços comuns das Direcções Regionais da Saúde e da Segurança Social;
- à construção do parque de máquinas da Cancela (incluindo estudos e projectos);

- à construção de armazéns para a Direcção Regional dos Hospitais;
- e aos estudos para o Laboratório de Ensaios de Betões (SRES).

CAPÍTULO V

PLANO DE INVESTIMENTOS E DESPESAS DE DESENVOLVIMENTO DA ADMINISTRAÇÃO DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

— PIDDAR 1985 —

1. O montante total de investimentos de 12 032 760 contos do PIDDAR 1985 não inclui os encargos com os empreendimentos da Empresa de Electricidade da Madeira E.P., embora os refira, nem as obras vultosas que decorrem da primeira fase de ampliação (margens de segurança) do Aeroporto de Santa Catarina, que terminarão este ano, e que são da responsabilidade do Governo da República (totalizarão mais de 4 milhões de contos, em parte financiados pelo Banco Europeu de Investimentos). Também, a parte mais importante dos investimentos em curso na Região, na área das Comunicações (1,5 milhões de contos), não foi incluída no quantitativo referente ao PIDDAR 1985, por serem, esses empreendimentos, da responsabilidade de empresas do sector empresarial do Estado (CTT, RTP e RDP) ou duma empresa maioritariamente participada (Marconi); do mesmo modo, é encargo da EPAC (Empresa Pública de Abastecimento de Cereais) a construção dos silos para cereais no Funchal, empreendimento muito importante e necessário à população da RAM. E, ainda, são obras não quantificadas e incluídas no PIDDAR 1985 as que se referem à construção dos silos para cimento, da responsabilidade, como é sabido, da sociedade de economia mista Cimentos Madeira, Lda. (em que tem participação o Governo Regional).

Já foi referido que, das fontes de financiamento do PIDDAR, além do Estado, a CEE participará na construção da Saída Oeste do Funchal, através das ajudas de pré-adesão (80 000 contos) e nalguns outros empreendimentos do sector agrícola, ainda em estudo; o organismo internacional de protecção da Natureza, World Wildlife Fund, participará em investimentos ligados ao Parque Natural da Madeira (5 000 contos) e o Governo da Noruega continuará a dar apoio técnico e material a alguns investimentos dos sectores das pescas (50 000 contos) e da energia. Haverá ainda uma participação, na totalidade, do Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica re-

lativa aos investimentos a realizar no Observatório Meteorológico do Funchal.

Os investimentos do Plano, na sua quantificação global, consideradas também as participações para as autarquias (investimentos municipais), estão repartidos, pelos vários conjuntos de Sectores, da seguinte forma:

	contos	
• Sectores Produtivos e Infra-estruturas económicas	5 994 750	49,8%
• Sectores Sociais	4 579 020	38,1%
• Sectores de Apoio	458 990	3,8%
• Investimentos Municipais .	1 000 000	8,3%
TOTAL	12 032 760	100,0%

Esta repartição continua a revelar as grandes preocupações do Governo Regional em todas as áreas da actividade económica-social, muito especialmente nos sectores económicos onde praticamente se concentra metade do montante afecto ao PIDDAR (ou seja cerca de 6 milhões de contos). Não é, pois, apenas o volume global de investimentos que interessa reter e que significa o desejo de realizar, no tempo oportuno, obra útil e indispensável a toda a população, mas também realçar uma distribuição de verbas que tem em vista o estímulo à economia regional que importa fortalecer e dinamizar.

A verba afecta aos sectores económicos reparte-se do seguinte modo (percentagens referidas ao total do PIDDAR):

	contos	
• Sectores Produtivos	1 922 070	16,0%
• Infra-estruturas Económicas	4 072 680	33,8%

Também, relativamente aos Sectores Sociais, onde o Governo Regional faz incidir a sua acção directa, a verba que lhes é destinada, de quase 4,6 milhões de contos, representa o grande esforço que se pretende realizar com vista à melhoria da qualidade de vida da população.

Quanto aos investimentos municipais, pese embora as fortes participações que nos últimos quatro anos, o Governo Regional concedeu às autarquias, e que ultrapassam os 4,3 milhões de contos, o valor previsto para este ano é muito significativo, correspondendo às necessidades que ainda persistem, sobretudo nos meios rurais, e que importa satisfazer com vista também à melhoria da qualidade de vida das populações; isto, porque, como se sabe, os recursos financeiros

das autarquias têm sido manifestamente insuficientes para atender à cobertura dos encargos com a realização de obras que todos consideram de primeira necessidade.

2. Nos *Sectores Sociais*, as verbas mais importantes cabem à Habitação e Urbanismo (cerca de 41%) e à Educação (32%); quase três quartas partes dos investimentos dos *Sectores Sociais* referem-se a obras e outras acções nessas duas áreas. A Saúde e a Segurança Social absorvem 17%, a Formação e Aperfeiçoamento Profissional, 4,3%, a defesa e Conservação do Ambiente, à volta de 3,5% e a Cultura, cerca de 2%.

No sector da Habitação e Urbanismo os empreendimentos de maior vulto são: o Plano Integrado da Nazaré, ainda em curso (que inclui também infra-estruturas, zonas comerciais, creches e jardins de infância e arranjos exteriores), e que consumirá mais de 1,2 milhões de contos e o prosseguimento das obras de construção de diversas infra-estruturas de saneamento básico ligadas, sobretudo, ao abastecimento de água potável a diversas áreas (galerias do Porto Novo, do Rabaçal e das Rabaças, e das Fontes Vermelhas; abastecimentos de S. Jorge, Caniçal, Ribeira de Machico, Santo da Serra, Água de Pena, Santa Cruz, onde sobressai o abastecimento do Aeroporto, Ribeira Brava e Porto Santo) que totalizam perto de 400 mil contos.

Obras de menor vulto mas também muito importantes são as de conclusão de várias realizações noutros bairros e conservação; a renovação urbana do Ilhéu de Câmara de Lobos; o programa para reparação de imóveis em degradação (PRID); o apoio financeiro à habitação própria; e alguns outros empreendimentos em matéria de tratamento de lixos e rede de esgotos.

No Sector da Educação, as Construções Escolares (em curso) são os investimentos mais salientes, atingindo perto de 800 mil contos: cerca de 66% são para escolas primárias, 28% para escolas preparatórias, secundárias e complementares e 6% para equipamentos. Outros empreendimentos muito importantes na Educação são os referentes à construção, beneficiação e equipamento de estabelecimentos pré-escolares (cerca de 110 mil contos), construção de infra-estruturas desportivas e acções de fomento desportivo (cerca de 170 mil contos), melhoramento, conservação e iluminação de recintos desportivos (pouco mais de 100 mil contos), campos de férias e ocupação de tempos livres (próximo de 140 mil contos), o restauro do velho solar dos Esmeraldos, na Lombada da Ponta do Sol a fim de ser adaptado a

escolas (mais de 60 mil contos) e, ainda, acções visando a Universidade da Madeira, a educação permanente e a educação de jovens deficientes.

No Sector da Saúde, de entre os investimentos de maior despesa, sobressaem a beneficiação e o apetrechamento das estruturas hospitalares e das de Saúde pública (num total de cerca de 400 mil contos), destacando-se: a realização de obras de beneficiação no Hospital Dr. João de Almada; a continuação da adaptação de um pavilhão anexo ao Hospital dos Marmeleiros a unidade de hemodiálise; remodelação dos Serviços de Consulta Externa, Radiologia e Administrativos do Hospital dos Marmeleiros; criação de uma unidade de aplicação de citostáticos no Hospital da Cruz de Carvalho; instalação de caldeiras nos Hospitais dos Marmeleiros e do Dr. João de Almada; e aquisição de diverso equipamento de técnica médica, de radiologia, de estomatologia, laboratorial, de microfilmagem e electrocardiografo.

No Sector da Segurança Social, os investimentos relacionados com a terceira idade, especialmente o Lar da Bela Vista (obras de conclusão da construção e o equipamento) e com a juventude, o Patronato de N.^a Sr.^a das Dores (comparticipação do Governo Regional na sua reconstrução), absorvem a parte principal do montante que lhe está afecto (pouco mais de 390 mil contos).

No âmbito da Formação Profissional, os investimentos atingem quase 200 mil contos, não considerando as acções que decorrem no Centro de Formação Profissional da Madeira que são suportadas por verbas doutra origem. Naqueles outros investimentos incluem-se a formação turística e hoteleira ministrada na respectiva Escola, a formação de pessoal docente e administrativo do ensino (onde avultam os encargos com as extensões universitárias e as acções de profissionalização em exercício), a concessão de bolsas de estudo e formação de quadros no domínio da cultura e investigação, a formação de pessoal dos Sectores da Saúde e Segurança Social (enfermagem geral, paramédicos, curso pós-básico de enfermagem, períodos de complementaridade em especialização médica e acções de formação em serviço), a formação e aperfeiçoamento de pessoal de diversos quadros do Governo Regional, nomeadamente ligado aos Serviços da Economia, do Plano e da Administração Pública.

No Sector da Defesa e Conservação do Ambiente, o montante a despender ultrapassa ligeiramente os 160 mil contos, dos quais 140 mil respeitam a obras de correcção torrencial em ri-

beiras e córregos na Madeira e no Porto Santo e de canalização de ribeiras na Madeira, tendo em vista a defesa contra a erosão, a segurança das pessoas e a salvaguarda dos seus bens; outro importante investimento refere-se ao Parque Natural da Madeira cujo desenvolvimento e estruturação muito interessa consolidar.

No Sector da Cultura, onde os investimentos do Plano não ultrapassam 87 mil contos, os programas mais vultosos referem-se a acções de descentralização cultural, às obras de recuperação do chamado «Palácio da Calçada», onde se encontra todo o legado do Dr. Frederico de Freitas, às edições de obras de reconhecido mérito e interesse regional e publicações «mass-media» e à recuperação e valorização de monumentos nacionais e de outros imóveis classificados ou de importância local; de menor vulto, deverão assinalar-se o apoio do Governo Regional a organismos culturais, a manutenção e dinamização do Centro Regional de Apoio às Ciências Históricas, da Oficina de instrumentos musicais, do Núcleo de Arte Contemporânea e de diversos programas de investigação.

3. A verba consignada aos *Sectores Produtivos* ultrapassa ligeiramente 1,9 milhões de contos, ou seja, cerca de 16% do total do PIDDAR. De entre eles, o Sector da Agricultura, Silvicultura e Pecuária, vai absorver cerca de 49% daquele montante; o do Turismo, quase 37%; o da Indústria, perto de 9%; o das Pescas, 4,3% e o da Energia (excluídos os investimentos da EEM), cerca de 1,3%.

Na Agricultura, Silvicultura e Pecuária, os maiores investimentos reportam-se às acções do Governo Regional visando quer a orientação, o fomento e a melhoria das condições de produção vegetal e animal (sobretudo os incentivos e subsídios às produções pecuária, vitícola, frutícola, hortícola e florícola, ao repovoamento florestal, ao projecto de desenvolvimento agrícola do Porto Santo, à reconversão de culturas) em que vão ser despendidas quase 290 mil contos, quer o apetrechamento especial dos Serviços agrícolas, pecuários e florestais (com particular relevância para a mecanização agrícola e seus novos equipamentos e material, para o laboratório químico-agrícola, para as novas instalações do Centro de Fruticultura subtropical, para a ampliação e melhoramento da Estação de Fomento Pecuário e outros estabelecimentos ligados à pecuária, para o adequado equipamento dos Serviços de Sanidade Vegetal, para a construção e equipamento de um moderno e eficiente laboratório experimental

de micro-vinificação, para um centro de enxertia na mão ligado à viticultura), que vai absorver pouco mais de 200 mil contos, quer a reforma das estruturas agrárias (com saliência para o apoio ao associativismo, o seguro das colheitas, o processo de extinção da colónia e acções visando a integração na CEE) onde se despendirão cerca de 123 mil contos, quer a promoção social dos meios rurais, através de acções ligadas à extensão rural que absorverão pouco mais de 33 mil contos, quer ainda a conservação do solo, gestão dos recursos aquíferos e protecção da cobertura vegetal (com destaque para as diferentes e vultosas obras de hidráulica agrícola e para importantes estudos sobre os recursos hídricos da Região e sobre a elaboração das cartas pedológica, agrícola e florestal) em que se gastarão cerca de 291 mil contos.

Relativamente ao Sector do Turismo, no qual é depositada também grande esperança quanto à sua influência marcante no progresso regional, as acções a empreender em 1985 são, por um lado, em continuação do que vem sendo feito e, por outro na sua consolidação e implementação. Além do desenvolvimento para a Quinta Magnólia, da Escola de Hotelaria e Turismo e do seu desdobramento com o objectivo de se melhorar cada vez mais a formação profissional no sector, prosseguirão as acções de promoção turística e publicidade (em diversos mercados externos, incluindo o Continente português) e as de animação e outros acontecimentos especiais na Região, estimando-se um dispêndio de cerca de 330 mil contos nestes investimentos; dar-se-á maior relevo ao apoio financeiro à construção de estabelecimentos hoteleiros e outros empreendimentos turísticos, — agora que a actividade privada está a procurar reanimar-se — através das normas estabelecidas no Decreto Regulamentar Regional n.º 24/83/M que adaptou o SIIT à Madeira, inscrevendo-se no PIDDAR uma verba ligeiramente inferior aos 180 mil contos; e far-se-ão, além de estudos e outras iniciativas dentro da área turística, as necessárias obras de construção e ou beneficiação e ampliação nas pousadas, casas de abrigo, apoios de estrada, miradouros, parques de campismo e recreativos, veredas de montanha e postos de informação, onde se deverão despendar para cima de 176 mil contos. Nas obras de construção destacam-se a pousada do Areeiro, o parque de campismo do Porto Santo, a participação na construção do parque de campismo do Porto Moniz, o apoio da Achada do Teixeira e os apoios de estrada.

No Sector da Indústria, sobressai o estabe-

lecimento da Zona Franca no Caniçal, para onde se canalizarão 110 mil contos, essencialmente destinados à elaboração dos necessários estudos, de expropriações de terrenos e à realização de obras, no domínio das infra-estruturas da responsabilidade do Governo Regional (variante da estrada regional, ampliação e melhoria da rede de energia eléctrica, águas, etc.). São também investimentos do sector, as acções referentes ao fomento da produção industrial, onde se despendirão cerca de 35 mil contos relativos a parques industriais (sobretudo o Parque Industrial da Canela), ao fomento do artesanato a desenvolver através do IBTAM, e à promoção industrial através do SAPMEI.

No Sector de Pesca, além do que referido na abordagem aos «Circuitos de Comercialização e Distribuição» onde se fala dos entrepostos frigoríficos para o pescado e outras infra-estruturas importantes para o sector, são de assinalar os programas de diversificação de capturas (introdução de novas artes de pesca), de construção de varadouros e equipamentos diversos, da modernização da frota pesqueira que inclui os apoios e incentivos, aos armadores, do Governo Regional, que totalizam cerca de 45 mil contos, e da investigação aplicada e experimentação, quer feita em laboratório, quer desenvolvida no mar, onde se deverá gastar cerca de 33 mil contos.

No Sector da Energia, os grandes investimentos serão realizados pela empresa pública regional EEM, que despendirá em 1985, para cima de 766 mil contos (financiamentos a avalizar pelo G.R. na sua maioria); os empreendimentos do Governo Regional respeitam ao desenvolvimento das energias renováveis, cuja utilização na Madeira e no Porto Santo «tem vindo a ser objecto de atenções especiais pelos departamentos competentes do Governo Regional, dados os elevados custos dos combustíveis e as possibilidades que o Arquipélago tem de aproveitar ao máximo as energias solar, eólica e hídrica». Para 1985, despendem-se cerca de 13 mil contos com a energia solar térmica (de que 70% respeitam à construção da casa solar, no Porto Santo, ao abrigo da cooperação luso-alemã) e 12,5 milhares de contos com a energia eólica (quase totalmente consumidos com a instalação-piloto da turbina eólica no Cabeço do Carvalho, em Porto Santo), prosseguindo estudos com outros tipos de energia. Refira-se, ainda, a cooperação do Governo norueguês nos estudos para o aproveitamento integral dos recursos hídricos ainda disponíveis para a produção de hidroelectricidade da Madeira.

4. Os **Sectores das Infra-estruturas Económicas** têm vindo a ser dotados de importantes verbas para que se realizem empreendimentos de vulto na RAM, particularmente portos, rodovias e alguns circuitos de comercialização, com o fim de se suprirem lacunas e deficiências graves que persistiam de longa data. Da verba total destinada a estas áreas (mais de 4 milhões de contos, que representam 33,8% do PIDDAR), a maior parte destina-se no Sector dos Transportes, Comunicações e Meteorologia (cerca de 3,4 milhões de contos), reservando-se cerca de 656 mil contos para o Sector dos Circuitos de Comercialização.

No Sector dos Transportes, Comunicações e Meteorologia, a maior parcela de investimentos respeita à rede rodoviária regional (63%), cabendo 24,5% aos portos e 7,3% às infra-estruturas de apoio aos transportes terrestres colectivos de passageiros; o restante (5,2%) distribui-se por algumas participações para certas estradas e caminhos municipais através do GATAI, por pequenas obras a realizar nos aeroportos, no domínio das comunicações e na ampliação do Observatório Meteorológico do Funchal. Embora a discriminação principal do que há a realizar nestes domínios já tenha sido feita, deve assinalar-se novamente a grande importância e o elevado custo da construção da Saída Oeste do Funchal (incluindo expropriações de terrenos para o que estão previstos já 320 mil contos), obra que é participada pela CEE, e que muito interessa ao desenvolvimento da cidade; as obras de construção do porto do Porto Santo (contra-molhe e outras) que custarão perto de 470 mil contos; a conclusão de obras e equipamentos do porto do Funchal que ultrapassarão os 320 mil contos; e os investimentos nos Aeroportos que serão de cerca de 75 mil contos.

No Sector dos Circuitos de Distribuição, ocupam lugar de realce as infra-estruturas para os produtos agrícolas e pecuários, que vão consumir mais de 290 mil contos (44% do montante destacado para todos os Circuitos) e os da pesca, que vão absorver quase 350 mil contos (53% do mesmo montante). Naquelas, avultam as obras do Mercado Abastecedor e dos Matadouros e Casas de Matança e nestas, os entrepostos frigoríficos e as lotas. São, ainda, investimentos do interesse

as acções de promoção das exportações realizadas durante feiras e exposições, algumas acções de intervenção para absorção de excedentes de produção agrícola ou pecuária, e os já antes referidos estudos com vista à construção dos mercados de origem e à instalação de um Centro Regional de Informação dos Mercados Agrícolas.

5. Nos **Sectores de Apoio**, vão despender-se mais de 450 mil contos, cabendo cerca de 441 000 à Modernização da Administração Pública, ou seja, à construção, ampliação e reparação de edifícios destinados aos serviços oficiais e suas dependências.

Neste Sector da Modernização da Administração Pública avultam, como já atrás se referiu, as obras da adaptação da Alfândega Velha a Assembleia Regional, para onde se destacou um montante superior a 110 mil contos, a construção do Parque de Material da Cancela para a SRES que consumirá mais de 71 mil contos, a construção de Armazéns para a Direcção Regional dos Hospitais a absorver uma verba de 78 mil contos e a realização de obras a afectar à Imprensa Regional que totalizarão cerca de 34 mil contos.

No Sector da Informação Científica e Técnica que absorverá apenas 3,6% do montante total destinado aos Sectores de Apoio, é de assinalar a verba de 10,5 mil contos destinada ao equipamento e desenvolvimento dos Serviços de Informática. Também cabe uma referência especial às acções e estudos a desenvolver pelos Serviços de Integração Económica e pelos de Estatística, pois visam essencialmente o melhor esclarecimento dos problemas e das pessoas e um mais adequado suporte à informação e ao conhecimento da RAM.

6. O montante reservado para comparticipações nos **Investimentos Municipais** é de 1 milhão de contos. Com este montante as autarquias podem desenvolver uma actividade muito superior à que lhes é permitida pelos seus escassos recursos financeiros. Proporciona-se-lhes, assim, dotações para realizarem obras úteis em matéria de estradas e caminhos municipais, em abastecimentos de água e redes de esgotos, em infraestruturas culturais, sociais e recreativas e noutros campos do urbanismo e do ambiente.

7. Se fizermos a distribuição percentual do montante global do orçamento referente aos Investimentos do Plano de 1985 — 12 032 760 contos — pelos vários sectores individualizados e pelos investimentos municipais, teremos:

• Educação (incl. Educação Especial) ...	12,2%
• Cultura	0,7%
• Formação Profissional	1,6%
• Saúde	3,4%
• Segurança Social	3,3%
• Habitação e Urbanismo	15,6%
• Defesa e Conservação do Ambiente	1,3%
• Agricultura, Silvicultura e Pecuária ...	7,8%
• Pescas	0,7%
• Indústria	1,4%
• Energia (sem EEM — E.P.)	0,2%
• Turismo	5,9%
• Transportes, Comunicações e Meteorologia	28,4%
• Circuitos de Comercialização	5,4%
• Informação Científica e Técnica ...	0,1%
• Modernização da Administração Pública	3,7%
• Investimentos Municipais	8,3%

Tal como nos anos anteriores, continua a verificar-se entre os investimentos do Governo Regional, que abrangem todas as áreas importantes da actividade, o predomínio dos empreendimentos em sectores-chave do desenvolvimento sócio-económico da Região: os Transportes, a Habitação e Urbanismo, a Educação, a Agricultura, o Turismo e as grandes Infra-estruturas de Distribuição e Comercialização, nunca se descurando o apoio às autarquias, através das comparticipações para os investimentos municipais.

Pelos programas e projectos do PIDDAR de 1985 que a seguir se referem, inseridos nos quadros e fichas respeitantes aos vários sectores, pode apreciar-se todo o esforço que o Governo Regional pretende desenvolver em prol da Região Autónoma. Tem-se a esperança que as crises internacional e nacional que hoje se vive não venham a prejudicar de qualquer forma, a concretização deste Plano que se reputa do maior interesse para o progresso sócio-económico da Região.

PLANO DE INVESTIMENTOS E DESPESAS DE DESENVOLVIMENTO DA ADMINISTRAÇÃO REGIONAL

— 1985 —

(contos)

SECTORES	DEPARTAMENTOS DO GOVERNO REGIONAL							TOTAL
	Presidência	Plano	Economia	Turismo e Cultura	Equipamento Social	Assuntos Sociais	Educação	
1. SECTORES SOCIAIS	150	2 500	20 240	120 880	3 677 460	390 300	367 490	4 579 020
1.1. Educação					1 206 050		260 395	1 466 445
1.2. Cultura				80 380	6 070			86 450
1.3. Formação Profissional	150	2 500	9 330	40 500		38 000	107 095	197 575
1.4. Saúde					58 190	346 300		404 490
1.5. Segurança Social					387 230	6 000		393 230
1.6. Habitação e Urbanismo					1 870 550			1 870 550
1.7. Ambiente			10 910		149 370			160 280
2. SECTORES PRODUTIVOS								1 922 070
2.1. Agricultura, Silvicultura e Pecuária			734 280		207 010			941 290
2.2. Pesca			81 480					81 480
2.3. Indústria		110 000	61 140					171 140
2.4. Energia		(766 100) (a)			25 380			25 380
2.5. Turismo				629 590	73 190			702 780
3. INFRA-ESTRUTURAS ECONÓMICAS								4 072 680
3.1. Transportes, Comunicações e Meteorologia		1 159 960	523 710		2 256 750			3 416 710
3.2. Circuitos de Distribuição...					132 260			655 970
4. SECTORES DE APOIO								458 990
4.1. Investigação Científica e Desenvolvimento Tecnológico					1 270			1 270
4.2. Informação Científica e Técnica		16 500						16 500
4.3. Modernização da Administração Pública				2 060	429 160	10 000		441 220
INVESTIMENTOS MUNICIPAIS		1 000 000						1 000 000
TOTAL	150	2 288 960	1 420 850	752 530	6 802 480	400 300	367 490	12 032 760

(a) Estes investimentos, embora avaliados pelo Governo Regional, são da responsabilidade da EEM — Empresa de Electricidade da Madeira, E. P.

PIDDAR 1985

(contos)

Sector/Departamentos executantes	Total	Orçamento Regional		Outros
		Recursos internos	Transferências do exterior	
TOTAL	12 032 760	11 880 760	152 000	(766 100)
SECTORES SOCIAIS				
EDUCAÇÃO	1 466 445	1 466 445		
Secretaria Regional da Educação	260 395			
Secretaria Regional do Equipamento Social	1 206 050			
CULTURA	84 450	86 450		
Secretaria Regional do Turismo e Cultura	80 380			
Secretaria Regional do Equipamento Social	6 070			
FORMAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO PROFISSIONAL ...	197 575	197 575		
Presidência do Governo Regional	150			
Secretaria Regional do Plano	2 500			
Secretaria Regional da Economia	9 330			
Secretaria Regional do Turismo e Cultura	40 500			
Secretaria Regional dos Assuntos Sociais	38 000			
Secretaria Regional da Educação	107 095			
SAÚDE	404 490	404 490		
Secretaria Regional dos Assuntos Sociais	346 300			
Secretaria Regional do Equipamento Social	58 190			
SEGURANÇA SOCIAL	393 230	393 230		
Secretaria Regional dos Assuntos Sociais	6 000			
Secretaria Regional do Equipamento Social	387 230			
HABITAÇÃO E URBANISMO	1 870 550	1 870 550		
Secretaria Regional do Equipamento Social	1 870 550			
DEFESA E CONSERVAÇÃO DO AMBIENTE	160 280	160 280		
Secretaria Regional da Economia	10 910	5 910	5 000	
Secretaria Regional do Equipamento Social	149 370			
SECTORES PRODUTIVOS				
AGRICULTURA, SILVICULTURA E PECUÁRIA	941 290	941 290		
Secretaria Regional da Economia	734 280			
Secretaria Regional do Equipamento Social	207 010			
PESCA	81 480	81 480		
Secretaria Regional da Economia	81 480			

PIDDAR 1985 (cont.)

(contos)

Sector/Departamentos executantes	Total	Orçamento Regional		Outros
		Recursos internos	Transferências do exterior	
INDÚSTRIA	171 140	171 140		
Secretaria Regional da Economia	61 140			
Secretaria Regional do Plano	110 000			
ENERGIA	25 380	25 380		
(EEM) (Secretaria Regional do Plano) (a)				(766 100)
Secretaria Regional do Equipamento Social	25 380			
TURISMO	702 780	702 780		
Secretaria Regional do Turismo e Cultura	629 590			
Secretaria Regional do Equipamento Social	73 190			
INFRA-ESTRUTURAS ECONÓMICAS				
TRANSPORTES, COMUNICAÇÕES E METEOROLOGIA ...	3 416 710	3 416 710		
Secretaria Regional do Plano	1 159 960			
Secretaria Regional do Equipamento Social	2 256 750	2 159 750	97 000	
CIRCUITOS DE DISTRIBUIÇÃO	655 970	655 970		
Secretaria Regional da Economia	523 710	473 710	50 000	
Secretaria Regional do Equipamento Social	132 260			
SECTORES DE APOIO				
INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO	1 270	1 270		
Secretaria Regional do Equipamento Social	1 270			
INFORMAÇÃO CIENTÍFICA E TÉCNICA	16 500			
Secretaria Regional do Plano	16 500	16 500		
MODERNIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ...	441 220	441 220		
Secretaria Regional do Equipamento Social	429 160			
Secretaria Regional do Turismo e Cultura	2 060			
Secretaria Regional dos Assuntos Sociais	10 000			
INVESTIMENTOS MUNICIPAIS	1 000 000	1 000 000		
Secretaria Regional do Plano	1 000 000			

(a) Não são, na realidade, investimentos do PIDDAR, pois tratam-se de obras e acções da Empresa de Electricidade da Madeira, empresa pública, que é tutelada pela Secretaria Regional do Plano, sendo os empréstimos a contrair avalizados pelo Governo Regional.

SECTOR: EDUCAÇÃO

[contos]

Programas e Projectos	Entidade proponente	Entidade responsável pela execução	Despesas de investimento e desenvolvimento em 1985
TOTAL DO SECTOR			1 466 445
1. Apoio Pedagógico			10 410
1.2. 12.º ano	SRE	SRE	2 320
1.2. Acções de Apoio Geral	SRE	SRE	970
1.3. Acções de Apoio Regional	SRE	SRE	790
1.4. Acções de Apoio a novos cursos complementares	SRE	SRE	2 210
1.5. Animação Pedagógica — Ensino Primário e Apoio ao Ensino Pré-Escolar ...	SRE	SRE	4 120
2. Construções Escolares			797 640
2.1. Escolas Primárias e C.P.T.V.			490 090
2.1.1. Novas Escolas	SRE	SRES	386 690
2.1.2. Beneficiações, ampliações e/ou arranjos exteriores	SRE	SRES	88 900
2.1.3. Estudos	SRE	SRES	14 500
2.2. Escolas Preparatórias, Secundárias e Complementares			221 550
2.2.1. Novas Escolas	SRE	SRES	181 650
2.2.2. Beneficiação e conservação ...	SRE	SRES	39 900
2.3. Equipamento Escolar	SRE	SRES	44 000
2.4. Aquisição de terrenos para implantação de futuros edifícios escolares ...	SRE	SRE	10 000
2.5. Escola Primária da Congregação das Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias ao Sítio da Fontinha — Porto Santo (comparticipação do Governo Regional)	SRES	SRES (GATAL)	32 000
3. Universidade da Madeira			23 170
3.1. Instalação e manutenção da Universidade Católica	SRE	SRE	7 920
3.2. Comissão para estudo de viabilização da Universidade da Madeira	SRE	SRE	6 250
3.3. Instalações para o futuro «Centro de Estudos Universitários da Madeira» — reconversão do imóvel do Colégio dos Jesuítas	SRE	SRE	9 000
4. Educação Permanente	SRE	SRE	24 100
5. Educação Pré-Escolar			110 950
5.1. Construção e beneficiação de Creches e Jardins de Infância			93 000
5.1.1. Jardim de Infância da Camacha	SRE	SRES	21 050
5.1.2. Infantário dos Louros	SRE	SRES	5 000
5.1.3. Infantário do Porto Santo	SRE	SRES	48 750
5.1.4. Jardim de Infância Dr. Juvenal Araújo	SRE	SRES	1 350
5.1.5. Jardim de Infância «Pinheirinho»	SRE	SRES	2 700
5.1.6. Jardim de Infância da Ribeira Brava	SRE	SRES	11 770
5.1.7. Jardim de Infância de Câmara de Lobos	SRE	SRES	420
5.1.8. Jardim de Infância da Ponte Nova	SRE	SRES	1 960

SECTOR: EDUCAÇÃO (cont.)

[contos]

Programas e Projectos	Entidade proponente	Entidade responsável pela execução	Despesas de investimento e desenvolvimento em 1985
5.2. Equipamento para creches e jardins de infância (Nazaré, Camacha e outros)	SRE	SRE	17 950
6. Educação Especial			20 975
6.1. Ampliação, adaptação e beneficiação de instalações para jovens deficientes			13 000
6.1.1. Edifício dos deficientes auditivos	SRE	SRES	10 000
6.1.2. Adaptação do prédio existente para jovens deficientes para instalação do serviço de cozinha	SRE	SRE	3 000
6.2. Equipamento para estabelecimentos de educação de deficientes e serviços de apoio	SRE	SRE	6 825
6.3. Levantamento e despiste da deficiência	SRE	SRE	1 150
7. Implementação de actividades de planeamento	SRE	SRE	2 200
8. Infraestruturas desportivas	SRE	SRE	59 390
9. Melhoramento, conservação e iluminação de recintos desportivos			104 960
9.1. Campo de Treinos do Estádio dos Barreiros	SRES	SRES	15 420
9.2. Campo de Jogos do Porto da Cruz ...	SRES	SRES	37 090
9.3. Campo de Squash	SRE	SRES	1 500
9.4. Campos de Ténis da Quinta Magnólia	SRE	SRES	15 180
9.5. Pavilhão de Machico	SRE	SRES	6 200
9.6. Sala de Musculação do Estádio dos Barreiros	SRE	SRES	240
9.7. Outras infra-estruturas desportivas ...	SRE	SRES	29 330
10. Campos de Férias e de Ocupação dos Tempos Livres			67 650
10.1. Zona de Lazer do Montado do Pereiro	SRAS	SRES	36 100
10.2. Parque desportivo dos trabalhadores (Santo Amaro), incluindo Pavilhão Gimnodesportivo e exteriores	SRAS	SRES	4 050
10.3. Zona de Lazeres da Praia Formosa (estudos)	PRES.	SRES	27 500
11. Acções de fomento desportivo	SRE	SRE	112 200
12. Restauro do Solar dos Esmeraldos (Ponta do Sol)	SRE	SRES	61 800
13. Aquisição de terrenos para a Zona de Lazeres da Praia Formosa e para o respectivo arruamento de acesso	PRES.	SRES	71 000

PRES. — Presidência do Governo Regional

SRE — Secretaria Regional de Educação

SRES — Secretaria Regional do Equipamento Social

GATAL — Gabinete de Apoio Técnico às Autarquias Locais

SECTOR: CULTURA

[contos]

Programas e Projectos	Entidade proponente	Entidade responsável pela execução	Despesas de investimento e desenvolvimento em 1985
TOTAL DO SECTOR			86 450
1. Descentralização cultural	SRTC	SRTC	24 670
2. Apoio a organismos regionais culturais ...	SRTC	SRTC	1 940
3. Centro Regional de Apoio às Ciências Históricas	SRTC	SRTC	1 530
4. Oficina de Instrumentos Musicais (conservação e restauro)	SRTC	SRTC	2 000
5. Núcleo de Arte Contemporânea	SRTC	SRTC	1 000
6. Edições	SRTC	SRTC	8 660
7. Publicações Mass-Media	SRTC	SRTC	3 700
8. Recuperação e valorização de monumentos nacionais e de outros imóveis classificados ou de interesse regional			7 480
8.1. Museu da Arte Sacra (funcionamento)	SRTC	SRTC	2 390
8.2. Convento de Santa Clara	SRTC	SRTC	1 390
8.3. Conjunto arquitectónico Igreja do Colégio e Colégio dos Jesuítas	SRTC	SRTC	1 050
8.4. Museu da Quinta das Cruzes (grande beneficiação)	SRTC	SRES	1 070
8.5. Capela da Penha de França, Capela de Santa Catarina e Capela do Corpo Santo	SRTC	SRTC	940
8.6. Outros Imóveis	SRTC	SRTC	1 000
9. Criação de Novos Museus			27 110
9.1. Museu Etnográfico da Região	SRTC	SRTC	200
9.2. Museu Legado Dr. Frederico de Freitas	SRTC	SRTC	26 910
10. Biblioteca Regional	SRTC	SRTC	540
11. Programas de Investigação	SRTC	SRTC	2 460
12. Aquisição de terrenos para implantação de edifícios culturais ou alargamento dos respectivos logradouros (casa do Colombo e outros)	SRTC	SRES	5 000

SRTC — Secretaria Regional do Turismo e Cultura

SRES — Secretaria Regional do Equipamento Social

SECTOR: FORMAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO PROFISSIONAL

[contos]

Programas e Projectos	Entidade proponente	Entidade responsável pela execução	Despesas de investimento e desenvolvimento em 1985
TOTAL DO SECTOR			197 575
1. Formação profissional turística			39 500
1.1. Escola Hoteleira da Madeira (manutenção)	SRTC	SRTC	34 000
1.2. Escola Hoteleira (extensão da Quinta Magnólia)	SRTC	SRTC	5 500
2. Formação de pessoal docente e administrativo (Educação)			107 095
2.1. Formação de professores	SRE	SRE	106 275
2.1.1. Extensões Universitárias	SRE	SRE	98 065
2.1.2. Profissionalização em exercício	SRE	SRE	8 210
2.2. Formação de pessoal dirigente e não docente	SRE	SRE	820
3. Bolsas de estudo e formação de quadros no domínio da cultura e investigação	SRTC	SRTC	1 000
4. Recursos humanos em Saúde e Segurança Social			38 000
4.1. Formação de pessoal	SRAS	SRAS	35 500
4.2. Educação permanente	SRAS	SRAS	2 500
5. Formação e aperfeiçoamento de pessoal da Secretaria Regional da Economia			9 330
5.1. Afecto à Agricultura e Pecuária	SREc	SREc	1 010
5.2. Afecto às Pescas	SREc	SREc	2 120
5.3. Afecto ao Comércio e Indústria	SREc	SREc	1 200
5.4. Cursos e estágios no âmbito da adesão de Portugal (e Madeira) à CEE	SREc	SREc	5 000
6. Formação e aperfeiçoamento de pessoal da Secretaria Regional do Plano			2 500
6.1. Afecto aos Serviços de Estatística	SRP	SRP	250
6.2. Afecto aos Serviços de Informático	SRP	SRP	1 010
6.3. Afecto à Direcção Regional de Planeamento	SRP	SRP	540
6.4. Afecto à Direcção Regional de Finanças	SRP	SRP	700
7. Formação e aperfeiçoamento de pessoal da Administração Pública Civil	PRES	PRES (DRAP)	150

PRES — Presidência do Governo Regional
 SRTC — Secretaria Regional do Turismo e Cultura
 SRE — Secretaria Regional da Educação
 SRAS — Secretaria Regional dos Assuntos Sociais
 SREc — Secretaria Regional da Economia
 SRP — Secretaria Regional do Plano
 DRAP — Direcção Regional da Administração Pública

SECTOR: SAÚDE

(contos)

Programas e Projectos	Entidade proponente	Entidade responsável pela execução	Despesas de investimento e desenvolvimento em 1985
TOTAL DO SECTOR			404 490
1. Beneficiação e apetrechamento da Direcção Regional dos Hospitais e das estruturas hospitalares			349 390
1.1. Instalação e equipamento de serviços de acção médica e de apoio na Direcção Regional dos Hospitais	SRAS	SRAS	153 000
1.2. Beneficiação de hospitais	SRAS	SRAS	148 000
1.3. Adaptação do pavilhão do Hospital dos Marmeleiros a Unidade de Hemodiálise	SRAS	SRES	48 390
2. Beneficiação e apetrechamento das estruturas de Saúde Pública			49 960
2.1. Melhoria da rede de serviço da Direcção Regional de Saúde Pública			39 600
2.1.1. Aquisição de equipamento biomédico, administrativo e industrial ...	SRAS	SRAS	39 600
2.2. Produção de material de apoio à Educação Sanitária	SRAS	SRAS	5 700
2.3. Remodelação e ampliação de Centros de Saúde			4 660
2.3.1. Bom Jesus	SRAS	SRES	2 330
2.3.2. São Vicente	SRAS	SRES	2 330
3. Beneficiação e conservação do lar de estudantes da Escola de Enfermagem de São José de Cluny (comparticipação do Governo Regional)	SRES	SRES (GATAL)	140
4. Aquisição de terrenos para construção e/ou ampliação de Centros de Saúde	SRAS	SRES	5 000

SRAS — Secretaria Regional dos Assuntos Sociais

SRES — Secretaria Regional do Equipamento Social

GATAL — Gabinete de Apoio Técnico às Autarquias Locais

SECTOR: SEGURANÇA SOCIAL

(contos)

Programas e Projectos	Entidade proponente	Entidade responsável pela execução	Despesas de investimento e desenvolvimento em 1985
TOTAL DO SECTOR			393 230
1. Juventude			59 370
1.1. Construção e remodelação de estabelecimentos para a Juventude			59 370

SECTOR: SEGURANÇA SOCIAL (cont.)

(contos)

Programas e Projectos	Entidade proponente	Entidade responsável pela execução	Despesas de investimento e desenvolvimento em 1985
1.1.1. Patronato de Nossa Senhora das Dores (comparticipação do Governo Regional)	SRAS	SRES (GATAL)	59 370
2. Terceira Idade			331 860
2.1. Construção de estabelecimentos para a Terceira Idade	SRAS	SRES	319 280
2.1.1. Lar da Bela Vista (380 lugares) ...	SRAS	SRES	319 280
2.2. Ampliação, adaptação e beneficiação de estabelecimentos para a Terceira Idade			6 580
2.2.1. Hospício da Imperatriz D. Amélia (Centro de Dia)	SRAS	SRES	6 580
2.3. Equipamento de Serviços para a Terceira Idade (Lar da Bela Vista)	SRAS	SRAS	6 000
3. Centro de Segurança Social da Ribeira Brava	SRAS	SRES	2 000

SRAS — Secretaria Regional dos Assuntos Sociais

SRES — Secretaria Regional do Equipamento Social

GATAL — Gabinete de Apoio Técnico às Autarquias Locais

SECTOR: HABITAÇÃO E URBANISMO

(contos)

Programas e Projectos	Entidade proponente	Entidade responsável pela execução	Despesas de investimento e desenvolvimento em 1985
TOTAL DO SECTOR			1 870 550
1. Promoção Directa			1 307 390
1.1. Realizações diversas			85 570
1.1.1. Bairro do Hospital			18 020
1.1.1.1. Infra-estruturas e espaços livres	SRES	SRES	20
1.1.1.2. Zonas comerciais	SRES	SRES	18 000
1.1.2. Bairro de Câmara de Lobos — Espírito Santo e Calçada			19 980
1.1.2.1. Zonas comerciais	SRES	SRES	5 000
1.1.2.2. Arruamento de acesso ...	SRES	SRES	14 980
1.1.3. Bairro do Seixal (13 fogos)	SRES	SRES	2 480
1.1.4. Bairro da Palmeira (Câmara de Lobos)			20 000
1.1.4.1. Zona comercial	SRES	SRES	20 000
1.1.5. Estudos e Projectos (Ilhéu e outros)	SRES	SRES	5 000
1.1.6. Conservação de Bairros	SRES	SRES	13 090

SECTOR: HABITAÇÃO E URBANISMO cont.)

(contos)

Programas e Projectos	Entidade proponente	Entidade responsável pela execução	Despesas de investimento e desenvolvimento em 1985
1.1.7. Aquisição de terrenos (Zona Res. de Tabua, Moradias em Santo António e Serra de Água, Seixal) ...	SRES	SRES	7 000
1.2. Planos Integrados			1 221 820
1.2.1. Bairro da Nazaré			1 221 820
1.2.1.1. Nazaré I (204 Fogos)	SRES	SRES	217 770
1.2.1.2. Nazaré II (236 Fogos)	SRES	SRES	23 650
1.2.1.3. Nazaré III (332 Fogos e infra-estruturas de pequena dimensão)	SRES	SRES	363 940
1.2.1.4. Nazaré IV-A (159 Fogos) ...	SRES	SRES	176 720
1.2.1.5. Nazaré IV-B (59 Fogos) ...	SRES	SRES	123 640
1.2.1.6. Nazaré V (360 Fogos)	SRES	SRES	50 000
1.2.1.7. Infra-estruturas	SRES	SRES	135 250
1.2.1.8. Reservatórios	SRES	SRES	2 020
1.2.1.9. Arranjos exteriores da 1. ^a Fase	SRES	SRES	10 520
1.2.1.10. Arranjos exteriores da 2. ^a Fase	SRES	SRES	4 100
1.2.1.11. Arranjos exteriores da 3. ^a Fase	SRES	SRES	20 440
1.2.1.12. Creche e Jardim de Infância — Edifício A	SRES	SRES	32 050
1.2.1.13. Creche e Jardim de Infância — Edifício C	SRES	SRES	35 460
1.2.1.14. Construção de jardins ...	SRES	SRES	5 000
1.2.1.15. Rede de distribuição de gás	SRES	SRES	21 260
2. Renovação Urbana			84 950
2.1. Ilhéu de Câmara de Lobos e Espírito Santo	SRES	SRES	41 030
2.2. Aquisição de terrenos	SRES	SRES	43 920
3. Programa para reparação de imóveis em degradação (PRID)	SRES	SRES	50 000
4. Apoio financeiro e outros programas de interesse social			10 000
4.1. Crédito à habitação própria — bonificação do subsídio familiar (fundo perdido)	SRES	SRES	10 000
5. Construção de infra-estruturas de saneamento básico			418 210
5.1. Central dessalinizadora do Porto Santo	SRES	SRES	1 260

SECTOR: HABITAÇÃO E URBANISMO cont.)

[contos]

Programas e Projectos	Entidade proponente	Entidade responsável pela execução	Despesas de investimento e desenvolvimento em 1985
5.2. Infra-estruturas para bombagem de água captada na costa norte do Porto Santo para a Camacha	SRES	SRES	1 120
5.3. Bombagem de água potável captada na Serra de Fora — Porto Santo	SRES	SRES	130
5.4. Captação e adução de água da nascente de um ribeiro na Serra de Fora — Porto Santo	SRES	SRES	20 630
5.5. Estação de tratamento de esgotos no Porto Santo (inclui estudos)	SRES	SRES	7 000
5.6. Galerias de captação de água no Rabaçal e Rabaças	SRES	SRES	84 700
5.7. Prolongamento da Galeria das Fontes Vermelhas	SRES	SRES	48 330
5.8. Galeria de captação de água do Porto Novo	SRES	SRES	71 970
5.9. Abastecimento de água à Freguesia de São Jorge — captação, adução e reservatório principal	SRES	SRES	50 000
5.10. Abastecimento de água à Freguesia do Caniçal (2.ª Fase — adutora principal)	SRES	SRES	32 000
5.11. Emissário de esgotos no Funchal (estudos)	SRES	SRES	12 000
5.12. Abastecimento de água aos sítios do Lombo Chão e Seara Velha, na freguesia do Curral das Freiras — captação e adução	SRES	SRES	4 000
5.13. Estação de tratamento final de lixo na Meia Serra — concelhos do Funchal, Câmara de Lobos, Machico e Santa Cruz (estudos)	SRES	SRES	4 000
5.14. Furos de pesquisa e captação de água na zona baixa da Ribeira de Machico e na freguesia do Santo da Serra	SRES	SRES	35 000
5.15. Abastecimento de água às freguesias de Água de Pena e Santa Cruz (zona do Aeroporto) — adutora	SRES	SRES	30 000
5.16. Reforço das captações e beneficiação do sistema adutor no abastecimento de água ao concelho da Ribeira Brava — zona leste	SRES	SRES	10 000
5.17. Aquisição de terrenos (Reservatório da Nazaré e dos Arrifes, Galeria do Porto Novo e Central dessalinizadora do Porto Santo)	SRES	SRES	6 700

SECTOR: DEFESA E CONSERVAÇÃO DO AMBIENTE

(contos)

Programas e Projectos	Entidade proponente	Entidade responsável pela execução	Despesas de investimento e desenvolvimento em 1985
TOTAL DO SECTOR			160 280
1. Correção torrencial			22 150
1.1. Obras nas ribeiras e córregos na Madeira e no Porto Santo	SREc	SREc	6 650
1.2. Travessão na Ribeira da Madalena do Mar a jusante da ponte da Estrada Regional 101	SRES	SRES	15 860
2. Canalização de ribeiras			118 160
2.1. Canalização da Ribeira de Machico a montante da ponte da E.R. 101, 4.º troço	SRES	SRES	740
2.2. Canalização da Ribeira de Santa Luzia, entre os Viveiros e a Fundoa, incluindo correcção da Ponte dos Viveiros e do traçado da rua Dr. João Abel de Freitas	SRES	SRES	40 400
2.3. Canalização da Ribeira de João Gomes a montante da Ponte do Campo da Barca	SRES	SRES	35 000
2.4. Ribeira de São João — muralhas entre o edifício dos CTT e a Escola do Magistério Primário	SRES	SRES	20 000
2.5. Obras de canalização em cursos de água secundários	SRES	SRES	7 500
2.6. Canalização da Ribeira dos Socorridos	SRES	SRES	14 520
3. Construção de uma casa de apoio às missões científicas na Selvagem Grande (Reserva Natural)	SRES	SRES	530
4. Parque Natural da Madeira	SREc	SREc	4 260
5. Expropriações de terrenos a afectar as obras de defesa e conservação do ambiente — correcção e canalização das ribeiras da Ribeira Brava, de Machico, dos Socorridos, de Santa Luzia, de São Vicente e outras ...	SRES	SRES	14 820

SREc — Secretaria Regional da Economia

SRES — Secretaria Regional do Equipamento Social

SECTOR: AGRICULTURA, SILVICULTURA E PECUÁRIA

(contos)

Programas e Projectos	Entidade proponente	Entidade responsável pela execução	Despesas de investimento e desenvolvimento em 1985
TOTAL DO SECTOR			941 290
1. Orientação, fomento e melhoria das condições de produção vegetal e animal			289 110
1.1. Fomento pecuário	SREc	SREc	117 470
1.2. Fomento vitícola	SREc	SREc	48 470
1.3. Fomento frutícola	SREc	SREc	21 790
1.4. Fomento hortícola	SREc	SREc	16 310
1.5. Fomento da floricultura	SREc	SREc	23 220
1.6. Reconversão de culturas	SREc	SREc	4 350
1.7. Repovoamento florestal da Região ...	SREc	SREc	46 770
1.8. Campanha de calagens	SREc	SREc	1 730
1.9. Reestruturação da cultura da cana sacarina	SREc	SREc	4 000
1.10. Projecto agrícola do Porto Santo	SREc	SREc	5 000
2. Apetrechamento especial dos serviços agropecuários e florestais			204 320
2.1. Mecanização agrícola	SREc	SREc	76 510
2.2. Sanidade vegetal (aquisição de pesticidas)	SREc	SREc	19 150
2.3. Laboratório químico-agrícola e de sanidade vegetal	SREc	SREc SRES	11 160 10 200 21 360
2.4. Estação de Fomento Pecuário, Centro de Ovinicultura, Laboratório Regional de Veterinária e Centro de Reprodução Animal	SREc	SREc	17 300
2.5. Centro de Fruticultura Sub-tropical (incluindo construções agrícolas)	SREc	SREc	54 000
2.6. Construção e/ou equipamento do Laboratório-Experimental de microvinificação	SREc	SREc	10 000
2.7. Centro de enxertia da vinha	SREc	SREc	6 000
3. Reforma das estruturas agrárias			123 310
3.1. Apoio ao associativismo	SREc	SREc	28 900
3.2. Cooperativa Agrícola do Funchal			10 000
3.2.1. Adegas Cooperativas do Norte ...	SREc	SREc	10 000
3.3. Fundo Madeirense do Seguro de Colheitas	SREc	SREc	68 660
3.4. Fundo Especial para a Extinção da Colónia	SREc	SREc	15 000
3.5. Gabinete de apoio permanente à Agricultura (visando a integração na CEE)			750
3.5.1. Deslocações — compensação de encargos	SREc	SREc	250

SECTOR: AGRICULTURA, SILVICULTURA E PECUÁRIA (cont.)

(contos)

Programas e Projectos	Entidade proponente	Entidade responsável pela execução	Despesas de investimento e desenvolvimento em 1985
3.5.2. Concessão de subsídios aos agricultores que colaborem na modernização da Contabilidade Agrícola	SREc	SREc	500
4. Promoção Social dos meios rurais			33 490
4.1. Centros de Extensão Rural (equipamento)	SREc	SREc	1 000
4.2. Casas do Povo			15 190
4.2.1. Funcionamento	SREc	SREc	11 190
4.2.2. Reparações e Construções	SREc	SREc	4 000
4.3 Construção do edifício destinado ao Centro de Extensão Rural da Calheta	SREc	SREc	12 300
4.4. Obras de remodelação do edifício da Casa do Povo de N.ª Senhora da Piedade em Porto Santo (comparticipação do Governo Regional)	SREc	SRES (GATAL)	5 000
5. Conservação do solo, gestão dos recursos aquíferos e protecção da cobertura vegetal			291 060
5.1. Hidráulica agrícola			257 060
5.1.1. Abertura de um túnel de captação de água na Fajã do Penedo para reforço da Levada dos Tornos e obras afins	SREc	SRES	31 940
5.1.2. Conclusão da Levada dos Tornos (novas redes entre Funchal e Santa Cruz)	SREc	SREc	4 150
5.1.3. Construção de tanques para regularização de caudais de rega	SREc	SREc SRES	50 000 109 870
5.1.4. Construção de um canal de rega em São Vicente	SREc	SRES	3 000
5.1.5. Construção e manutenção de canais de rega primários	SREc	SRES	10 000
5.1.6. Canalização de água potável para o abastecimento de unidades agrícolas e pecuárias industriais (Santo da Serra)	SREc	SREc	4 000
5.1.7. Expansão de pequenos regadios e de novos sistemas de rega ...	SREc	SREc	4 000
5.1.8. Impermeabilização da Lagoa do Santo da Serra	SREc	SRES	10 000
5.1.9. Concessão de subsídios a particulares para construção de tanques em explorações agrícolas e/ou pecuárias	SREc	SREc	24 150
5.1.10. Construção de barragens para retenção e infiltração de águas pluviais	SREc	SREc	3 950

SECTOR: AGRICULTURA, SILVICULTURA E PECUÁRIA (cont.)

(contos)

Programas e Projectos	Entidade proponente	Entidade responsável pela execução	Despesas de investimento e desenvolvimento em 1985
5.1.11. Aquisição de terrenos para construção de tanques de água de rega na Calheta e Santo António da Serra	SREc	SRES	2 000
5.2. Estudos			34 000
5.2.1. Carta Pedológica da Região ...	SREc	SREc	2 000
5.2.2. Estudo global dos recursos hídricos	SRES	SRES	25 000
5.2.3. Carta Agrícola e Florestal	SREc	SREc	7 000

SREc — Secretaria Regional da Economia

SRES — Secretaria Regional do Equipamento Social

GATAL — Gabinete de Apoio Técnico às Autarquias Locais

SECTOR: PESCA

(contos)

Programas e Projectos	Entidade proponente	Entidade responsável pela execução	Despesas de investimento e desenvolvimento em 1985
TOTAL DO SECTOR			81 480
1. Diversificação de capturas			2 200
1.1. Introdução de novas artes de pesca ...			2 200
2. Infra-estruturas e equipamentos de apoio à pesca	SREc	SREc	2 000
2.1. Varadouros (incluindo estaleiro e cais acostável de Machico)	SREc	SREc	500
2.2. Aquisição de um micro-computador para as pescas ao abrigo do acordo Luso-Japonês	SREc	SREc	1 500
3. Modernização da frota pesqueira			44 700
3.1. Isolamento térmico de porões	SREc	SREc	3 000
3.2. Apoio à frota pesqueira	SREc	SREc	41 700
4. Investigação aplicada e experimentação ...			32 580
4.1. Reparação, manutenção e apetrechamento de duas embarcações de estudo e investigação	SREc	SREc	22 600
4.2. Equipamento dos Laboratórios de Investigação das Pescas (Biologia e Oceanografia)	SREc	SREc	5 870
4.3. Prospeção dos recursos vivos da sub-área 2 da Zona Económica Exclusiva (ZEE)	SREc	SREc	4 110

SREc — Secretaria Regional da Economia

SECTOR: INDÚSTRIA

(contos)

Programas e Projectos	Entidade proponente	Entidade responsável pela execução	Despesas de investimento e desenvolvimento em 1985
TOTAL DO SECTOR			171 140
1. Fomento da produção industrial			34 920
1.1. Parques Industriais	SREc	SREc	34 920
2. Fomento do artesanato (bordados, vimes, tapeçarias e outros)	SREc	SREc	19 840
2.1. Desenvolvimento da produção			7 980
2.2. Acções de promoção de vendas	SREc	SREc	10 480
2.3. Estudos e trabalhos especiais diversos	SREc	SREc	1 380
3. Promoção industrial			6 380
3.1. Acções de promoção às pequenas e médias empresas industriais (SAPMEI) ...	SREc	SREc	6 380
4. Estabelecimento da Zona Franca Industrial (estudos, obras referentes à energia e estradas, expropriações de terrenos e Comissão Instaladora)	SRP	SRP	110 000

SREc — Secretaria Regional da Economia

SRP — Secretaria Regional do Plano

SECTOR: ENERGIA

(contos)

Programas e Projectos	Entidade proponente	Entidade responsável pela execução	Despesas de investimento e desenvolvimento em 1985
TOTAL DO SECTOR (a)			25 380
1. Plano de investimentos da E. E. M. (b)	EEM	EEM	(766 100)
Produção hidráulica e térmica (Madeira) ...			(143 200)
Transporte e distribuição de energia (Madeira)			(493 500)
Produção e distribuição (Porto Santo)			(64 300)
Despacho e Telecomunicações			(30 600)
Equipamento de Serviços e obras diversas			(34 500)
2. Energias renováveis			25 330
2.1. Energia Solar			12 740
2.1.1. Energia solar térmica			12 150

SECTOR: ENERGIA (cont.)

(contos)

Programas e Projectos	Entidade proponente	Entidade responsável pela execução	Despesas de investimento e desenvolvimento em 1985
2.1.1.1. Cooperação Luso-Alemã no capítulo da dessalinização solar	SRES	SRES	310
2.1.1.2. Escola Secundária Francisco Franco (aquecimento de água)	SRES	SRES	180
2.1.1.3. Escola Secundária Jaime Moniz (aquecimento de água)	SRES	SRES	1 000
2.1.1.4. Subsídios a instalações particulares	SRES	SRES	60
2.1.1.5. Outros projectos	SRES	SRES	100
2.1.1.6. Casa Solar — cooperação Luso-Alemã	SRES	SRES	9 000
2.1.1.7. Aquecimento de água para a Casa Solar	SRES	SRES	500
2.1.1.8. Construção de módulos de distribuição solar	SRES	SRES	1 000
2.1.2. Energia solar fotovoltaica			590
2.1.2.1. Estação de bombagem no Porto Santo	SRES	SRES	40
2.1.2.2. Projecto da Central de 100 KWh	SRES	SRES	250
2.1.2.3. Selvagem Grande	SRES	SRES	300
2.2. Energia eólica			12 500
2.2.1. Instalação-piloto da turbina eólica no Porto Santo (Cabeço do Carvalho)	SRES	SRES	12 000
2.2.2. Gerador eólico para o poço de dessalinização solar	SRES	SRES	500
2.3. Energia das ondas	SRES	SRES	90
2.3.1. Comparticipação no projecto de investigação Pêndulo	SRES	SRES	90
3. Aquisição de Terrenos para o Posto de Transformação das Figueirinhas	SRES	SRES	50

(a) Com financiamento do Orçamento Regional

(b) Não se incluem no PIDDAR 85

EEM — Empresa de Electricidade da Madeira

SRES — Secretaria Regional do Equipamento Social

SECTOR: TURISMO

(contos)

Programas e Projectos	Entidade proponente	Entidade responsável pela execução	Despesas de investimento e desenvolvimento em 1985
TOTAL DO SECTOR			702 780
1. Promoção turística			331 810
1.1. Acções promocionais em mercados externos e publicidade	SRTC	SRTC	178 240
1.2. Animação e acontecimentos especiais ..	SRTC	SRTC	153 570
2. Apoio financeiro às infra-estruturas turísticas (SIIT) (Decreto Regulamentar Regional n.º 24/83/M)	SRTC	SRTC	178 200
3. Pousadas e outras infra-estruturas turísticas			176 650
3.1. Obras de beneficiação e ampliação ...			7 000
3.1.1. Pousada dos Vinháticos	SRTC	SRTC	2 790
3.1.2. Casa de Abrigo do Pico Ruivo	SRTC	SRTC	1 340
3.1.3. Posto de Informações em Machico	SRTC	SRTC	520
3.1.4. Posto de Informações no Aeroporto de Santa Catarina	SRTC	SRTC	510
3.1.5. Restaurante do Poiso	SRTC	SRTC	500
3.1.6. Escola Hoteleira da Madeira	SRTC	SRTC	1 340
3.2. Construção			169 650
3.2.1. Pousada do Pico do Areeiro	SRTC	SRTC	49 940
3.2.2. Posto de Informações em Câmara de Lobos	SRTC	SRTC	500
3.2.3. Apoio do Cabo Girão	SRTC	SRTC	3 160
3.2.4. Apoio da Eira do Serrado	SRTC	SRTC	500
3.2.5. Apoio da Achada do Teixeira	SRTC	SRTC	14 970
3.2.6. Apoios de estrada, parques recreativos, zonas de descanso, etc. ...	SRTC	SRTC	29 730
3.2.7. Centro hípico (Associação hípica da Madeira)	SRTC	SRES	500
3.2.8. Veredas de Montanha	SRTC	SRTC	2 060
3.2.9. Protecção de moínhos no Porto Santo	SRTC	SRTC	500
3.2.10. Parque de campismo do Porto Santo (inclui estudos)	SRTC	SRES	50 290
3.2.11. Parque de campismo do Porto Moniz (comparticipação do Governo Regional)	SRTC	SRES (GATAL)	17 500
4. Estudos, projectos e inquéritos de carácter turístico	SRTC	SRTC	11 220
5. Aquisição de terrenos destinados ao sector turístico (Pousada do Pico do Areeiro, Campo de Golfe do Santo da Serra e Restaurante do Cabo Girão)	SRTC	SRES	4 900

SRTC — Secretaria Regional do Turismo e Cultura

SRES — Secretaria Regional do Equipamento Social

GATAL — Gabinete de Apoio Técnico às Autarquias Locais

SECTOR: TRANSPORTES, COMUNICAÇÕES E METEOROLOGIA

(contos)

Programas e Projectos	Entidade proponente	Entidade responsável pela execução	Despesas de investimento e desenvolvimento em 1985
TOTAL DO SECTOR			3 416 710
1. Rede Rodoviária Regional			2 155 100
1.1. Recuperação do pavimento em EERR...	SRES	SRES	546 060
1.2. Correção do traçado e pavimentação em EERR, incluindo construção de viadutos	SRES	SRES	235 840
1.3. Construção de estradas novas			708 130
1.3.1. Construção de Via Rápida — Saída Oeste do Funchal (1.ª Fase — Troço entre a Cruz de Carvalho e Quebradas, S. Martinho)	SRES	SRES	201 000
1.3.2. Construção de fogos para realojamentos de famílias expropriadas devido à construção da Saída Oeste	SRES	SRES	3 880
1.3.3. Construção de outras estradas novas	SRES	SRES	503 250
1.4. Conservação, sinalização e arborização de EERR	SRES	SRES	100 290
1.5. Recarga de pavimentos em EERR	SRES	SRES	70 000
1.6. Reconstrução de muros de suporte em EERR	SRES	SRES	65 000
1.7. Aquisição de terrenos			429 780
1.7.1. Construção ou correção de estradas, incluindo a expropriação de terrenos afectos à construção da Saída Oeste do Funchal	SRES	SRES	421 680
1.7.2. Paiol de explosivos, centros de produção de inertes e centro de conservação de estradas do Faial ...	SRES	SRES	8 100
2. Portos			837 140
2.1. Construção e melhoramento do porto do Funchal	SRP	SRP	5 860
2.2. Construção do porto de recreio do Funchal	SRP	SRP	149 140
2.3. Instalação eléctrica no porto do Funchal	SRP	SRP	5 000
2.4. Construção do porto na ilha do Porto Santo	SRP	SRP	469 740
2.5. Instalação eléctrica no porto da ilha do Porto Santo	SRP	SRP	6 800
2.6. Equipamento mecânico do porto do Funchal	SRP	SRP	175 600
2.7. Equipamento mecânico no porto da ilha do Porto Santo	SRP	SRP	25 000

SECTOR: TRANSPORTES, COMUNICAÇÕES E METEOROLOGIA (cont.)

(contos)

Programas e Projectos	Entidade proponente	Entidade responsável pela execução	Despesas de investimento e desenvolvimento em 1985
3. Aeroportos			75 820
3.1. Aeroporto da Ilha da Madeira			62 820
3.1.1. Segurança			23 500
3.1.1.1. Aquisição de uma viatura de 1.ª intervenção	SRP	SRP	15 000
3.1.1.2. Substituição do cabo eléctrico da linha de aproximação	SRP	SRP	3 000
3.1.1.3. Substituição de diverso equipamento de meteorologia	SRP	SRP	5 500
3.1.2. Remodelação da Aerogare			34 490
3.1.2.1. Substituição dos tectos falsos nas zonas em que se encontram mais degradados	SRP	SRP	1 500
3.1.2.2. Construção de uma passadeira envidraçada ao longo do passeio da placa de estacionamento para protecção dos passageiros	SRP	SRP	25 000
3.1.2.3. Continuação das obras de ampliação do armazém e respectivo equipamento	SRP	SRP	5 190
3.1.2.4. Remodelação da aerogare	SRP	SRP	2 800
3.1.3. Melhoria dos Serviços e Instalações			4 830
3.1.3.1. Obras de ampliação da zona destinadas a quartel de bombeiros e resguardo das viaturas de socorros	SRP	SRP	2 500
3.1.3.2. Alteração da decoração do bar internacional	SRP	SRP	2 330
3.2. Aeroporto da Ilha do Porto Santo			5 000
3.2.1. Instalações acessórias do Aeroporto	SRP	SRP	5 000
3.3. Aquisição de terrenos destinados à obra de construção e ampliação do centro de produção de inertes de apoio à obra de ampliação do aeroporto de Santa Catarina	SRP	SRES	8 000
4. Transportes em geral			255 000
4.1. Infra-estruturas de apoio aos transportes terrestres colectivos de passageiros	SRP	SRP	250 000
4.2. Infra-estruturas de apoio ao transporte aéreo entre a Região e o exterior	SRP	SRP	5 000

SECTOR: TRANSPORTES, COMUNICAÇÕES E METEOROLOGIA (cont.)

[contos]

Programas e Projectos	Entidade proponente	Entidade responsável pela execução	Despesas de investimento e desenvolvimento em 1985
5. Comunicações			6 150
5.1. Estação de comunicações do Pico do Fa- cho e do Pico de Bárbara Gomes	SRP	SRES	4 550
5.2. Aquisição de terrenos destinados aos arruamentos de acesso à futura estação de radiodifusão sonora do Porto Santo e ao edifício da Estação de Feixes Her- tzianos dos CTT, em São Vicente	SRP	SRES	1 600
6. Meteorologia			17 000
6.1. Ampliação do Observatório Meteorológi- co do Funchal	SRP	SRES	17 000
7. Comparticipações do Governo Regional na construção e reparação de estradas e cami- nhos municipais e arruamentos urbanos ...			70 500
7.1. Beneficiação e pavimentação de diver- sos caminhos da Santa — Freguesia do Porto Moniz	SRES	SRES (GATAL)	13 000
7.2. Construção da Estrada Municipal 543, de ligação da ER 107 (Curral das Frei- ras) à ER 214 (Estreito de Câmara de Lobos — 1.ª fase — lanço entre Casas Próximas e Capela	SRES	SRES (GATAL)	10 000
7.3. Construção da Estrada Municipal entre o Rancho e Caldeira — 2.ª fase — bene- ficiação e pavimentação do 1.º troço do 1.º lanço e do ramal para a Igreja do Carmo	SRES	SRES (GATAL)	34 000
7.4. Beneficiação e pavimentação do Cami- nho Municipal de ligação do Jardim da Serra (Pereira) ao Fôro	SRES	SRES (GATAL)	13 500

SRP — Secretaria Regional do Plano

SRES — Secretaria Regional do Equipamento Social

GATAL — Gabinete de Apoio Técnico às Autarquias Locais

SECTOR: CIRCUITOS DE DISTRIBUIÇÃO

[contos]

Programas e Projectos	Entidade proponente	Entidade responsável pela execução	Despesas de investimento e desenvolvimento em 1985
TOTAL DO SECTOR			655 970
1. Organização de mercados e sistemas de di- tribuição para produtos agrícolas e pecuários			291 240
1.1. Apoio à produção e à comercialização (intervenção nos produtos agrícolas e pecuários)	SREc	SREc	10 000

SECTOR: CIRCUITOS DE DISTRIBUIÇÃO (cont.)

(contos)

Programas e Projectos	Entidade proponente	Entidade responsável pela execução	Despesas de investimento e desenvolvimento em 1985
1.2. Mercado abastecedor do Funchal (instalação e equipamento)	SREc	SREc	50 000
		SREc	106 900 156 900
1.3. Matadouro do Funchal (equipamento e transportes)	SREc	SREc	25 700
1.4. Matadouros rurais e casas de matança	SREc	SREc	76 410
		SREc	2 230 78 640
1.5. Mercados de origem (estudos com vista à participação da CEE)	SREc	SRES	20 000
2. Infra-estruturas para produtos de pesca ...			345 570
2.1. Instalações frigoríficas			247 180
2.1.1. Entrepósito frigorífico do Funchal	SREc	SRES	239 050
2.1.2. Entrepósito frigorífico de Câmara de Lobos	SREc	SREc	5 000
2.1.3. Instalações frigoríficas e lotas (Câmara de Lobos)	SREc	SREc	3 130
2.2. Postos de recepção e comercialização de pescado	SREc	SRES	12 540
2.3. Equipamento de talhos e peixarias	SREc	SREc	5 850
2.4. Edifício das Lotas no Funchal (inclui Laboratório de Inv. das Pescas)	SREc	SREc	80 000
3. Construção de silos para cimento	SREc	SREc	4 070
4. Acções de promoção às exportações (feiras, exposições, etc.)	SREc	SREc	13 090
5. Centro Regional de Informação dos Mercados Agrícolas da RAM (CRIMA)	SREc	SREc	2 000

SREc — Secretaria Regional da Economia

SRES — Secretaria Regional do Equipamento Social

SECTOR: INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO

Programas e Projectos	Entidade proponente	Entidade responsável pela execução	Despesas de investimento e desenvolvimento em 1985
TOTAL DO SECTOR			1 270
1. Estudo das possibilidades de aproveitamento de inertes e areias na ilha da Madeira	SRES	SRES	1 270

SRES — Secretaria Regional do Equipamento Social

SECTOR: INFORMAÇÃO CIENTÍFICA E TÉCNICA

(contos)

Programas e Projectos	Entidade proponente	Entidade responsável pela execução	Despesas de investimento e desenvolvimento em 1985
TOTAL DO SECTOR			16 500
1. Apetrechamento de novos serviços (Informática)	SRP	SRP	10 500
2. Acções de sensibilização e informação sobre a integração de Portugal na CEE			4 000
2.1. A desenvolver pela Direcção Regional para a Integração Europeia	SRP	SRP	2 500
2.2. Estudos e projectos (DRIE)	SRP	SRP	1 500
3. Inquérito a explorações agrícolas (SREM) ...	SRP	SRP	2 000

SRP — Secretaria Regional do Plano

SECTOR: MODERNIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

(contos)

Programas e Projectos	Entidade proponente	Entidade responsável pela execução	Despesas de investimento e desenvolvimento em 1985
TOTAL DO SECTOR			441 220
1. Adaptação do edifício da Alfândega Velha para a Assembleia Regional (inclui estudos)	PRES.	SRES	111 750
2. Instalações do Governo Regional			113 670
2.1. Adaptação, novos espaços interiores e outros arranjos da Quinta Vigia (Serviços da Presidência)	PRES.	SRES	67 000
2.2. Obras de beneficiação e conservação no edifício da Direcção Regional de Turismo	SRTC	SRTC	2 060
2.3. Equipamento de serviços comuns às Direcções Regionais da Secretaria dos Assuntos Sociais	SRAS	SRAS	10 000
2.4. Obras de remodelação e conservação afectas à Secretaria Regional do Equipamento Social	SRES	SRES	8 980
2.5. Edifício «Golden Gate» (adaptação aos serviços públicos)	SRES	SRES	20 000
2.6. Beneficiações em vários edifícios do Governo Regional	SRES	SRES	5 630
3. Serviços de Apoio			208 340
3.1. Construção do parque de material da Cancela (inclui estudos)	SRES	SRES	71 520

SECTOR: MODERNIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (cont.)

(contos)

Programas e Projectos	Entidade proponente	Entidade responsável pela execução	Despesas de investimento e desenvolvimento em 1985
3.2. Construção da garagem da Polícia de Segurança Pública	SRES	SRES	2 760
3.3. Construção de armazéns da Direcção Regional dos Hospitais	SRAS	SRES	78 590
3.4. Adaptação do edifício do ex-Grémio das Frutas a Serviços Públicos (SREc)	SREc	SRES	570
3.5. Laboratório de Ensaios de Betões — infra-estruturas (estudos)	SRES	SRES	3 930
3.6. Armazém Geral da SRES (Rua Dr. Pestana Júnior)	SRES	SRES	6 020
3.7. Instalação de grupo electrogénio para a Quinta Vigia e de uma unidade de alimentação permanente de energia, tipo UPS, no Serviço Regional de Protecção Civil (Quinta Magnólia)	SRES	SRES	2 500
3.8. Aproveitamento da fábrica de cimento do Porto Santo (estudos)	SRES	SRES	3 000
3.9. Infra-estruturas de apoio técnico à RTP e respectivos acessos (Terça — Porto Moniz; Paul do Mar; Fajã da Ovelha)	SRES	SRES	5 950
3.10. Imprensa Regional	SRES	SRES	33 500
4. Aquisição de terrenos para serviços da Administração Pública (Parque de Material da Cancellaria e outros)	SRES	SRES	7 460

PRES. — Presidência do Governo Regional

SRES — Secretaria Regional do Equipamento Social

SRTC — Secretaria Regional do Turismo e Cultura

SRAS — Secretaria Regional dos Assuntos Sociais

SREc — Secretaria Regional da Economia

Resolução n.º 384/85

Nos termos da alínea g) do artigo 33.º do Estatuto Provisório da Região Autónoma da Madeira, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 318-D/76, de 30 de Abril, o Conselho do Governo Regional, reunido em Plenário no dia 28 de Março de 1985, resolveu:

Submeter à aprovação da Assembleia Regional a proposta de Orçamento da Região Autónoma da Madeira para 1985. A proposta envolve receitas no montante global de 40 956 622 contos, distribuídas por «Receitas Correntes» (17 006 306 contos), «Receitas de Capital» (18 672 022 contos) e «Contas de Ordem» (5 278 334 contos), incluindo uma trans-

ferência do Orçamento do Estado, no montante global de 3 300 000 contos para «Transferências Correntes».

As despesas no montante de 40 956 622 contos distribuem-se por «Despesas Correntes» (19 647 619 contos), «Despesas de Capital» (3 997 949 contos), «Investimentos do Plano» (12 032 760 contos) e «Contas de Ordem» (5 278 334 contos).

A proposta de orçamento consta de mapas resumo de receita e despesa, no total de 2, que fazem parte integrante desta Resolução.

Presidência do Governo Regional, aos 28 de Março de 1985. — O Presidente do Governo Regional em exercício, Manuel Jorge Bazenga Marques.

ORÇAMENTO DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA PARA 1985

MAPA RESUMO DA RECEITA POR CAPÍTULOS

(contos)

Capítulos	Designação	Importância
RECEITAS CORRENTES		
01. Impostos directos		5 316 995
02. Impostos indirectos		5 579 177
03. Taxas, multas e outras penalidades		1 256 206
04. Rendimentos da propriedade		107
05. Transferências		3 645 172
06. Venda de bens duradouros		—
07. Venda de serviços e bens não duradouros		382 146
08. Outras receitas correntes		826 503
	Soma das receitas correntes	17 006 306
RECEITAS DE CAPITAL		
09. Venda de bens de investimento		61 500
10. Transferências		370 000
11. Activos financeiros		10 000
12. Passivos financeiros		18 197 208
13. Outras receitas de capital		200
14. Reposições não abatidas nos pagamentos		33 114
	Soma das receitas de capital	18 672 022
	Soma das receitas correntes e de capital	35 678 328
15. Contas de ordem		5 278 334
	Total das receitas	40 956 622

MAPA RESUMO DAS DESPESAS POR SECRETARIAS REGIONAIS

(contos)

	Despesas correntes	Despesas de capital	Despesas correntes e de capital	Investimentos do plano	Despesas correntes + capital + investimentos do plano	Contas de ordem	Total
01. Assembleia Regional	103 012	2 000	105 012	—	105 012	—	105 012
02. Presidência do Governo Regional	145 482	300	145 782	150	145 932	7 060	152 992
03. Secretaria Regional do Plano	9 255 021	3 532 896	12 787 917	2 288 960	15 076 877	1 915 366	16 992 243
04. Secretaria Regional do Equipamento Social	727 863	253 600	981 463	6 802 480	7 783 943	—	7 783 943
05. Secretaria Regional dos Assuntos Sociais	4 430 004	2 864	4 432 868	400 300	4 833 168	2 988 883	7 822 051
06. Secretaria Regional da Educação	3 750 215	24 801	3 775 016	367 490	4 142 506	3 754	4 146 260
07. Secretaria Regional do Turismo e Cultura	266 191	3 657	269 848	752 530	1 022 378	—	1 022 378
08. Secretaria Regional da Economia	969 831	177 831	1 147 662	1 420 850	2 568 512	363 271	2 931 783
TOTAL	19 647 619	3 997 949	23 645 568	12 032 760	35 678 328	5 278 334	40 956 662

INTRODUÇÃO

Dado que em 1 de Janeiro de 1985 o Orçamento Regional não entrou em vigor, por motivos que se prendem com a não aprovação do O.E., houve que aplicar, a fim de garantir o normal funcionamento da Administração Pública, o previsto na Lei n.º 40/83, de 13 de Dezembro. Nesse sentido foram estabelecidas através da Resolução n.º 1375/84, de 12 de Dezembro, do Conselho do Governo, as normas para aplicação do regime transitório em que se manteve em vigência o Orçamento de 1984, até aprovação do presente.

Os resultados da execução orçamental relativos ao período em que se manteve em vigor o Orçamento do ano anterior serão integrados nas contas públicas de 1985.

No decurso dos últimos 8 anos do regime de autonomia consagrada na Constituição Portuguesa, o Governo Regional através de uma política de investimentos tem vindo a procurar reduzir a distância que separa a economia regional da do resto do País, procurando não só alcançar um crescimento económico sustentado como também uma mudança positiva na qualidade de vida do povo madeirense.

Deste modo, a necessidade de concretização de tal política por um lado, e, por outro, a insuficiência das transferências do Orçamento do Estado, forçaram a Região a ter de se socorrer de financiamentos obtidos fundamentalmente através do crédito interno, e rigorosamente aplicados em investimentos governamentais e municipais.

São estes aspectos bem patentes neste Orçamento onde o aumento das despesas totais pre-

vistas em relação aos valores provisórios da execução em 1984, são, em larga medida, consequência da inclusão dos encargos com os créditos obtidos com a intervenção e aval do Estado, e das dificuldades financeiras criadas pelo Governo da República à Região Autónoma com particular incidência nos finais de 1984.

O Orçamento para o ano de 1985 foi elaborado tendo em atenção a conjuntura económica da Região, procurando-se reduzir ao mínimo indispensável as despesas derivadas do funcionamento dos serviços.

ORÇAMENTO DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA PARA 1985

1. Dados Gerais

O Orçamento para 1985 que se apresenta à Assembleia Regional da Madeira para efeitos de aprovação mostra um défice global de 17 947 208 contos (vd. Quadro I) que deverá ser financiado parte através do recurso ao crédito e parte de acordo com negociações a estabelecer com o Governo da República.

Este défice é originado pela inclusão dos encargos relativos aos financiamentos obtidos (8 038 122 contos), do adiantamento efectuado pelo Governo da República em Dezembro de 1984 (1 000 000 contos), das despesas de 1984 que não foram pagas nesse ano económico (4 396 946 contos) e do valor dos investimentos necessários realizar em 1985 para os quais a Região Autónoma não dispõe de meios financeiros próprios (4 512 140 contos).

As despesas totais excluindo as contas de

ordem, ascendem a 35 678 328 contos distribuídos do seguinte modo:

	(contos)	%
Despesas Correntes	19 647 619	55,1
Despesas de Capital	3 997 949	11,2
Investimento do Plano	<u>12 032 760</u>	<u>33,7</u>
Total	35 678 328	100,0

As despesas com os Investimentos do Plano que estão incluídas na presente proposta destinam-se aos seguintes sectores:

	(contos)	%
Sectores Produtivos e Infraestruturas Económicas	5 944 750	49,8
Sectores Sociais	4 579 020	38,1
Sectores de Apoio	458 990	3,8
Investimentos Municipais	<u>1 000 000</u>	<u>8,3</u>
Total	12 032 760	100,0

O montante das receitas previstas é de 17 731 120 contos, dos quais 17 006 306 contos são receitas correntes e a parte restante (724 814 contos), receitas de capital.

QUADRO I

SÍNTESE DO ORÇAMENTO

(contos)

1. RECEITAS CORRENTES	17 006 306
— Da Região	13 706 306
— Transferências do O.E.	3 300 000
2. DESPESAS CORRENTES	19 647 619
3. (1) — (2)	(2 641 313)
4. RECEITAS DE CAPITAL	724 814
— Da Região	354 814
— Transferências	370 000
5. DESPESAS DE CAPITAL	3 997 949
6. INVESTIMENTOS DO PLANO	12 032 760
7. (4) — (5) — (6)	(15 305 895)
8. DÉFICE ORÇAMENTAL	17 947 208

2. Estimativa das Receitas

Tendo em atenção que a política fiscal não é determinada pelos órgãos próprios de Governo da Região, constituindo, antes, um dado que lhes é exógeno, foram feitas as previsões das receitas que se espera vir a cobrar durante o ano de 1985.

A previsão das receitas fiscais foi feita tendo por base os valores de cobrança efectuada em 1984 e a tendência da evolução nos anos anteriores, tendo em atenção os impostos que foram criados pela Lei do Orçamento do Estado para 1985 (Lei n.º 2-B/85, de 28 de Fevereiro).

Deste modo, estima-se que as receitas efectivas para 1985 atinjam o montante global de 17 731 120 contos.

Em relação aos valores provisórios da execução de 1984 verifica-se um acréscimo de 3 054 152 contos, isto é, mais 20,8%.

A estrutura das Receitas Correntes previstas para 1985 é a seguinte:

QUADRO II

RECEITAS

(contos)

	Orçamento 1985	Execução 1984 (a)	Orçamentado 85 Executado 84
RECEITAS CORRENTES			
Impostos Directos:			
— Contribuição Industrial	802 818	637 533	+ 165 285
— Imposto Profissional	1 428 444	1 053 469	+ 374 975
— Imposto de Capitais	2 386 739	1 753 627	+ 633 112
— Imposto Complementar	210 000	210 177	— 177
— Impostos Extraordinários	162 824	529 992	— 367 168
— Imposto s/a Indústria Agrícola	30 766	—	+ 30 766
— Imposto s/Sucessões e Doações	119 791	85 554	+ 34 237
— Sisa	98 892	94 828	+ 4 064
— Diversos	76 721	54 723	+ 21 998
SOMA DOS IMPOSTOS DIRECTOS	5 316 995	4 419 983	+ 897 092
Impostos indirectos:			
— Direitos de importação	287 947	222 001	+ 65 946
— Sobretaxa de Importação	250 000	130 280	+ 119 720
— Estampilhas Fiscais	194 488	149 579	+ 44 909
— Imposto do Selo	1 307 848	972 453	+ 335 395
— Imposto de Transacções	1 688 872	1 904 390	— 215 518
— Imposto s/o Valor Acrescentado	773 504	—	+ 773 504
— Imposto s/a Venda de Veículos Automóveis	129 380	182 601	— 53 221
— Imposto de Consumo s/Tabaco	607 475	450 736	+ 156 739
— Imposto Interno de Consumo	69 358	55 932	+ 13 426
— Imposto de Consumo s/Bebidas Alcoólicas e Cerveja	31 865	—	+ 31 865
— Diversos	238 440	173 335	+ 65 105
SOMA DOS IMPOSTOS INDIRECTOS	5 579 177	4 241 307	+ 1 337 870
Taxas, Multas e Outras Penalidades	1 256 206	834 231	+ 421 975
Rendimentos da Propriedade	107	90	+ 17
Transferências	3 645 172	2 838 902	+ 806 270
Venda de Serviços e Bens não Duradouros ...	382 146	318 473	+ 63 673
Outras Receitas Correntes	826 503	573 116	+ 253 387
SOMA DAS RECEITAS CORRENTES	17 006 306	13 226 022	+ 3 780 284
RECEITAS DE CAPITAL			
— Vendas de Bens de Investimentos	61 500	58 594	+ 2 906
— Transferências	370 000	509 639	— 139 639
— Activos Financeiros	10 000	7 124	+ 2 876
— Passivos Financeiros	18 197 208	4 680 543	+ 13 516 665
— Outras Receitas de Capital	200	758	— 558
— Reposições não Abatidas nos Pagamentos	33 114	30 031	+ 3 083
SOMA DAS RECEITAS DE CAPITAL	18 672 022	5 286 689	+ 13 385 333
SOMA DAS RECEITAS CORRENTES E DE CA- PITAL	35 678 328	18 512 711	+ 17 165 617

(a) Valores provisórios

	(CONTOS)	%
Impostos Directos	5 316 995	31,3
Impostos Indirectos	5 579 177	32,8
Taxas, Multas e Outras Penalidades	1 256 206	7,4
Rendimentos da Propriedade	107	—
Transferências	3 645 172	21,4
Venda de Serviços e Bens não Duradouros	382 146	2,2
Outras Receitas Correntes	826 503	4,9
Total	17 006 306	100,0

Em transferências estão incluídos 3 300 000 contos da dotação do O.E., 248 000 contos da Direcção Regional de Segurança Social e 78 672 contos do Gabinete de Gestão do Fundo de Desemprego.

Este montante de receitas correntes, 17 006 306 contos, relativamente à realização de 1984 corresponde a um aumento de 3 780 284 contos, ou seja, 28,6%.

Em outras receitas correntes está incluída a verba de 775 000 contos referente ao imposto de transacções e imposto sobre a venda de veículos automóveis cobrados no Continente, de mercadorias destinadas à Região Autónoma da Madeira.

Os impostos directos, no montante de 5 316 995 contos aumentam relativamente aos valores provisórios da execução de 1984, em 897 092 contos, isto é, mais 20,3%.

Os impostos indirectos, por outro lado estimados em 5 579 177 contos correspondem a um aumento de 1 337 870 contos (+31,5%).

Nos impostos directos sobressaem o imposto de capitais (2 386 739 contos), o imposto profissio-

nal (1 428 444 contos) seguidos da contribuição industrial (802 818 contos).

Nos impostos indirectos os montantes mais elevados, à semelhança do que se tem vindo a verificar nos anos anteriores, têm origem no imposto de transacções (1 688 872 contos), imposto de selo (1 307 848 contos) e no imposto de consumo sobre o tabaco (607 475 contos).

A previsão para o imposto de transacções é inferior à execução de 1984 por se admitir que venha a entrar em vigor durante o ano de 1985, o imposto sobre o valor acrescentado que este ano está estimado em 773 504 contos.

As receitas de capital atingem o montante de 724 814 contos. Nestas receitas de capital estão incluídas em «Transferências» o montante de 235 000 contos proveniente do Fundo de Desemprego, 135 000 contos de ajudas de pré-adesão à CEE e, em «Passivos Financeiros», 250 000 contos referentes ao «Plafond» na Banca.

Em contas de ordem estão inscritas as verbas a entregar às câmaras municipais no âmbito da Lei das Finanças Locais, no valor de 1 240 000 contos e as receitas próprias dos organismos com a autonomia administrativa e financeira.

3. Estimativa das Despesas

Para comparação das despesas de 1984 com as de 1983 teve-se em consideração a alteração da estrutura orgânica do Governo Regional da Madeira.

Deste modo é possível comparar aproximadamente a evolução das despesas.

As despesas totais orçamentadas para 1985 (Quadro III) aumentam 99,4% relativamente aos valores provisórios referentes à execução de 1984.

QUADRO III
DESPESA TOTAL

	Execução orçamental (a)			Orçamentado 1985	Variação 1984/85 (c)
	1983 b)	1984 b)	1984/83		
01. Assembleia Regional	45 825	65 797	43,6%	105 012	+ 59,6%
02. Presidência do Governo Regional	83 175	105 426	26,8%	145 932	+ 38,4%
03. Secretaria Regional do Plano	8 079 228	6 184 802	- 23,4%	15 076 877	+ 143,8%
04. Secretaria Regional do Equipamento Social	3 674 207	4 061 096	10,5%	7 783 943	+ 91,7%
05. Secretaria Regional dos Assuntos Sociais	2 487 580	2 985 595	20,0%	4 833 168	+ 61,9%
06. Secretaria Regional da Educação	2 080 326	2 554 172	22,8%	4 142 506	+ 62,2%
07. Secretaria Regional do Turismo e Cultura	485 635	505 831	4,2%	1 022 378	+ 102,1%
08. Secretaria Regional da Economia	1 451 496	1 428 225	- 1,6%	2 568 512	+ 80,9%
TOTAL	18 387 472	17 890 944	- 2,7%	35 678 328	+ 99,4%

(a) Valores arredondados

(b) Valores provisórios e aproximados

(c) Acréscimo entre a previsão de 1985 e a execução em 1984

As despesas correntes (Quadro IV) apresentam um acréscimo médio de 91,5% em relação aos valores provisórios da execução de 1984.

As despesas de capital no montante de 3 997 949 contos evidenciam um aumento de 242,7% em relação aos valores provisórios da execução orçamental de 1984.

Se retirarmos das despesas correntes e de capital para 1985 os juros (6 004 122 contos), amortizações (2 034 000 contos), adiantamento (1 000 000 contos) e as correspondentes despesas que não foram pagas em 1984 e que estão incluídas em 1985, (998 323 contos) e compararmos com os valores da execução material de 1984 verificamos que as despesas correntes e de capital aumentam, no seu conjunto 13%.

Finalmente os Investimentos do Plano incluídos nesta proposta (12 032 760 contos) mostram em relação aos valores provisórios da respectiva execução orçamental em 1984, um aumento de 86,1%.

Este aumento deve-se ao facto de estar considerado nesses valores o montante referente a despesas de investimento de 1984 (3 397 623 contos) que não foram pagas naquele ano económico.

Verifica-se que (Quadro VI) as verbas de maior expressão foram atribuídas à Secretaria Regional do Equipamento Social (6 802 480 contos) seguida da Secretaria Regional do Plano (2 288 960 contos) e da Economia (1 420 850 contos).

As despesas por departamentos podem ser observadas no Quadro VIII. Em percentagens, temos a seguinte distribuição, não se considerando as contas de ordem:

01 Assembleia Regional	0,3%
02 Presidência do Governo	0,4%
03 Secretaria Regional do Plano ...	42,3%
04 Secretaria Regional do Equipamento Social	21,8%

QUADRO IV
DESPESAS CORRENTES

(Contos)

Designação	Execução orçamental (a)			Orçamentado para 1985	Variação 1985/84 (c)
	1983 (b)	1984 (b)	Variação 1984/83		
01. Assembleia Regional	45 825	65 625	43,2%	103 012	57,0%
02. Presidência do Governo Regional	83 075	105 212	26,6%	145 482	38,3%
03. Secretaria Regional do Plano	5 832 937	3 293 106	— 43,5%	9 255 021	181,0%
04. Secretaria Regional do Equipamento Social	473 270	591 647	25,0%	727 863	23,0%
05. Secretaria Regional dos Assuntos Sociais	2 357 377	2 891 880	22,7%	4 430 004	53,2%
06. Secretaria Regional da Educação	1 937 603	2 837 504	23,2%	3 750 215	57,1%
07. Secretaria Regional do Turismo e Cultura	103 009	150 601	46,2%	266 191	76,8%
08. Secretaria Regional da Economia	681 212	772 534	13,4%	969 831	25,5%
TOTAL	11 514 308	10 258 109	— 10,9%	19 647 619	91,5%

a) Valores arredondados

b) Valores provisórios e aproximados

c) Acréscimo entre a previsão de 1985 e a execução de 1983

QUADRO V
DESPESAS DE CAPITAL

(Contos)

Designação	Execução orçamental (a)			Orçamento 1985	Variação 1985/84 (c)
	1983 (b)	1984 (b)	Variação 1984/83		
01. Assembleia Regional	—	172	—	2 000	1 062,8%
02. Presidência do Governo Regional	100	214	114,0%	300	40,2%
03. Secretaria Regional do Plano	215 778	941 232	336,2%	3 532 896	275,3%
04. Secretaria Regional do Equipamento Social	187 462	160 963	— 14,1%	253 600	57,2%
05. Secretaria Regional dos Assuntos Sociais	2 003	2 546	27,1%	2 864	12,5%
06. Secretaria Regional da Educação	19 777	10 573	— 46,5%	24 801	134,6%
07. Secretaria Regional do Turismo e Cultura	1 353	2 618	93,5%	3 657	379,7%
08. Secretaria Regional da Economia	70 094	48 267	— 31,1%	177 831	268,4%
TOTAL	496 567	1 166 585	134,9%	3 977 949	242,7%

a) Valores arredondados

b) Valores provisórios e aproximados

c) Acréscimo entre a previsão de 1985 e a execução de 1984

QUADRO VI
INVESTIMENTOS DO PLANO

(Contos)

Designação	Execução orçamental (a)			Orçamento 1985	Variação 1985/84 (c)
	1983 (b)	1984 (b)	Variação 1984/83		
01. Assembleia Regional	—	—	—	—	—
02. Presidência do Governo Regional	—	—	—	150	—
03. Secretaria Regional do Plano	2 030 513	1 950 464	— 3,9	2 288 960	17,4%
04. Secretaria Regional do Equipamento Social	3 013 475	3 308 486	9,8%	6 802 480	105,6%
05. Secretaria Regional dos Assuntos Sociais	128 200	91 169	— 28,9%	400 300	339,1%
06. Secretaria Regional da Educação	122 946	156 095	27,0%	367 490	135,4%
07. Secretaria Regional do Turismo e Cultura	381 273	352 612	— 7,5%	752 530	113,4%
08. Secretaria Regional da Economia	700 190	607 424	— 13,2%	1 420 850	133,9%
TOTAL	6 376 597	6 466 250	1,4%	12 032 760	86,1%

a) Valores arredondados

b) Valores provisórios e aproximados

c) Acréscimo entre a previsão de 1985 e a execução de 1984

05 Secretaria Regional dos Assuntos Sociais	13,5%
06 Secretaria Regional da Educação	11,6%
07 Secretaria Regional do Turismo e Cultura	2,9%
08 Secretaria Regional de Economia	7,2%
	100,0%

Das despesas correntes (ver Quadro VII),, 38,3% são para com o pessoal e 22% para transferências correntes.

Das despesas de capital, 80,8% estão relacionadas com os financiamentos obtidos pela Região.

4. Distribuição das despesas pelos departamentos do Governo

a) Presidência do Governo

As despesas da Presidência inscritas no Or-

çamento totalizam 145 932 contos com exclusão do montante referente às contas de ordem (7 060 contos) (vd. Anexo 2), sendo 99,7% para despesas correntes e a parte restante para despesas de capital (300 contos) e Investimentos do Plano (150 contos).

b) Secretaria Regional do Plano.

Nesta Secretaria as despesas totalizam o montante 15 076 877 contos, sem as contas de ordem (1 915 366 contos). Nas despesas correntes têm grande peso os juros (6 004 122 contos) que representam 64,9% das despesas correntes e as transferências (1 230 939 contos).

Nas «Transferências — Sector Público» estão inscritas 159 600 contos dos quais 154 000 contos se destinam à intervenção no mercado de consumo por forma a reduzir os efeitos da insularidade sobre os produtos essenciais.

Nas «Transferências — Outros Sectores» estão inscritas 1 071 339 contos que se destinam à EEM (59 970 contos) bonificação de juros (209 835 contos) UCALPLIM (204 000 contos), transportes

(479 012 contos), empresas e instituições privadas (118 482 contos) e outros (40 contos).

As «Outras Despesas Correntes» incluem uma verba de 570 000 contos referente à compensação do Estado pela cobrança de contribuições e impostos pertencentes à Região.

Em despesas de capital a verba mais significativa refere-se ao reembolso de empréstimos e adiantamento efectuado (3 034 000 contos).

Em Investimentos do Plano estão incluídas 2 888 960 contos, dos quais 1 000 000 contos se destinam a investimentos municipais. (Anexo 3).

c) Secretaria Regional do Equipamento Social

O total das despesas (Anexo 4) ascende a 7 783 943 contos dos quais 6 802 480 contos se destinam a Investimentos do Plano. Compete a esta Secretaria a execução dos investimentos cujos sectores lhe estão afectos, com ainda a realização de vários investimentos das restantes Secretarias que se traduzam em obras de construção civil.

d) Secretaria Regional dos Assuntos Sociais

O total das despesas inscritas no Orçamento (Anexo 5) é de 4 833 168 contos sendo a verba de maior importância as «Transferências Correntes — Sector Público» no montante de 4 248 872 contos que se destinam à Direcção Regional dos Hospitais (1 764 842 contos) e Direcção Regional de Saúde Pública (2 479 530 contos) e a parte restante para diversos. Destas transferências, 1 811 304 contos (44,3%) são destinados ao pagamento dos vencimentos do pessoal da Direcção Regional dos Hospitais e Saúde Pública.

e) Secretaria Regional da Educação

O montante das despesas é de 4 142 506 contos (vd. Anexo 6). As despesas mais significativas são constituídas pelas despesas correntes com o pessoal no montante de 1 417 238 contos. Em «Transferências — Sector Público» estão incluídos 1 660 655 contos dos quais 88% se destinam ao pagamento dos vencimentos dos professores das escolas oficiais (1 370 155 contos) e da Educação Especial (91 155 contos). Elas incluem também uma transferência de 140 011 contos para despesas da Acção Social Escolar, nas escolas.

f) Secretaria Regional do Turismo e Cultura

O montante total das despesas (1 022 378 contos) (vd. Anexo 7) distribui-se nas despesas cor-

rentes (266 191 contos), despesas de capital (3 657 contos) e despesas de investimentos (752 530 contos).

g) Secretaria Regional da Economia

A despesa global é de 2 568 512 contos dos quais 55,3% (1 420 850 contos) são para Investimentos do Plano, 38,8% para despesas correntes e a parte restante (6,9%) para despesas de capital. Nas despesas correntes cerca de 80,6% se destinam ao vencimento do pessoal.

5. Financiamento do Défice

O défice orçamental previsto para 1985 é de 17 947 208 contos. Contribuem para este valor, o défice corrente no montante de 2 641 313 contos e o défice de capital (15 305 895 contos).

No défice de capital estão incluídas as despesas com os Investimentos do Plano (12 032 760 contos) que durante o ano de 1985 se destinarão fundamentalmente à execução das obras em curso.

Para cobertura deste défice recorrer-se-á ao crédito interno, em conformidade com a Lei do Orçamento do Estado para 1985, Lei n.º 2-B/85, de 28 de Fevereiro, obtendo um financiamento de 5 milhões de contos, cuja autorização será solicitada à Assembleia Regional.

De acordo com a referida Lei as condições do empréstimo serão as seguintes:

a) A taxa de juro não poderá exceder a taxa de desconto do Banco de Portugal;

b) A amortização será em 10 unidades a partir de 1991.

Do défice que não dispõe da necessária cobertura financeira (12 947 208 contos), 9 038 122 contos correspondem à inclusão dos encargos com os financiamentos anteriormente obtidos incluindo o adiantamento, e 3 909 086 contos relativos a compromissos a satisfazer no corrente ano de acordo com a presente proposta orçamental

De salientar que, em 1984, a execução material foi superior à execução orçamental em 4 396 946 contos.

A cobertura desta parte do défice terá de ser encontrada em termos de solidariedade nacional, e de acordo com as soluções que vierem a ser definidas para o futuro, tendo em conta a indispensável alteração dos actuais critérios de transferências do Orçamento do Estado para a Região Autónoma da Madeira.

ORÇAMENTO DOS SERVIÇOS AUTÓNOMOS

O Orçamento dos serviços autónomos para 1985, inclui no seu conjunto despesas totais de 1 187 641 contos. Deste montante, 772 175 contos (65,0%) constituem despesas correntes e 415 466 contos (35%) despesas de capital.

As receitas correntes incluem transferências

correntes além de um montante elevado de impostos directos cobrados pelo Gabinete Regional de Gestão do Fundo de Desemprego.

Nas despesas correntes ocupam um grande peso as transferências correntes do Gabinete Regional de Gestão do Fundo de Desemprego e as despesas com o pessoal.

QUADRO VII

	Execução em 1984 (a)	Orçamento para 1985	Varição percentual 1985 — 1984
1. DESPESAS CORRENTES	10 255 109	19 647 619	91,5%
Pessoal (b)	5 728 292	7 527 644	31,4%
Bens duradouros	82	1 762	2 048,8%
Bens não duradouros	262 771	424 198	61,4%
Aquisição de Serviços	354 662	593 432	67,3%
Juros	376 340	6 004 122	1 495,4%
Transferências — Sector Público	1 425 307	2 744 818	92,5%
Transferências — Outros Sectores	1 557 835	1 528 063	1,9%
Outras Despesas Correntes	552 820	823 580	49,0%
2. DESPESAS DE CAPITAL	1 166 585	3 997 949	242,7%
Investimentos	321 385	842 549	162,2%
Transferências — Sector Público	—	—	—
Transferências — Outros Sectores	—	12 400	—
Activos Financeiros	400	109 000	27 150,0%
Passivos Financeiros	844 800	3 034 000	259,1%
Outras Despesas de Capital	—	—	—
3. DESPESAS CORRENTES E DE CAPITAL	11 424 694	23 645 568	107,0%
4. INVESTIMENTOS DO PLANO	6 466 250	12 032 760	86,1%
5. DESPESAS TOTAIS	17 890 944	35 678 328	105,2%

a) Valores provisórios e aproximados.

b) Inclui despesas com os professores das escolas oficiais, das Direcções Regionais de Saúde Pública e Hospitais, da Educação Especial e do Serviço Regional de Protecção Civil da Madeira.

c) O aumento das despesas com o pessoal deve-se fundamentalmente à inclusão no Orçamento Regional das creches, que até 1984, estavam dependentes directamente da Direcção Regional de Segurança Social, e ao aumento com o pessoal da Direcção Regional de Saúde Pública.

QUADRO VIII
ORÇAMENTO DE DESPESA

(Contos)

	Assembleia Regional	Presidência do Governo Regional	Secretaria Regional do Plano	Secretaria Regional do Equipamento Social	Secretaria Regional dos Assuntos Sociais	Secretaria Regional da Educação	Secretaria Regional do Turismo e Cultura	Secretaria Regional da Economia	Total
1. DESPESAS CORRENTES	103 012	145 482	9 255 021	727 863	4 430 004	3 750 215	266 191	969 831	19 647 619
Pessoal	84 162	92 298	892 896	664 540	119 180	1 417 238	124 329	781 542	4 176 185
Bens Duradouros	200	72	1 000	—	—	440	50	—	1 762
Bens não Duradouros	1 450	1 200	224 907	40 240	3 337	103 650	1 109	48 305	424 198
Aquisição de Serviços	6 800	25 900	140 065	19 683	20 613	293 816	21 349	65 206	593 432
Juros	—	—	6 084 122	—	—	—	—	—	6 004 122
Transferências — Sector Público	—	26 000	159 600	—	4 248 872	1 660 655	1 150	—	6 096 277
Transferências — Outros Sectores	10 000	—	1 071 339	—	37 249	273 629	115 846	20 000	1 528 063
Outras Despesas Correntes	400	12	761 092	3 400	753	787	2 358	54 778	823 580
2. DESPESAS DE CAPITAL	2 000	300	3 532 896	253 600	2 864	24 801	3 657	117 831	3 997 949
Investimentos	2 000	300	389 896	253 600	2 864	12 401	3 657	177 831	842 549
Transferências — Sector Público	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Transferências — Outros Sectores	—	—	—	—	—	12 400	—	—	12 400
Activos Financeiros	—	—	109 000	—	—	—	—	—	109 000
Passivos Financeiros	—	—	3 034 000	—	—	—	—	—	3 034 000
Outras Despesas de Capital	—	—	—	—	—	—	—	—	—
3. DESPESAS CORRENTES E DE CAPITAL	105 012	145 782	12 787 917	981 463	4 432 868	3 775 016	269 848	1 147 662	23 645 568
4. INVESTIMENTOS DO PLANO	—	150	2 288 960	6 802 480	400 300	367 490	752 550	1 420 850	12 032 760
5. (3+3)	105 012	145 932	15 076 877	7 783 943	4 833 168	4 142 506	1 022 378	2 568 512	35 678 328
6. CONTAS DE ORDEM	—	7 060	1 915 366	—	2 988 883	3 754	—	363 271	5 278 334

QUADRO IX
ORÇAMENTO DOS SERVIÇOS AUTÓNOMOS PARA 1985

(Contos)

	Serviço Regional de Protecção Civil da Madeira	Escola de Hotelaria e Turismo da Madeira	Gabinete Regional de Gestão do Fundo de Desemprego	Fundo Especial para extinção da Colonia	Instituto do Vinho da Madeira	Fundo Madeirense do Seguro de Colheitas	Parque Natural da Madeira	Instituto do Bordado Tapeçarias e Artesanato da Madeira	Total
RECEITAS CORRENTES	32 000	34 000	800 985	15 000	148 443	78 660	5 120	73 095	1 187 303
Impostos Directos	—	—	400 528	—	—	—	—	—	400 528
Impostos Indirectos	—	—	397 339	—	—	—	—	—	397 339
Taxas, Multas e Outras Penalidades	12 000	—	98	—	5 351	9 900	860	52 917	81 126
Rendimentos da Propriedade	—	—	218	—	50	—	—	—	268
Transferências	20 000	34 000	2 800	15 000	—	68 660	4 260	19 344	164 064
Venda de Bens Duradouros	—	—	—	—	—	—	—	6	6
Venda de Serviços e Bens não Duradouros	—	—	—	—	143 042	—	—	189	143 861
Outras Receitas Correntes	—	—	2	—	—	100	—	9	111
DESPESAS CORRENTES	29 800	34 000	415 810	14 460	140 442	64 400	3 390	70 473	772 175
Pessoal	8 845	19 576	13 888	8 400	23 264	7 392	1 670	31 689	114 724
Bens Duradouros	50	100	—	—	40	—	—	1 317	1 507
Bens não Duradouros	345	6 656	2 200	1 140	83 440	240	450	1 881	96 352
Aquisição de Serviços	925	5 048	5 450	720	9 850	850	250	20 847	43 940
Juros	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Transferências — Sector Público	5 000	—	311 172	—	—	700	—	—	316 872
Transferências — Outros Sectores	14 230	2 000	45 100	—	23 001	55 000	—	13 167	152 498
Outras Despesas Correntes	405	20	38 000	4 200	647	218	1 020	1 572	46 282
POUPANÇA CORRENTE	2 200	600	385 175	540	8 001	14 260	1 730	2 622	415 128
RECEITAS DE CAPITAL	—	—	248	—	—	—	—	90	338
Venda de Bens de Investimentos	—	—	—	—	—	—	—	30	30
Transferências	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Activos Financeiros	—	—	213	—	—	—	—	51	264
Passivos Financeiros	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Outras Receitas de Capital	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Reposição não Abatidas nos Pagamentos	—	—	35	—	—	—	—	9	44
DESPESAS DE CAPITAL	2 200	600	385 423	540	8 001	14 260	1 730	2 712	415 466
Investimentos	2 200	600	6 500	540	8 000	13 760	1 730	1 002	34 332
Transferências — Sector Público	—	—	235 000	—	—	—	—	—	235 000
Transferências — Outros Sectores	—	—	—	—	1	—	—	—	1
Activos Financeiros	—	—	70 000	—	—	—	—	—	70 000
Passivos Financeiros	—	—	—	—	—	—	—	—	1 710
Outras Despesas de Capital	—	—	73 923	—	—	500	—	—	74 423

ANEXOS

ANEXO 1

ORÇAMENTO DE DESPESA

ASSEMBLEIA REGIONAL

(Contos)

	Total
1. DESPESAS CORRENTES	103 012
Pessoal	84 162
Bens Duradouros	200
Bens não Duradouros	1 450
Aquisição de Serviços	6 800
Juros	—
Transferências — Sector Público	—
Transferências — Outros Sectores	10 000
Outras Despesas Correntes	400
2. DESPESAS DE CAPITAL	2 000
Investimentos	2 000
Transferências — Sector Público	—
Transferências — Outros Sectores	—
Activos Financeiros	—
Passivos Financeiros	—
Outras Despesas de Capital	—
3. DESPESAS CORRENTES E DE CAPITAL	105 012
4. INVESTIMENTOS DO PLANO	—
5. (3+4)	105 012
6. CONTAS DE ORDEM	—

ANEXO 2

ORÇAMENTO DE DESPESA

PRESIDÊNCIA DO GOVERNO REGIONAL

[Contos]

	Gabinete Regional e Serviços de Apoio	Delegação Governo Regional no Porto Santo	Direcção Regional de Administração Pública	Total
1. DESPESAS CORRENTES	119 684	11 254	14 545	145 482
Pessoal	68 593	10 014	13 691	92 298
Bens Duradouros	—	—	72	72
Bens não Duradouros	680	140	380	1 200
Aquisição de Serviços	24 398	1 100	402	25 900
Juros	—	—	—	—
Transferências — Sector Público	26 000	—	—	26 000
Transferências — Outros Sectores	—	—	—	—
Outras Despesas Correntes	12	—	—	12
2. DESPESAS DE CAPITAL	180	20	100	300
Investimentos	180	20	100	300
Transferências — Sector Público	—	—	—	—
Transferências — Outros Sectores	—	—	—	—
Activos Financeiros	—	—	—	—
Passivos Financeiros	—	—	—	—
Outras Despesas de Capital	—	—	—	—
3. DESPESAS CORRENTES E DE CAPITAL ...	119 863	11 274	14 645	145 728
4. INVESTIMENTOS DO PLANO	—	—	—	150
5. [3+4]	119 863	11 274	14 645	145 932
6. CONTAS DE ORDEM	—	—	—	7 060

NOTA: No Gabinete Regional, em Transferências — Sector Público, 8 845 contos destinam-se ao pagamento dos vencimentos do pessoal do Serviço Regional de Protecção Civil da Madeira.

ANEXO 4

ORÇAMENTO DE DESPESA

SECRETARIA REGIONAL DO EQUIPAMENTO SOCIAL

	Gabinete do Secretário Regional			Gabinete de Apoio Técnico às Autarquias Locais	Gabinete de Aquisição de Imóveis	Direcção de Serviços de Finanças Administração e Pessoal	Saneamento Básico da Madeira
	Gabinete	Departamento Jurídico	Divisão Pessoal				
1. DESPESAS CORRENTES	5 044	713	798	18 405	3 481	59 713	4 568
Pessoal	4 874	713	798	17 965	3 481	59 263	4 568
Bens Duradouros	—	—	—	—	—	—	—
Bens não Duradouros	20	—	—	10	—	110	—
Aquisição de Serviços	150	—	—	430	—	340	—
Juros	—	—	—	—	—	—	—
Transferências — Sector Público ...	—	—	—	—	—	—	—
Transferências — Outros Sectores ...	—	—	—	—	—	—	—
Outras Despesas Correntes	—	—	—	—	—	—	—
2. DESPESAS DE CAPITAL	160	—	—	20	—	60	—
Investimentos	160	—	—	20	—	60	—
Transferências — Sector Público ...	—	—	—	—	—	—	—
Transferências — Outros Sectores ...	—	—	—	—	—	—	—
Activos Financeiros	—	—	—	—	—	—	—
Passivos Financeiros	—	—	—	—	—	—	—
Outras Despesas de Capital	—	—	—	—	—	—	—
3. DESPESAS CORRENTES E DE CAPITAL	5 204	713	798	18 425	3 481	59 773	4 568
4. INVESTIMENTOS DO PLANO	—	—	—	—	—	—	—
5. (3+4)	5 204	713	798	18 425	3 481	59 773	4 568
6. CONTAS DE ORDEM	—	—	—	—	—	—	—

ANEXO 5

ORÇAMENTO DE DESPESA

SECRETARIA REGIONAL DOS ASSUNTOS SOCIAIS

(Contos)

	Gabinete do Secretário	Inspecção Regional do Trabalho	Direcção Regional do Trabalho	Direcção Regional do Emprego	Serviço Regional de Conciliações	Total
1. DESPESAS CORRENTES	4 371 856	11 930	14 586	29 933	1 699	4 430 004
Pessoal	69 316	11 194	12 851	24 285	1 534	119 180
Bens Duradouros	—	—	—	—	—	—
Bens não Duradouros	2 695	50	448	114	30	3 337
Aquisição de Serviços	13 233	606	1 162	5 507	105	20 613
Juros	—	—	—	—	—	—
Transferências — Sector Público ...	4 248 872	—	—	—	—	4 248 872
Transferências — Outros Sectores ...	37 220	—	25	4	—	37 249
Outras Despesas Correntes	520	80	100	23	30	753
2. DESPESAS DE CAPITAL	2 531	100	103	100	30	2 864
Investimentos	2 531	100	103	100	30	2 864
Transferências — Sector Público ...	—	—	—	—	—	—
Transferências — Outros Sectores ...	—	—	—	—	—	—
Activos Financeiros	—	—	—	—	—	—
Passivos Financeiros	—	—	—	—	—	—
Outras Despesas de Capital	—	—	—	—	—	—
3. DESPESAS CORRENTES E DE CAPITAL	4 374 387	12 030	14 689	30 033	1 729	4 432 868
4. INVESTIMENTOS DO PLANO	—	—	—	—	—	400 300
5. (3+4)	4 374 387	12 030	14 689	30 033	1 729	4 833 168
6. CONTAS DE ORDEM	—	—	—	—	—	2 988 883

NOTA: No Gabinete do Secretário Regional, nas Transferências — Sector Público, estão incluídos os vencimentos com o pessoal das Direcções Regionais de Saúde Pública (683 000 contos) e Hospitais (1 198 304 contos)

ANEXO 5-A

ORÇAMENTO DE DESPESA

SECRETARIA REGIONAL DOS ASSUNTOS SOCIAIS

— DIRECÇÃO REGIONAL DE SAÚDE PÚBLICA —

(Contos)

	TOTAL
1. RECEITAS CORRENTES	2 535 830
Impostos Directos	—
Impostos Indirectos	—
Taxas, Multas e Outras Penalidades	—
Rendimentos da propriedade	—
Transferências (Orçamento Regional)	2 479 530
Venda de Bens Duradouros	—
Venda de Serviços e Bens Duradouros	8 000
Outras Receitas Correntes	48 300
2. DESPESAS CORRENTES	2 535 830
Pessoal	683 000
Bens Duradouros	—
Bens não Duradouros	189 000
Aquisição de Serviços	1 659 830
Juros	—
Transferências — Sector Público	—
Transferências — Outros Sectores	—
Outras Despesas Correntes	4 000
3. POUPANÇA CORRENTE	—
4. RECEITAS DE CAPITAL	39 600
Venda de Bens de Investimentos	—
Transferências (Orçamento Regional)	39 600
Activos Financeiros	—
Passivos Financeiros	—
Outras Receitas de Capital	—
5. DESPESAS DE CAPITAL	39 600
Investimentos	39 600
Transferências — Sector Público	—
Transferências — Outros Sectores	—
Activos Financeiros	—
Passivos Financeiros	—
Outras Despesas de Capital	—

ANEXO 5-B

ORÇAMENTO DE DESPESA

SECRETARIA REGIONAL DOS ASSUNTOS SOCIAIS

— DIRECÇÃO REGIONAL DOS HOSPITAIS

(Contos)

	TOTAL
1. RECEITAS CORRENTES	1 815 242
Impostos Directos	—
Impostos Indirectos	—
Taxas, Multas e Outras Penalidades	—
Rendimentos da propriedade	—
Transferências (Orçamento Regional)	1 764 842
Venda de Bens Duradouros	—
Venda de Serviços e Bens não Duradouros	49 200
Outras Receitas Correntes	1 200
2. DESPESAS CORRENTES	1 815 242
Pessoal	1 198 304
Bens Duradouros	—
Bens não Duradouros	527 500
Aquisição de Serviços	86 250
Juros	—
Transferências — Sector Público	—
Transferências — Outros Sectores	—
Outras Despesas Correntes	3 188
3. POUPANÇA CORRENTE	—
4. RECEITAS DE CAPITAL	301 000
Venda de Bens de Investimentos	—
Transferências (Orçamento Regional)	301 000
Activos Financeiros	—
Passivos Financeiros	—
Outras Receitas de Capital	—
5. DESPESAS DE CAPITAL	301 000
Investimentos	301 000
Transferências — Sector Público	—
Transferências — Outros Sectores	—
Activos Financeiros	—
Passivos Financeiros	—
Outras Despesas de Capital	—

ANEXO 5-C

ORÇAMENTO DE DESPESA

SECRETARIA REGIONAL DOS ASSUNTOS SOCIAIS

— DIRECÇÃO REGIONAL DE SEGURANÇA SOCIAL —

[Contos]

	TOTAL
RECEITAS CORRENTES	5 655 000
Contribuições	4 200 000
Transferências	1 415 000
Do Orçamt.º da Região Autónoma da Madeira.	—
Do Gab. Regional de Gestão do Fundo de Desemprego ...	190 000
Do Fundo de Socorro Social	24 000
Do Orçamt.º Global da Segurança Social	1 201 000
RENDIMENTOS E OUTRAS RECEITAS	40 000
DESPESAS CORRENTES	5 655 000
Infância e juventude	1 066 400
População activa	575 000
Família e Comunidade	733 600
Terceira Idade	2 604 000
Reabilitação e Reintegração Social	413 000
Administração	263 000
POUPANÇA CORRENTE	—
RECEITAS DE CAPITAL	6 000
Transferências (Orçamt.º Regional)	6 000
DESPESAS DE CAPITAL	—
Terceira Idade	6 000

ANEXO 6

ORÇAMENTO DE DESPESA
SECRETARIA REGIONAL DA EDUCAÇÃO

	Gabinete do Secretário Regional	Auditoria Jurídica	Departamento Regional de Estudos e Planeamento Educativo		
			Gabinete do Director Regional	Direcção Serviços Juventude	Bibliotecas Infantis
1. DESPESAS CORRENTES	5 518	730	7 575	11 917	5 816
Pessoal	5 000	730	7 202	7 478	4 389
Bens Duradouros	—	—	—	—	—
Bens não Duradouros	—	—	—	319	172
Aquisição de Serviços	518	—	373	2 289	1 055
Juros	—	—	—	—	—
Transferências — Sector Público	—	—	—	—	—
Transferências — Outros Sectores	—	—	—	1 595	200
Outras Despesas Correntes	—	—	—	236	—
2. DESPESAS DE CAPITAL	—	59	271	268	357
Investimentos	—	59	271	268	357
Transferências — Sector Público	—	—	—	—	—
Transferências — Outros Sectores	—	—	—	—	—
Activos Financeiros	—	—	—	—	—
Passivos Financeiros	—	—	—	—	—
Outras Despesas de Capital	—	—	—	—	—
3. DESPESAS CORRENTES E DE CAPITAL	5 518	789	7 846	12 185	6 173
4. INVESTIMENTOS DO PLANO	—	—	—	—	—
5. (3 + 4)	5 518	789	7 846	12 185	6 173
6. CONTAS DE ORDEM	—	—	—	—	—

NOTA: Na Direcção Regional de Finanças Administração e Pessoal — Gabinete, em Transferências — Sector Público, estão incluídos os vencimentos com os professores das escolas oficiais (1 370 155 contos) e com a Direcção R. Educação Especial (91 155 contos).

ANEXO 6-A

ORÇAMENTO DE DESPESA

SECRETARIA REGIONAL DA EDUCAÇÃO

— DIRECÇÃO REGIONAL DA EDUCAÇÃO ESPECIAL —

[Contos]

	TOTAL
1. RECEITAS CORRENTES	130 905
Impostos Directos	—
Impostos Indirectos	—
Taxas, Multas e Outras Penalidades	—
Rendimentos da Propriedade	10
Transferências (Orçamento Regional)	128 155
Venda de Bens Duradouros	—
Venda de Serviços e Bens não Duradouros	1 840
Outras Receitas Correntes	900
2. DESPESAS CORRENTES	123 925
Pessoal	91 155
Bens Duradouros	200
Bens não Duradouros	17 720
Aquisição de Serviços	13 000
Juros	—
Transferências — Sector Público	—
Transferências — Outros Sectores	100
Outras Despesas Correntes	1 750
3. POUPANÇA CORRENTE	6 980
4. RECEITAS DE CAPITAL	20
Venda de Bens de Investimentos	10
Transferências	—
Activos Financeiros	—
Passivos Financeiros	—
Outras Receitas de Capital	—
Reposições não Abatidas nos Pagamentos	10
5. DESPESAS DE CAPITAL	7 000
Investimentos	7 000
Transferências — Sector Público	—
Transferências — Outros Sectores	—
Activos Financeiros	—
Passivos Financeiros	—
Outras Despesas de Capital	—

Preço deste número: 208\$00

«Toda a correspondência, quer oficial, quer relativa a anúncios e a assinaturas do Jornal Oficial, deve ser dirigida à Secretaria-Geral da Presidência do Governo Regional da Madeira.»

ASSINATURAS

As três séries	Ano ...	1 900\$	Semestre ...	950\$
A 1.ª série	» ...	750\$	» ...	375\$
A 2.ª série	» ...	750\$	» ...	375\$
A 3.ª série	» ...	750\$	» ...	375\$

Números e Suplementos — preço por página, 2\$00
A estes valores acrescem os portes de correio
(Portaria n.º 178/84, de 19 de Dezembro)

«O preço dos anúncios é de 25\$00 a linha, acrescido do respectivo imposto de Selo, dependendo a sua publicação do pagamento antecipado a efectuar na Secretaria-Geral da Presidência do Governo Regional da Madeira.»